

BRUNO DANDOLINI COLOMBO

**O ESPORTE E A EXPANSÃO DO CAPITAL:
AS CRÍTICAS, CONTRADIÇÕES E IMPLICAÇÕES PARA A
EDUCAÇÃO FÍSICA**

**Florianópolis
2014**

BRUNO DANDOLINI COLOMBO

**O ESPORTE E A EXPANSÃO DO CAPITAL:
AS CRÍTICAS, CONTRADIÇÕES E IMPLICAÇÕES PARA A
EDUCAÇÃO FÍSICA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Adriana D'Agostini.

**Florianópolis
2014**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Colombo, Bruno Dandolini

O esporte e a expansão do capital : As críticas,
contradições e implicações para a Educação Física / Bruno
Dandolini Colombo ; orientadora, Adriana D'Agostini -
Florianópolis, SC, 2014.

125 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-
Graduação em Educação.

Inclui referências

1. Educação. 2. Expansão capitalista. 3. Esporte. 4.
Educação Física. I. D'Agostini, Adriana. II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
Educação. III. Título.

BRUNO DANDOLINI COLOMBO

**O ESPORTE E A EXPANSÃO DO CAPITAL:
AS CRÍTICAS, CONTRADIÇÕES E IMPLICAÇÕES PARA A
EDUCAÇÃO FÍSICA**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestre, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Educação.

Florianópolis, 17 de julho de 2014.

Prof.^a Dr.^a Luciane Maria Schlindwein

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Adriana D'Agostini
CED/UFSC-Orientadora

Prof.^a Dr.^a Luciana Pedroso Marcassa
UFSC- Examinadora

Prof.^a Dr.^a Celi Nelza Zulke Taffarel
UFBA – Examinadora

Prof. Dr. Vidalcir Ortigara
UNESC – Examinador

Prof.^a Dr.^a Célia Regina Vendramini
UFSC-Suplente

Para os meus pais, meus irmãos, meus amigos e minha amada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora, Adriana D'Agostini, pelo carinho e pela dedicação.

Aos meus pais, pelo amor incondicional.

Aos meus irmãos, Pablo Dandolini Colombo, Sara Dandolini Colombo e Daniela Dandolini Colombo, pela amizade e pelos risos.

Agradeço aos meus eternos professores, Vidalcir Ortigara, Ana Lúcia Cardoso, Vânia Vitório, Anelise Arns e Luís Afonso dos Santos, pelos saberes ensinados na minha formação acadêmica.

Aos amigos do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Física e Escola (GEPEFE), pelos momentos de alegria e pelos saberes compartilhados.

A minha amada, Gabriela Salvan Euzébio, que com a “frechada” do seu olhar furou meu peito que nem “táubua” de tiro ao “alvaro”.

Ao meu amigo, Carlos Augusto Euzébio (Kabuki), com quem aprendi a lutar por uma outra sociedade e com quem luto por ela cotidianamente.

RESUMO

O esporte é uma manifestação cultural fortemente presente na vida dos indivíduos e importante para a economia capitalista. Ele mobiliza e é mobilizado por uma cadeia produtiva que contribuiu para a lógica expansiva do capital. No fenômeno esportivo estão presentes os elementos constitutivos desse modo de produção, assim como suas contradições e os germes de sua superação. Torna-se necessário, portanto, compreender o esporte em suas múltiplas determinações para que vislumbremos as possibilidades e os limites de sua contribuição à efetiva transformação social. O objetivo geral deste trabalho é analisar as tendências de desenvolvimento do esporte, suas principais características, críticas e contradições referentes ao fenômeno esportivo como uma das possibilidades de expansão do capital e suas implicações para a Educação Física. Adotamos como procedimento de pesquisa os estudos bibliográficos e documentais. Destacamos que o esporte se originou na Inglaterra do século XVIII, em meio ao processo de consolidação da sociedade capitalista, instituiu-se, desenvolveu-se e se expandiu para os demais países do mundo, juntamente com o progresso do capital; também enfrentou resistências de movimentos contrários à lógica burguesa de organização das práticas corporais, porém se constituiu como a expressão hegemônica da cultura corporal. Nesse processo de expansão capitalista, o esporte se estabeleceu como mercadoria e constituiu-se como uma cadeia produtiva que envolve, na atualidade, os mais diversos e específicos segmentos produtivos. Identificamos os megaeventos esportivos como importante manifestação social para a acumulação de capital. Essa identificação deu-se, principalmente, na apreensão de alguns conceitos, em Harvey, tais como: *renda monopolista e capital simbólico coletivo*. Percebemos atualmente o controle de fortíssimas empresas, como a FIFA, em megaeventos esportivos e o potencial diferenciador de localidades como condição capaz de atrair investimentos capitalistas. A escolha do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas de 2016 incide sobre seu potencial de *capital simbólico coletivo*. Outro aspecto que percebemos é a eficácia do esporte no processo de acumulação de capital, exaltando a paz entre as nações e a harmonia entre as classes, assim como se identifica, no ensino do esporte, nas aulas de Educação Física, a necessidade de aprimoramento da essência do fenômeno esportivo. Atualmente tende a se consolidar uma interligação nos seguintes âmbitos: entre esporte e estratégias de expansão capitalista; entre esporte (principalmente o transmitido pela mídia) e a influência no ensino esportivo na escola;

entre valores capitalistas e ensino de esportes na escola. Esse movimento ocorre por duas perspectivas: pela esportivização das práticas corporais e pela ausência de conteúdos nas aulas de Educação Física, ou seja, pela negação da cultura corporal.

Palavras-chave: Expansão capitalista. Esporte. Educação Física.

ABSTRACT

Sports are born and constructed within capitalism. Sports contain the constituent elements of capitalism, as well as its contradictions and the germs of its overcoming. Therefore, it is necessary to understand the sport in its multiple determinations for us to be able to glimpse the possibilities and limits of its contribution to effective social transformation. The aim of this study was to analyze sports development trends, their main features, reviews, and contradictions regarding the phenomenon of sports as a strategy of capital. We adopted bibliographic and documentary studies as a research procedure. We emphasize that the modern day conception of sports originated in eighteenth century England, amidst the consolidation of a capitalist society. Sports have established, developed and expanded to the rest of the world along with the progress of capitalistic ideals. It faced resistance from groups against the perceived upper class's logic of organization regarding bodily practices; however, it formed a hegemonic expression of the Body Culture. Sports have been established as a commodity in the process of capitalist expansion. In this condition, it has been established as a supply chain that involves the most diverse and specific productive sectors in current times. We identify the largest sporting events as important for the accumulation of capital. That identification was based mainly on the apprehension of concepts by Harvey, such as: income monopoly and collective symbolic capital. We recognized the power of very strong companies like FIFA in mega sports events. We also identified the differentiating potential of localities as a condition able to attract capitalist investment. The choice of Rio de Janeiro to host the Olympics in 2016 focuses on its potential for collective symbolic capital. We realized how effective sports are in the capital accumulation process, extolling peace among nations and harmony between the social classes. We identified the need to apply the essence of sports in the teaching of physical education. Currently we see a connection in regards to sports and capitalist expansion strategies. This connection is exhibited in the correlation of media transmitted sports, capitalistic values, and the influence on sports education in schools. This movement occurs in two perspectives: the sportivization of bodily practices, and the denial of body culture exhibited in the lack of content within physical education classes.

Keywords: Capitalist expansion. Sports. Physical education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACM	Associação Cristã de Moços
CNE	Conferências Nacionais de Esporte
COI	Comitê Olímpico Internacional
CONFEF	Conselho Federal de Educação Física
CREF	Conselho Nacional de Educação Física
EF	Educação Física
EUA	Estados Unidos da América
ESPN	Entertainment and Sports Programming Network (Rede de Programação de Esportes e Entretenimento)
FIFA	Federação Internacional de Futebol Associado
MLB	Major League Baseball
MLS	Major League Soccer
MNCR	Movimento Contra a Regulamentação do Profissional de Educação Física
NBA	National Basketball Association
NBC	National Broadcasting Company
NFL	National Football League
NHL	National Hockey League
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAN	Prefixo grego que significa tudo ou toda. No texto relaciona-se aos Jogos Pan-americanos. Jogos de toda as Américas.
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PIB	Produto Interno Bruto
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
SUS	Sistema Único de Saúde
UEFA	Union of European Football Associations
YMCA	Young Men/s Christian Association

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA A PESQUISA: DA CONSTITUIÇÃO DO SER SOCIAL À PRODUÇÃO DE MERCADORIAS NO SISTEMA CAPITALISTA	29
1.1 O TRABALHO E A CONSTITUIÇÃO DO SER SOCIAL	29
1.2 A RELAÇÃO CAPITALISMO-TRABALHO E A PRODUÇÃO DE MERCADORIAS.....	37
2. O ESPORTE: POSSIBILIDADE DE EXPANSÃO DO CAPITAL	53
2.1 A GÊNESE DO ESPORTE.....	53
2.2 A POSSIBILIDADE DE EXPANSÃO CAPITALISTA	64
3. AS IMPLICAÇÕES DO ESPORTE NA EDUCAÇÃO FÍSICA 91	
3. 1 A GÊNESE DA EDUCAÇÃO FÍSICA E O PERCURSO DO ESPORTE NO BRASIL.....	91
3. 2 O ESPORTE NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA	103
CONCLUSÕES	113
REFERÊNCIAS	121

INTRODUÇÃO

O esporte é atualmente um dos fenômenos sociais mais presentes na vida dos indivíduos. Torna-se praticamente impossível negar sua manifestação no cotidiano dos sujeitos.

Ele se faz presente sob as mais variadas alegações dos mais irrealistas discursos e intervenções da ideologia neoliberal, que deposita também no esporte o caminho para a cidadania. Para isso, utilizam-se jargões e ações que enfatizam o esporte como salvacionista das mazelas sociais, como instrumento de inclusão e de ascensão social, como garantidor de saúde, entre outros. Esses chavões estão embasados numa ciência positivista casada com o senso comum. Assim, a ideologia neoliberal se relaciona e se efetiva em políticas públicas que interferem diretamente na vida e, logo, na formação dos seres humanos numa perspectiva de acomodação; conseqüentemente, de aceitação da realidade do capital. Nessa perspectiva existe certa positividade do esporte, uma sensação de que “o esporte pode tudo”.¹

Tanto para os países capitalistas quanto para os países do bloco socialista, o esporte, durante a Guerra Fria², foi um instrumento de fortalecimento de poder entre os países conflitantes e os modos de produção correspondentes. Em todo esse período de guerra – imediatamente após a Segunda Guerra Mundial (1945) até a degradação da União Soviética (1991) – viu-se a alternância de títulos olímpicos entre essas duas nações. Em meio a boicotes políticos de ambos os países em edições dos jogos olímpicos, a União Soviética ganhou nesse período seis Olimpíadas (1956, 1960, 1972, 1976, 1980, 1988), enquanto os Estados Unidos venceram cinco (1948, 1952, 1964, 1968, 1984). Nos últimos anos, apesar da conquista olímpica chinesa em seu território em 2008, acompanhamos a consolidação do poder esportivo do império capitalista mais poderoso: Estados Unidos.

O esporte se encontra nos discursos e nas agendas políticas dos mais diversos matizes. Ambos apregoam o esporte como direito social, ou seja, um produto da atividade humana que deve ser oferecido a toda população; logo, ele é elemento da cultura de um povo. Segundo Kunz (1994, p.22),

¹ Ver em Oliveira (2013).

² Período correspondente ao pós-Segunda Guerra Mundial, marcado por conflitos políticos, econômicos, sociais e ideológicos entre Estados Unidos e União Soviética, que representavam projetos antagônicos de sociedade, respectivamente, capitalismo e socialismo.

fica evidente que o esporte é em todas as sociedades atuais um fenômeno extremamente importante. Defrontamo-nos com ele a toda hora e em todos os instantes, mesmo sem praticá-lo. Milhares de pessoas puderam, em suas casas, acompanhar os principais eventos das últimas Olimpíadas ou da Copa do Mundo.

Os brasileiros têm a oportunidade de acompanhar, nesta década, a organização da Copa do Mundo de Futebol e das Olimpíadas em seu próprio território, agora na condição de país sede.

Diante desse cenário, o que vemos são manifestações dissonantes em relação aos megaeventos esportivos da Copa do Mundo, da Federação Internacional de Futebol Associado (FIFA), e às Olimpíadas, administradas pelo Comitê Olímpico Internacional (COI), sediados pelo Brasil, respectivamente, em 2014 e 2016. As manifestações pró-megaeventos esportivos alegam que esses eventos proporcionam a garantia da melhoria da qualidade de vida da população, com investimentos em infraestruturas, em transportes públicos, em estádios que serão utilizados para o lazer, em crescimento turístico, em empregos, entre outros. Pautados na política neoliberal, os grupos favoráveis apregoam os benefícios diretos para o processo de modernização do país, na escala do capital global.

Em contrapartida, surgem manifestações populares contrárias à realização dos megaeventos, alegando o solapamento dos direitos sociais, sob a incompreensão, por parte dos governos responsáveis, das reais necessidades da população brasileira. Essa população que solicita com urgência “padrão FIFA”³ na qualidade da educação, da saúde, da moradia, do transporte, do saneamento e de outros setores é constituída por cidadãos dos mais variados meios profissionais e acadêmicos (dos moradores diretamente afetados com a construção de estádios e locais de treinamento até mesmo partidos políticos reacionários, que aproveitam este momento para reclamar, objetivando promoverem-se na condição de partidos condutores e “ideais” para a população brasileira).

Esses “lados” antagônicos se expressam, na realidade, de diversas maneiras, até mesmo em falas de jogadores de futebol, de ídolos de proporções mundiais, como Ronaldo e Romário. O primeiro, um dos embaixadores da Copa do Mundo, afirmou em entrevista que “não se

³ Termo criado pelos grupos antimegaeventos esportivos atribuindo à mesma qualidade exigida pela FIFA nas infraestruturas da Copa do Mundo de Futebol na saúde, educação, moradia, transporte, etc.

constrói Copa com hospitais”⁴, contrapondo-se a opiniões e a ações de grupos que reclamam das exacerbações dos gastos públicos investidos principalmente nas construções de estádios⁵. O segundo, deputado federal pelo Rio de Janeiro pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), é contra tais gastos e denuncia a FIFA como a responsável pelo roubo do dinheiro público em ações e em intervenções coletivas organizadas por federações e corporações, afirmando que “Eles têm conseguido o que vieram buscar: dinheiro”⁶. Os meios de comunicação, as megaempresas, a FIFA e o COI constituem um enorme bloco capitalista que defende com “unhas, dentes” e lucro os megaeventos esportivos. Por sua vez, contrapondo-se a esses eventos grandiosos, as organizações populares, como o Comitê Popular da Copa e Olimpíadas Rio⁷, e o Comitê Popular da Copa⁸, formados por grupos e por lideranças do povo, cumprem a função de resistência e bradam por “respeito ao direito da população.”⁹ Essas organizações alegam que os gastos com a Copa do Mundo poderiam ser investidos em áreas verdadeiramente primordiais para a população brasileira, como a Saúde e a Educação. Denunciam que “sedes da Copa de 2014 recebem mais dinheiro para obras do evento do que para Educação”¹⁰.

⁴ Disponível em:

http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2013/06/20/interna_brasil,372430/ronaldo-diz-que-frase-copa-nao-se-faz-com-hospitais-nao-esta-no-contexto.shtml. Acesso em: 20 jan. 2014.

⁵ Até o dia 22/07/2013 a reforma do Estádio Maracanã custava R\$ 1,235 bilhão. Ver mais em: <http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2013/07/22/maracana-tem-novo-reajuste-de-r-60-milhoes-e-ja-custa-r-125-bilhao.htm>. Acesso em: 03 fev. 2014.

⁶ Disponível em: <http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2013/10/16/romario-chama-bebeto-e-ronaldo-de-ignorantes-e-diz-que-fifa-rouba-brasil.htm>. Acesso em: 20 jan. 2014.

⁷ Disponível em: <http://comitepopulario.wordpress.com/apresentacao>. Acesso em: 04 fev. 2014.

⁸ Disponível em: <http://comitepopularcopapoa2014.blogspot.com.br/>. Acesso em: 04 fev. 2014.

⁹ Disponível em <http://comitepopularcopapoa2014.blogspot.com.br/> Acesso em: 03 fev. 2014.

¹⁰ Disponível em <http://comitepopularcopapoa2014.blogspot.com.br/> Acesso em: 03 fev. 2014.

O conflito se estabelece: o ministro Aldo Rebelo, em artigo submetido ao jornal *Diário de São Paulo*, rebate as manifestações contra a realização da Copa do Mundo no Brasil, trazendo dados positivos para a economia e para a população brasileira. Segundo ele, seriam criados 3,6 milhões de empregos e a população iria obter renda extra de R\$ 63,48 bilhões. O ministro aponta também que o investimento em Educação e em Saúde – os setores em que a população clama objetivamente por soluções imediatas – vem crescendo desde 2007, e que até 2013 foram investidos, na Educação, R\$ 311,6 bilhões e na Saúde, R\$ 447 bilhões. Ele termina o artigo afirmando que “a Copa se paga, dá lucro e gera riquezas que ajudarão a resolver problemas seculares e estruturais da sociedade brasileira”.¹¹

O custo para a organização da Copa de 2014 atingiu R\$ 26,5 bilhões, R\$ 2,7 bilhões a mais do que o previsto no primeiro balanço orçamentário da União, de janeiro de 2011, e tende a aumentar. O Ministério do Esporte informou que a previsão é que os investimentos para o Mundial alcancem R\$ 33 bilhões¹². Sob as responsabilidades desse custo, coube à iniciativa privada apenas R\$ 3,5 bilhões (14,5%), aos governos estaduais e municipais, R\$ 7,7 bilhões (29,1%) e ao governo federal, R\$14,9 bilhões (56,4%)¹³.

Pode-se, por esses dados e pela intervenção histórica do Estado em favor da lógica de acumulação de capital, inferir que a Copa do Mundo e as Olimpíadas no Brasil terão “investimento público, lucro privado.”¹⁴

Outra denúncia remete às condições dos trabalhadores na construção dos estádios, que serão entregues a clubes esportivos privados, os quais, devido ao prazo, nem sempre têm respeitadas as ações de segurança. Foram oito mortes de operários na construção dos estádios brasileiros.

¹¹ Disponível em:

<https://www.facebook.com/aldorebelo/photos/a.161134853969569.39644.159871897429198/582579911825059/?type=1&theater>. Acesso em: 03 fev. 2014.

¹² Confirmado pelo Ministro em entrevista ao *Diário de São Paulo*, registrado também no facebook do ministro. Disponível em:

<https://www.facebook.com/aldorebelo/photos/a.161134853969569.39644.159871897429198/582579911825059/?type=1&theater>. Acesso em: 03 fev. 2014.

¹³ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/esporte/2013/02/1226532-gastos-com-a-copa-2014-estouram-previsao-e-atingem-r-265-bilhoes.shtml>.

Acesso em: 03 fev. 2014.

¹⁴ Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/copa-do-mundo-e-olimpiada-investimento-publico-lucro-privado>. Acesso em: 03 fev. 2014.

As remoções e os despejos¹⁵ também fazem parte desse cenário desolador. Estima-se que 170 mil pessoas foram forçadas a deixar suas casas. Trata-se de comunidades localizadas em regiões importantes economicamente, valorizadas principalmente pelo ramo do capital especulativo, muitas vezes por estarem assentadas em regiões centrais e próximas aos palcos principais do espetáculo esportivo: os estádios.

A repressão do aparato policial pretende expulsar “os trabalhadores empobrecidos (*“classes perigosas”*) de modo violento para as periferias longínquas e precárias das grandes cidades promotoras dos megaeventos esportivos.” (PIRES; SILVA, 2011, p. 20)

Em suma, em meio aos diversos tipos de argumentos e posições contra e a favor, percebe-se que paira ainda no ar, aqueles que são a favor, defendendo a importância para a economia, a cultura e o lazer; de outro lado, há os argumentos contrários, normalmente alegando ser um evento que poderá repetir corrupção e pouca relevância social, tendo como base a desconfiança das promessas não cumpridas dos “legados do PAN”. Por fim, há aqueles que têm a ilusão das Olimpíadas como uma oportunidade de denúncia da realidade e dar visibilidade ao estado deplorável de exploração, empobrecimento, desemprego e subemprego em que vive a maioria dos trabalhadores assalariados no Brasil. (PIRES; SILVA, 2009, p. 13-14)

A questão que se põe ao povo brasileiro diz respeito ao legado da realização dos megaeventos esportivos. O que nos cabe é compreender esse fenômeno e suas implicações na vida dos indivíduos.

Os megaeventos esportivos representam a complexificação das relações do esporte, quicá da cultura corporal¹⁶, na esteira do capitalismo. O espetáculo é, portanto, “o momento em que a mercadoria *ocupou totalmente* a vida social. Os megaeventos esportivos, através da

¹⁵ Disponível em:

http://www.portalpopulardacopa.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=367&Itemid=269. Acesso em: 04 fev. 2014.

¹⁶ É perceptível, mas isso requer aprofundamentos que não serão possíveis no respectivo trabalho, que os megaeventos esportivos compreendem a coadunação ou até mesmo a esportivização da cultura corporal, pelo fato de as demais expressões dessa cultura (lutas, ginásticas, entre outras), se “encontrarem” e construir os elos necessários para a lógica de expansão capitalista.

mercadoria esporte, tornam os consumidores reais em consumidores de ilusões, melhor dizendo, a mercadoria é uma ilusão efetivamente real, e o espetáculo é sua manifestação geral”. (PIRES; SILVA, 2009, p, 12 – 13)

Partindo da premissa de que o esporte envolve códigos, características, sentidos e significados da sociedade que o pratica e que esta se constitui na relação antagônica da classe trabalhadora com a classe capitalista, sendo que os códigos, características, sentidos e significados que predominam são os da segunda sob os da primeira, propomos compreender o esporte, considerando os limites deste trabalho.

Seguindo a orientação materialista da compreensão da realidade concreta e do homem inserido no atual contexto social, acreditamos essencial para o entendimento das múltiplas determinações do esporte, seus limites e possibilidades, a compreensão da função da Educação para a sociabilidade capitalista. Para Meszáros (2007, p.196-197), que analisa os vínculos entre Educação e reproduções sociais,

Poucos negariam hoje que os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados. Consequentemente, uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança. Mas, sem um acordo sobre esse simples fato, os caminhos dividem-se nitidamente. Pois caso não se valorize um determinado modo de reprodução da sociedade como o necessário quadro de intercâmbio social, serão admitidos, em nome da reforma, apenas alguns ajustes menores em todos os âmbitos, incluindo o da educação. As mudanças sob tais limitações, apriorísticas e prejudicadas, são admissíveis apenas com o único e legítimo objetivo de corrigir algum detalhe defeituoso da ordem estabelecida, de forma que sejam mantidas intactas as determinações estruturais fundamentais da sociedade como um todo, em conformidade com as exigências inalteráveis da lógica global de um determinado sistema de reprodução. Podem ajustar-se as formas pelas quais uma multiplicidade de

interesses particulares conflitantes se deve conformar com a regra geral preestabelecida da reprodução da sociedade, mas de forma nenhuma pode-se alterar a própria regra geral.

Para Saviani (2008) a principal função do trabalho educativo é a produção intencional da humanidade nos indivíduos, que é produzida histórica e coletivamente pelos homens.

Martins (2004, p. 65-66) destaca a importância da função da educação escolar no desenvolvimento humano, afirmando que a função essencial da escola “[...] é a socialização do saber historicamente produzido, tendo em vista a máxima humanização dos indivíduos, e que esta função não se exerce na centralização das esferas do cotidiano, do imediatamente visível e acessível”.

No interior da educação escolar, é mister a preocupação com a Educação Física e com seu papel na contribuição para a superação desta realidade social. A proposta teórico-metodológica *crítico superadora* é a que mais se aproxima do objetivo de contribuir para a transformação social. Essa tendência propõe que o conhecimento deve ser tratado com base no *diagnóstico* da realidade social, apresentando um juízo de valor sobre essa realidade, que sempre representa o interesse de determinada classe; nesse caso defendem-se os interesses da classe trabalhadora, buscando determinar uma direção. Parte-se do pressuposto de que o *conhecimento* encontra-se no centro do processo educacional e o docente assume a diretividade na intervenção pedagógica. (COLETIVO DE AUTORES, 1992)

O conhecimento é, portanto, o centro do processo educativo, mediado pela prática social por meio das relações de ensino-aprendizagem. Martins (2004) explicita que a função da escola é socializar o saber historicamente produzido pelos seres humanos, objetivando elevar à máxima potencialidade humana, no sentido de se apropriar de conhecimentos e habilidades que se tornaram necessárias para o *homem genérico*. Essa *apropriação das objetivações* humanas não é dada no imediatismo do cotidiano: ela se dá pela ampla e frequente aproximação com o objeto estudado, detalhando-o em suas múltiplas facetas, a fim de formular uma *síntese de abstrações* para sua possível apreensão.

Segundo a linha desta pesquisa, a “[...] apropriação ativa e consciente do conhecimento é uma das formas de emancipação humana”. (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 17)

O conhecimento tratado pela Educação Física é o da cultura corporal, expresso no direito de acessar, de forma histórica e crítica, o acervo de práticas corporais culturalmente construídas pela humanidade, o que configura, portanto, o direito a adquirir conhecimentos como jogo, esporte, dança, ginástica, capoeira e outros. (COLETIVO DE AUTORES, 1992)

Dentre as práticas sociais mencionadas acima, destacamos o esporte, pela presença marcante que ele possui no interior da escola e da sociedade vigente. Sem sombra de dúvidas, o esporte apresenta-se como uma manifestação social fortemente presente no cotidiano da humanidade.

O esporte geralmente é tratado nas aulas de Educação Física de forma irrefletida e tecnocrática e isso pouco (ou nada) contribui para um projeto de sociedade em que o homem não seja explorado pelo próprio homem. É preciso desvelar o esporte em suas múltiplas facetas, procurando superar o imediato do cotidiano, que se apresenta de forma fragmentada e desconectada, como se não fosse partícipe do modo de produção capitalista. É preciso colocá-lo numa matriz revolucionária, dando-lhe um sentido de classe trabalhadora em meio à desumanização oriunda desse modo de sociabilidade.

Taffarel (2009) ressalta que o esporte, com a sua atual caracterização hegemônica, da maneira como é tratado na escola, não contribui para a superação da realidade social e, portanto, não responde às necessidades da classe trabalhadora.

O ensino do esporte nas aulas de Educação Física historicamente vem reforçando a lógica do capital, acentuando as desigualdades sociais. É preciso possibilitar ao aluno constantes aproximações com o esporte, de forma que ele possa apreendê-lo garantindo a “preservação do significado, a vivência de sucesso nas atividades e a alteração de sentidos por meio da reflexão pedagógica”. (ESCOBAR, 1996 apud TAFFAREL, 2009, p. 89)

É na compreensão do esporte no processo de expansão capitalista e de suas implicações para a Educação Física que esta pesquisa procurou se aprofundar. São significativos os esforços e as contribuições do livro *Metodologia do Ensino de Educação Física* (COLETIVO DE AUTORES, 1992) para a Educação Física e para o trato com o esporte na escola. No entanto, como os próprios autores dessa publicação têm ressaltado, a proposta ainda necessita de aprofundamentos, para que a efetividade da ação pedagógica ocorra no sentido de contribuir para os interesses da classe trabalhadora.

Assim, no decorrer deste estudo, procuramos responder ao seguinte *problema*: quais as tendências de desenvolvimento do esporte, suas principais características, críticas e contradições referentes ao fenômeno esportivo como uma das possibilidades de expansão do capital e suas influências para a Educação Física?

Logo, temos como *objetivo*: analisar as tendências de desenvolvimento do esporte, suas principais características, críticas e contradições referentes ao fenômeno esportivo como uma das possibilidades de expansão do capital e suas influências para a Educação Física.

Para responder às questões levantadas anteriormente, utilizamos a pesquisa teórica como norteadora da análise concreta do fenômeno esportivo. Para Trivinos (1995, p. 104), nenhum pesquisador busca às cegas a verdade sobre a resolução do problema. Esse autor se embasa em teorias para iluminar sua conduta de investigador e acrescenta não ser possível “interpretar, explicar e compreender a realidade sem um referencial teórico”.

O referencial teórico, como orientador da pesquisa, é o marxismo. O Materialismo Histórico-Dialético considera que o pesquisador “deve ter presente em seu estudo uma concepção dialética da realidade natural e social e do pensamento, a materialidade dos fenômenos e que estes são possíveis de conhecer”. (TRIVINOS, 1995, p. 73)

Assim, buscamos referências e orientações em obras de Marx, de Engels e de seus estudiosos, especialmente em obras de Lukács, de Meszáros, de Harvey e de Leontiev, perspectivando “preparar” o campo para o esporte entrar em cena.

Com o esporte no palco das análises, foram significativos os aportes de Harvey. Estudamos alguns conceitos e princípios que esse autor traz sobre o capital e sua necessidade expansiva, articulando-os com análises sobre o esporte como mercadoria. Destacamos no decorrer do texto o conceito de Renda Monopolista. Apontamos como o capital dinamiza o esporte espetáculo para sua lógica de expansão.

Na pretensão da concretude do esporte nessa atualidade do capital, procedemos a uma investigação de artigos de revistas científicas, de reportagens jornalísticas de revistas e blogs, buscando dialogar com os conceitos evidenciados por Harvey.

Foram adotados, portanto, como procedimento de pesquisa, os estudos bibliográficos e documentais.

Minayo (1994, p. 17) aponta que “a pesquisa é a atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo.

Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação”.

Buscando alimentar a atividade de ensino com elementos teóricos para repensar o fenômeno esportivo para a Educação Física, estabelecemos como objetivo compreender, interpretar e explicar, salvo os limites deste trabalho, o esporte como uma das possibilidades da expansão capitalista, limitando-nos às seguintes categorias de estudo: *trabalho, esporte, expansão capitalista e esportes para a Educação Física*.

Os capítulos estão organizados da seguinte forma:

No primeiro capítulo, intitulado “Pressupostos Teóricos para a pesquisa: da constituição do ser social à produção de mercadorias no sistema do capital”, objetivamos compreender a formação do ser social e entender como essa formação se efetiva no modo de produção capitalista, pondo em perspectiva assentar as discussões posteriores sobre o esporte. Assim, foi necessário dividir o capítulo em dois. No primeiro subcapítulo, “O trabalho e a constituição do ser social”, relevamos o trabalho à condição de elemento fundante do ser social, apresentando, sucintamente, a dinâmica de formação desse ser. No segundo subcapítulo, denominado “A relação capital-trabalho e a produção de mercadorias”, explicitamos a dinâmica de formação humana na esteira do modo de produção capitalista.

No segundo capítulo, denominado “O esporte: possibilidade de expansão do capital”, relacionamos as principais características, críticas e contradições do esporte no processo de expansão capitalista. Sua gênese foi retraçada, analisando a condição do esporte como mercadoria e seu papel no processo de expansão do capital.

No terceiro capítulo, intitulado “As implicações do esporte na Educação Física”, apresentamos as implicações do fenômeno esportivo na Educação Física, apontando limites e possibilidades desta relação na esteira do capitalismo.

O esporte se originou e se desenvolveu atrelado ao processo de desenvolvimento da sociabilidade capitalista, tornou-se a manifestação hegemônica da cultura corporal e, da forma como é tratado na atualidade, contribui para a manutenção dessa sociabilidade. Torna-se necessário compreendê-lo em suas múltiplas determinações, para que o efetivemos de modo a contribuir no processo de transformação social.

1. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA A PESQUISA: DA CONSTITUIÇÃO DO SER SOCIAL À PRODUÇÃO DE MERCADORIAS NO SISTEMA CAPITALISTA

Partindo do pressuposto de que o trabalho é o elemento fundante do ser social, procedemos neste capítulo ao exame da produção da existência deste ser e sua formação na esteira do capital, com o intuito de assentar, *a posteriori*, as discussões sobre o esporte como uma das possibilidades da dinâmica de expansão capitalista.

1.1 O TRABALHO E A CONSTITUIÇÃO DO SER SOCIAL

O trabalho é o intercâmbio necessário que o homem estabelece com a natureza a fim de satisfazer suas necessidades. Ao atuar sobre a natureza, modificando-a, o homem, ao mesmo tempo, modifica sua própria natureza. O produto do trabalho é a riqueza. (MARX, 1983)

Mas, o que é a riqueza, uma vez abandonada a limitada forma burguesa, a não ser a universalidade das necessidades, capacidades, dos prazeres, das forças produtivas, etc., dos indivíduos, criada no intercâmbio universal? Que é senão o pleno desenvolvimento do domínio do homem sobre as forças da natureza, seja sobre aquelas da chamada natureza, seja sobre aquelas da própria natureza? Que é senão a exteriorização absoluta das suas faculdades criativas? Essa riqueza exige imediatamente a totalidade das forças produtivas, é um resultado a que a humanidade chega através da própria história. (MANACORDA, 1996, p.80)

O homem é, portanto, o resultado do processo coletivo e histórico da humanidade intermediado pelo trabalho. Ele necessita se apropriar das riquezas a fim de satisfazer suas necessidades e, concomitantemente, realizar novas objetivações, cotidianamente.

Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter intermediário: ele é, essencialmente, uma interrelação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (utensílio, matéria prima, objeto de trabalho) como orgânica, interrelação que [...] assinala a passagem, no

homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social. (LUKÁCS, 2013, p. 44)

Essa passagem de um ser orgânico a um ser qualitativamente superior – homem – só foi possível por intermédio do trabalho. Esse processo – salto ontológico¹⁷ – durou milhares de anos e resultou em transformações significativamente complexas para o próprio homem e na relação deste com a natureza.

O desenvolvimento da estrutura anátomo-fisiológica do homem é fruto da constante luta pela sobrevivência¹⁸, a fim de satisfazer suas necessidades básicas: alimentar-se, aquecer-se, defender-se de outros animais, etc. Nesse intercâmbio necessário com a natureza, ele foi se transformando e aperfeiçoando suas destrezas físicas e fisiológicas, transmitindo tais características de geração em geração.

A mão só pôde atingir sua perfeição graças ao próprio trabalho. É por isso “que a mão não é apenas um órgão de trabalho, é também produto do trabalho”. (ENGELS, 1986, p. 21). A mão humana e a mão do macaco, idênticas anatomicamente, são diferentes justamente neste aspecto; é por isso que “nenhum macaco conseguiu, por exemplo, construir um machado de pedra por mais rudimentar que fosse” (ENGELS, 1986, p. 21) e muito menos conseguiria o “alto grau de perfeição que pode fazer surgir o milagre dos quadros de Rafael, as estátuas de Thorwaldsen, a música de Paganini”. (ENGELS, 1986, p. 22)

Além da condição transformadora da mão, o trabalho influenciou o aperfeiçoamento dos órgãos dos sentidos¹⁹, em ligação com o desenvolvimento do cérebro. Pelo trabalho, “o sentido do tato tornou-se mais preciso, o olho humanizado vê muito mais nas coisas do que o olho da ave mais perscrutante, o ouvido tornou-se capaz de perceber as

¹⁷ Lukács (2013, p. 43) enfatiza só ser possível a percepção deste salto *post festum* sobre alegação de que “a anatomia do homem fornece a chave para a anatomia do macaco”.

¹⁸ A passagem da forma quadrúpede a bípede, talvez sob a necessidade de apanhar frutas de árvores; a destreza e habilidades da mão a desempenhar funções diferentes das do pé, como arremessar uma pedra para se defender de outro animal, etc. podem ser indícios de representação da necessidade de sobrevivência.

¹⁹ É da ação, enquanto complexo orgânico, dos órgãos dos sentidos que os homens se apropriam do mundo. A pele é o maior órgão do corpo humano e muito pouco se sabe de sua funcionalidade, propriedade e potencialidade.

diferenças e as semelhanças mais ligeiras entre os sons da linguagem articulada do homem”. (LEONTIEV, 1978, p. 79)

Essas transformações só foram possíveis sob algumas condições além das apresentadas: a de que o trabalho só poderia nascer em meio a animais que vivessem em grupo, que apresentassem relações minimamente desenvolvidas de vida em comum e a partir da existência, nos animais superiores, de forma desenvolvida de reflexo psíquico da realidade. (LEONTIEV, 1978)

É importante enfatizar, portanto, que “o aparecimento do homem, o mais social dos animais” (ENGELS, 1986, p. 23), decorre do trabalho.

O trabalho é a fonte de toda riqueza [...]. E o é, de fato, ao lado da Natureza, que lhe fornece a matéria por ele transformada em riqueza. Mas é infinitamente mais do que isso. É a condição fundamental de toda a vida humana; e o é num grau tão elevado que, num certo sentido, pode-se dizer: o trabalho, por si mesmo, criou o homem. (ENGELS, 2000, p. 215)

É justamente no trabalho que o homem se diferencia dos animais. A atividade vital²⁰ do animal está vinculada à ação biológica imediata, intrinsecamente relacionada à realidade natural. A diferenciação entre o animal e o homem, nesse aspecto, encontra-se no trabalho, em que, a partir da transformação e do domínio sobre a natureza, colocando suas forças sob o domínio do social, o homem se realiza no que diz respeito ao gênero. (DUARTE, 1993)

Os animais só podem utilizar a natureza e modificá-la apenas porque nela estão presentes. Já o homem modifica a natureza e a obriga a servi-lo, ou melhor: domina-a. Analisando mais profundamente, não há dúvida de que a diferença fundamental entre os homens e os outros animais está na força do trabalho. (ENGELS, 1986, p. 33)

Convém destacar que a atividade vital do homem não garante apenas a existência física; só assim, o homem não existiria. Para o animal, a garantia de sua existência se encerra na garantia de sua espécie. Para o homem, necessariamente, a apropriação das riquezas – materiais e espirituais –, objetivadas ao longo do processo histórico e

²⁰ Compreende-se como atividade vital a atividade que assegura a existência e reprodução das espécies animais.

coletivo de gerações anteriores é que garante sua existência. (DUARTE, 1993)

O homem, assim como o animal, vive da natureza, ou melhor, ele é parte dela. O homem transforma a natureza dando-lhe uma forma (de alimento, de vestuário, de habitação, etc.) que possa ser apropriada por ele, a fim de satisfazer sua necessidade. A natureza, portanto, é o corpo inorgânico do homem, em que ele precisa estabelecer um intercâmbio *contínuo* para se manter vivo. (MARX, 2010b)

Para Lukács (2013), o trabalho é o modelo de toda práxis social. Ele é a contínua tomada de posições teleológicas. As propriedades, os fundamentos e as legalidades presentes no objeto em si são postos em movimento, pelo homem, por meio do processo de trabalho, a fim de obter, ao final deste processo, um produto (o novo) que venha a satisfazer suas necessidades.

No ser em si da pedra não há nenhuma intenção, e até nem sequer um indício da possibilidade de ser usada como faca ou como machado. Ela só pode adquirir tal função de ferramenta quando suas propriedades objetivamente presentes, existentes em si, forem adequadas para entrar numa combinação tal que torne isso possível. E isso, no plano ontológico, já pode ser encontrado claramente no estágio mais primitivo. Quando o homem das origens escolhe uma pedra para usá-la, por exemplo, como machado, *deve reconhecer corretamente* esse nexos entre as propriedades da pedra – que nas mais das vezes tiveram uma origem casual – e a sua respectiva possibilidade de utilização concreta. [...] o homem que trabalha pode inserir as propriedades da natureza, as leis do seu movimento, em combinações completamente novas e atribuir-lhes funções e modos de operar completamente novos. Considerando, porém, que isso só pode acontecer no interior do caráter ontológico insuprimível das leis da natureza, a única mudança das categorias naturais só pode consistir no fato de que estas – em sentido ontológico – tornam-se postas; esse seu caráter de terem sido postas é a mediação da sua subordinação ao pôr teleológico determinante, mediante o qual, ao mesmo tempo que se realiza um entrelaçamento posto de causalidade e teleologia, tem-se um objeto, um processo, etc.

unitariamente homogêneo. Natureza e trabalho, meio e fim chegam, desse modo, a algo que é em si homogêneo: o *processo de trabalho* e, ao final, o *produto do trabalho*. (LUKÁCS, 2013, p. 54 - 55, *grifo nosso*)

O processo de trabalho é composto pelos *meios de produção* – objeto de trabalho e meio de trabalho – e pelo próprio *trabalho* como a atividade orientada a um fim. (MARX, 1983) Evidenciamos que entre esses meios está o conhecimento. Esse encontrou-se no estágio mais primitivo da humanidade, no momento em que o homem das origens teve que escolher e, portanto, reconhecer nas propriedades das pedras a possibilidade de sua utilização para a realização do seu objetivo, tal qual o exemplo apresentado por Lukács (2013) da utilização da pedra como machado.

A natureza é, portanto, a fonte de meios de subsistência²¹, prontos para o usufruto humano. Nela estão presentes peixes, frutas, minérios, madeiras, pedras, etc. Esses objetos, quando retirados de sua conexão direta com a natureza, são chamados de *objeto de trabalho*. Quando, ao retirá-los, forem mediados pelo trabalho para submetê-los a outro processo de trabalho, eles passam a denominar-se *matéria-prima*. Dessa forma, “toda matéria-prima é objeto de trabalho, mas nem todo objeto de trabalho é matéria-prima. O objeto de trabalho apenas é matéria-prima depois de já ter experimentado uma modificação mediada pelo trabalho”. (MARX, 1983, p. 150)

O *meio de trabalho* é a coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador utiliza para se apropriar do objeto de trabalho pretendido. Ele utiliza as propriedades presentes nesta coisa para atuar sobre os outros objetos, de acordo com o seu objetivo. Ao mesmo tempo em que a natureza porta os objetos de trabalho, assegura também os meios de trabalho, mesmo porque, dependendo da atividade pretendida, o objeto de trabalho pode tornar-se meio de trabalho. (MARX, 1983)

Marx (1983, p. 151) afirma que “o mesmo valor de uso constitui o produto desse trabalho, e o meio de produção daquele. Produtos são, por isso, não só resultados, mas, ao mesmo tempo, condições do processo de trabalho”.

Tão logo o processo de trabalho esteja em alguma medida desenvolvido de todo, necessita ele de

²¹ São os meios – objetos – por intermédio dos quais o homem consome – alimento, vestimenta, moradia – a fim de satisfazer suas necessidades.

meios de trabalho já trabalhados. Nas cavernas humanas mais antigas encontramos *instrumentos* de pedra e armas de pedra. Ao lado de pedra, madeira, osso e conchas trabalhados, o animal domesticado e, portanto, já modificado por trabalho, desempenha no início da história humana o papel principal como meio de trabalho. O uso e a criação de meios de trabalho, embora existam em germe em certas espécies de animais, caracterizam o processo de trabalho especificamente humano e Franklin, define, por isso, o homem como [...] um animal que faz ferramentas. (MARX, 1983, p. 150 – 151, grifo nosso)

De acordo com Engels (2000), é justamente no uso e na produção de instrumentos que o trabalho se inicia.

Assim, torna-se essencial apontar uma das diferenças fundamentais entre os animais e os homens. Ambos produzem; no entanto são produções em condições diferentes. O primeiro, vinculado à realidade biológica e imediata; o segundo, como condição de garantia de sua existência histórica. A passagem de Marx (2010a, p. 85) parece não deixar dúvidas sobre esse aspecto:

É verdade que também o animal produz. Constrói para si um ninho, habitações, como a abelha, castor, formiga, etc. No entanto, produz apenas daquilo de que necessita imediatamente para si ou sua cria; produz unilateralmente, enquanto o homem produz universalmente; o animal produz apenas sobre o domínio da carência física imediata, enquanto o homem produz mesmo livre da carência física, e só produz, primeira e verdadeiramente, na sua liberdade com relação a ela; o animal só produz a si mesmo, enquanto o homem reproduz a natureza inteira; no animal, o seu produto pertence imediatamente ao seu corpo físico, enquanto o homem se defronta livremente com o seu produto, o animal forma a medida e a carência da *species* a qual pertence, enquanto o homem sabe produzir segundo a medida de qualquer *species*, e sabe considerar, por toda a parte, a medida inerente ao objeto; o homem também forma por isso segundo as leis da beleza.

O instrumento é o produto do trabalho que serve como condição mediadora entre o homem e a natureza. A produção de instrumentos é um processo em que o homem se apropria da natureza ao mesmo tempo em que imprime “nela” a forma desejada, criando o novo.

O animal não preserva o instrumento, ele o usa por conta de uma necessidade estritamente biológica. Um macaco, por exemplo, pegará o galho mais próximo para se defender de um predador. Ao afastá-lo de si, deixará o instrumento logo após satisfazer sua necessidade imediata, sem se preocupar se esse instrumento é ideal (“o melhor”) para o objetivo de espantar o predador, caso outro apareça. O homem preserva o instrumento, no sentido de usá-lo em condições específicas e construí-lo para essa condição. Dessa forma “[...] o instrumento se conserva, enquanto as satisfações imediatas passam e são esquecidas. Com os instrumentos, o homem domina a natureza exterior, ainda que lhe permaneça sujeito segundo seus fins”. (HEGEL apud LUKÁCS, 2013, p. 57 - 58)

O homem, portanto, produz e conserva, historicamente, seus instrumentos e o mundo material, a fim de suprir sua necessidade essencial de existência.

As condições materiais da vida humana constituem a base indispensável da própria história humana. Nesse sentido, a atividade vital deve assegurar, antes de mais nada, *as condições materiais da existência do gênero humano*. Sem isso não há história. Essa produção não apenas constitui a indispensável base material para a vida humana, como também, nela se forma a dinâmica própria do desenvolvimento do gênero humano, isto é, a relação entre objetivação e apropriação. (DUARTE, 1993, p. 30, grifo nosso)

É nessa dinâmica de apropriação do existente, e a partir da objetivação dele, que o homem faz história.

O primeiro pressuposto de toda existência humana e, portanto, também, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens tem de estar em condições de viver para poderem fazer história. Mas, da vida fazem parte sobretudo comer e beber, habitação, vestuário e ainda algumas outras coisas. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, *a produção da própria vida*

material e a verdade é que esse é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, tal como há milhares de anos, tem de ser realizado dia a dia, hora a hora, para ao menos manter os homens vivos. (ENGELS e MARX, 2007, p. 40-41, grifo nosso)

É condição indispensável do ser humano a efetivação da história. O homem ao mesmo tempo é história e faz história, à medida que, ao produzir os meios de sua existência exterior, produz a si mesmo, como ser genérico. (DUARTE, 1993)

O homem, ao produzir os meios para a satisfação de suas necessidades básicas de existência, ao produzir uma realidade humanizada por sua atividade, humaniza a si próprio, na medida em que a transformação objetiva requer dele uma transformação subjetiva. Cria, portanto, uma realidade humanizada tanto objetiva quanto subjetivamente. Ao se apropriar da natureza, transformando-a para satisfazer suas necessidades, objetiva-se nessa transformação. (DUARTE, 1993, p. 31)

Ao estabelecer intercâmbio com a natureza, o homem a transforma e a humaniza. Dessa forma, estabelece também relação com os outros homens. “É apenas por intermédio desta relação a outros homens que o homem se encontra em relação à natureza” (LEONTIEV, 1978, p. 80)

Logo, outra característica apontada por Leontiev (1978), que mantém relação dependente na sua essência com a anterior – uso e produção de instrumentos – e que é propriedade do processo de trabalho, é a *atividade comum coletiva*²².

É por isso que o trabalho é “uma atividade originariamente social, assente na cooperação entre indivíduos, que supõe uma divisão técnica, embrionária que seja, das funções; assim, o trabalho é uma ação sobre a natureza, ligando entre si os participantes, mediatizando a sua comunicação”. (LEONTIEV, 1978, p. 81).

Em suma, o processo de trabalho, composto pelos meios de produção – meio de trabalho e objeto de trabalho – e o trabalho como

²² Para Leontiev (1978, p. 80) “O trabalho é [...] desde a origem mediatizado simultaneamente pelo instrumento (em sentido lato) e pela sociedade”.

fim em si, tem como objetivo a produção de um “objeto”, ou melhor, de um “produto” que satisfaça necessidades humanas e que é valor de uso.

Valor de uso é a riqueza produzida pela dinâmica do trabalho a fim de satisfazer necessidades humanas. O valor de uso é composto pelos meios de subsistência e pelos meios de produção. *Meios de Subsistência* são os meios por intermédio dos quais os homens satisfazem necessidades imediatas (necessidade de comer: arroz, feijão, milho, etc.). Os *meios de produção – meio de trabalho e objeto de trabalho* – são os meios por intermédio dos quais os homens produzem os meios de subsistência. O valor de uso realiza-se somente no uso e no consumo. (MARX, 2010b)

Como criação de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana. (MARX, 1983, p. 50)

1.2 A RELAÇÃO CAPITALISMO-TRABALHO E A PRODUÇÃO DE MERCADORIAS

Em tempos de insurgências de ordem política, social e econômica, de precariedade no mundo do trabalho, com altos índices de desemprego e subemprego, de níveis exorbitantes de miserabilidade em todas as esferas da vida social, até mesmo nos países desenvolvidos, como Estados Unidos e países da Europa²³, convém questionar, cada vez mais, a respeito do que somos – como seres sociais – e do que podemos vir a ser.

Diante do exposto, há os que apregoam que as reformas – adotadas por políticas neoliberais lideradas pelos impérios capitalistas dominantes – no interior do sistema do capital sejam o caminho para o controle dessas atrocidades e que um pleno desenvolvimento humano será alcançado com o próprio desenvolvimento do capital e de suas forças produtivas. Outros apostam num outro modo de produção

²³ Acompanhamos pelos meios de comunicação – apesar de eles serem cada vez menos confiáveis – países que apresentavam poderio econômico ao longo do processo histórico indo a ruínas, como Espanha, Portugal e a clássica Grécia, chegando este último, recentemente, a uma taxa de desemprego de 27%, que corresponde, em média, a um desempregado a cada quatro habitantes.

possível, em que a exploração do homem pelo próprio homem seja ceifada e o pleno desenvolvimento humano seja o escopo.

Esta passagem de Galeano (1999, p. 7-8), na qual discorre sobre o capitalismo, denominando-o de “mundo ao avesso”, para apresentar o medo de caminhar nessa trilha capitalista obscura e cotidiana, é significativa para esclarecer as mazelas do capital:

Caminhar é um perigo e respirar é uma façanha nas grandes cidades do mundo ao avesso. Quem não é prisioneiro da necessidade é prisioneiro do medo: uns não dormem por causa da ânsia de ter o que não têm, outros não dormem por causa do pânico de perder o que têm. O mundo nos adentra para ver o próximo como uma ameaça e não como uma promessa, nos reduz à solidão e nos consola com drogas químicas e amigos cibernéticos. Estamos condenados a morrer de fome, a morrer de medo ou a morrer de tédio, isso se uma bala perdida não vier abreviar nossa existência. O mundo ao avesso nos ensina a padecer a realidade ao invés de transformá-la, a esquecer o passado ao invés de escutá-lo e a aceitar o futuro ao invés de imaginá-lo.

O capitalismo se constitui por uma rede de contradições que assevera sua natureza destruidora, incontrolável e incorrigível. Na raiz dessas contradições encontra-se o antagonismo inconciliável entre *capital* e *trabalho*, sendo que este último, na condição capitalista de produção, encontra-se subsumido ao primeiro. (MESZÁROS, 2003)

O que acarreta essa subsunção do trabalho ao capital? Em que nível essa relação influencia a vida dos seres humanos? Afinal, como se forma esse ser humano no “laboratório” do capital?

Diante da complexidade do sistema vigente, é impossível, neste capítulo, esgotar tais questões. Assim, analisaremos o trabalho e o processo de trabalho sob a lógica capitalista, pretendendo apontar contradições “básicas” dessa relação dialética entre capital e trabalho.

Iniciamos a análise pela mercadoria. Como evidenciamos a riqueza, que é o valor de uso, é o produto do trabalho e condição indispensável para a existência do ser social. Na especificidade do sistema sóciometabólico do capital, o valor de uso é, ao mesmo tempo, valor de troca.

Ambos, valor de uso e valor de troca, são portados na mercadoria. Esta, enquanto valor de uso, satisfaz uma necessidade específica

humana. Os valores de uso são frutos do intercâmbio do homem com a natureza, mediados pelo trabalho. Marx (1983, p. 47) pondera que, “como valores de uso, as mercadorias são, antes de mais nada, de diferente qualidade; como valores de troca só podem ser de quantidade diferente, não contendo, portanto, nenhum átomo de valor de uso”.

Assim, a mercadoria é, além do valor de uso, um produto da atividade humana que

já se transformou em nossas mãos. Se abstraímos o seu valor de uso, abstraímos também os componentes e formas corpóreas que fazem dele valor de uso. Deixa já de ser mesa ou casa ou fio ou qualquer outra coisa útil. Todas suas qualidades sensoriais se apagaram. Também já não é mais o produto do trabalho do marceneiro ou do pedreiro ou do fiandeiro ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado. Ao desaparecer o caráter útil dos trabalhos nela representados, e desaparecerem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de se diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade e igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato. (MARX, 1983, p. 47)

O trabalho abstrato é, portanto, o dispêndio de força de trabalho, em comum nos trabalhos concretos, que gera o valor das mercadorias. O valor de uma mercadoria é medido pelo quantum de trabalho necessário para sua produção. (MARX, 1983)

Um quantum maior de valor de uso representa em si e para si riqueza material, dois casacos mais que um. Com dois casacos podem-se vestir duas pessoas, com um casaco, somente uma pessoa etc. Entretanto, à crescente massa de riqueza material pode corresponder um decréscimo simultâneo de valor. Esse movimento contraditório origina-se do *duplo caráter do trabalho*. (MARX, 1983, p. 52-54, grifo nosso)

Sobre o duplo caráter do trabalho, característica essencial do sistema capitalista, é fundamental ratificar que

Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força de trabalho do homem no sentido fisiológico, e nessa qualidade de trabalho humano igual ou

trabalho humano abstrato gera o valor da mercadoria. Todo trabalho é, por outro lado, dispêndio de força de trabalho do homem sob forma especificamente adequada a um fim, e nessa qualidade de trabalho concreto útil produz valores de uso. (MARX, 1983, p. 53)

Em suma, a mercadoria, unidade de valor de uso e valor, é produto, ao mesmo tempo, de trabalho concreto e de trabalho abstrato. O primeiro produz valor de uso e é primordial para a existência humana, independente da forma social. O segundo é gerador de valor. Nesse caráter contraditório, a mercadoria traz consigo dupla forma: é objeto de satisfação humana e porta valor.

Abrimos um adendo referente ao esporte. Podemos destacar que a sua dupla forma incide sobre a perspectiva ontológica da constituição de sua “corporeidade” e sua condição de valor de uso e sobre a sua perspectiva do capital, transformado-o em valor de troca.

O poder da mercadoria avulta à medida que a circulação da mercadoria se desenvolve. É por isso que se pode ratificar que circulação de mercadorias é o ponto de partida do capital. O mesmo surge na dinâmica *histórica* de produção e de circulação desenvolvida de mercadorias. É, portanto, no século XVI que surge a história moderna do capital, com a expansão e a consolidação mundial do mercado e do comércio. (MARX, 1983)

A forma direta de circulação de mercadorias acontece na substituição de um valor de uso por outro valor de uso, na esfera da circulação, mediada pelo dinheiro²⁴, para a satisfação de necessidades humanas, que se dá fora dessa esfera. (TUMOLO, 2005)

Nesse movimento, acontecem, então, duas metamorfoses. A primeira diz respeito à transformação da forma mercadoria para a forma dinheiro, M – D, que consiste na dinâmica da venda. A segunda metamorfose incide na compra, em que a forma dinheiro se metamorfoseia para a forma mercadoria, sendo D – M. Ambas as metamorfoses completam o ciclo da circulação simples de mercadoria, que por si só não acrescenta mais valor à mercadoria; portanto o

²⁴ O dinheiro é o equivalente geral das trocas de mercadorias, é a forma equivalente do valor. Essa condição foi alcançada pelo próprio desenvolvido histórico da troca e circulação de mercadoria. De acordo com Marx (1983, p. 84), “uma mercadoria não parece tornar-se dinheiro porque todas as outras mercadorias representam nela seus valores, mas, ao contrário, parecem todas expressar seus valores nela porque ela é dinheiro”.

capitalista, por este movimento, não acumula capital. Ao lado dessa forma, pela complexidade histórica atingida, criou-se a possibilidade de metamorfose do processo anterior, na seguinte forma: Dinheiro – Mercadoria – Dinheiro (D – M – D), na qual se determina o movimento de comprar para vender. (MARX, 1983)

Nessa última forma apresentada,

parte-se de um montante em dinheiro, compra-se e vende-se mercadoria, com a finalidade de, ao final do processo, obter-se mais dinheiro, ou mais valor (mais-valia), com relação àquele inicial, mantendo-se e reforçando-se, assim, a esfera da circulação. De fato, “D — M — D’ é a fórmula geral do capital, como *aparece* diretamente na esfera da circulação” (Marx, 1983, p. 131; grifos do autor). Não se trata, todavia, do lucro isolado, mas do incessante e insaciável movimento de ganho, de valorização do valor. (TUMOLO, 2005, p. 243)

A responsabilidade da contínua manutenção da valorização do valor cabe a uma mercadoria específica: força de trabalho. Seu valor de uso tem a característica própria e exclusiva de ser fonte de valor. (TUMOLO, 2005)

No intuito de examinar esse conceito de mercadoria, é importante frisar que força de trabalho é “o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie”. (MARX, 1983, p. 139)

Ela vira mercadoria a partir do momento em que o seu portador, desprovido dos meios de produção e não tendo outra condição²⁵ a não ser vender sua força de trabalho, a coloca à venda, por tempo determinado, ou seja, quando o possuidor da força de trabalho nega sua condição de valor de uso e a submete à condição de valor de troca. O possuidor do dinheiro (o projeto de capitalista) vai ao mercado e

²⁵ De acordo com Duarte (1993, p. 29), “Na medida, porém, em que o trabalhador, para poder sobreviver, não tem alternativa a não ser vender sua força de trabalho, vender sua atividade vital, esta transforma-se em meio para satisfazer uma única necessidade, a de manter sua existência física”.

privilegia²⁶ determinado vendedor da força de trabalho, comprando-o para, de acordo com a “legalidade dos acordos”, utilizá-la.²⁷

É por isso que, depois de voltar do mercado, com a tão preciosa mercadoria força de trabalho em mãos, ou melhor, depois de sair da esfera da circulação simples ou de troca de mercadorias,

o antigo possuidor de dinheiro marcha adiante como capitalista. Segue o possuidor de força de trabalho como seu trabalhador; um, cheio de importância, sorriso satisfeito e ávido por negócios; o outro, contrafeito, como alguém que levou a sua própria pele para o mercado e agora não tem mais nada a esperar, exceto o curtume. (MARX, 1983, p. 145)

No curtume, “o comprador da força de trabalho a consome ao fazer trabalhar o vendedor dela”. (MARX, 1983, p. 149)

Essa valiosa mercadoria faz saltar os olhos do capitalista toda vez que a encontra na “prateleira” do mercado, suculenta e barata. Ele sabe que seu sonho ganancioso do “quero mais valor” só é produzido com o “tempero” da mesma.

Como qualquer outra mercadoria, a força de trabalho tem valor e, portanto, sua valia é medida pelo quantum de trabalho socialmente necessário para sua produção, que por sua vez só é possível na condição do trabalhador vivo. Para viver, o homem precisa dos meios de

²⁶ Fazendo um adendo à contemporaneidade no que diz respeito ao desemprego, ou seja, ao “azar” do vendedor da força de trabalho em não ter conseguido vender sua valiosa mercadoria ao comprador da força de trabalho, que vai ao mercado com sede de capital, buscamos em Meszáros (2007) a afirmação do crescimento desenfreado deste, sobre o qual destaca que até mesmo os países industrialmente mais desenvolvidos – Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos – apresentam quadros alarmantes de mais de 40 milhões de desempregados. Diante do caos, há que se alegrar “ao encontrar trabalho, ou conservá-lo, ainda que sem férias, sem aposentadoria, sem nada, e ainda que seja em troca de um salário de merda, é algo para celebrar como a um milagre”. (GALEANO, 1999, p. 170).

²⁷ É preciso discernir a venda da força de trabalho como mercadoria da venda do próprio homem como mercadoria. Diferentemente do sistema escravista e feudal, em que o homem vendia força de trabalho em bloco, vendia a si mesmo, no capitalismo o homem vai ao mercado vender, por tempo determinado, sua força de trabalho ao possuidor de mercadoria, para este consumi-la e, assim, extrair mais-valia. Dessa maneira, o antigo possuidor de mercadoria torna-se o que sonhara noite e dia: capitalista. (MARX, 1983)

subsistência: alimentação, vestimenta, moradia, educação, lazer, etc. (TUMOLO, 2005) Esses meios necessários para a vida também arraigam valor. Assim, “o valor da força de trabalho se resolve no valor de uma soma determinada de meios de subsistência. Ele muda, portanto, também com o valor desses meios de subsistência, isto é, com a grandeza do tempo de trabalho exigido para sua produção”. (MARX, 1983, p. 142)

No entanto, a força de trabalho é terminável, ela se encerra justamente na morte do trabalhador. O mesmo pode “manter sua força de trabalho”, de certa forma, reproduzindo-se. A forma família expressa a possibilidade de manutenção da força de trabalho, agora presente em seus filhos.

Dessa maneira, de acordo com Tumolo (2003, p. 164),

O valor da força de trabalho, pois, corresponde a um determinado quantum de trabalho abstrato socialmente necessário para produzir a massa de meios de subsistência necessária para a produção e reprodução normais da vida do trabalhador e de sua família em sua totalidade – alimentação, moradia, transporte, vestuário, saúde, educação, lazer, etc.

Sendo assim, o valor da mercadoria força de trabalho é o quantum socialmente necessário para a produção dos meios de subsistência imprescindíveis para a manutenção da família do trabalhador, num tempo correspondente a um dia: 24 horas.

No que concerne ao consumo da mercadoria força de trabalho no processo de trabalho, Marx (1983) apresenta duas questões específicas:

- 1 *O trabalhador é controlado pelo capitalista.* O capitalista supervisiona o trabalhador, para que este realize seu trabalho, utilizando adequadamente, sem desperdício, os meios de produção que lhe pertencem.
- 2 *O produto é propriedade do capitalista.* “Ao comprador da mercadoria pertence a utilização da mercadoria, e o possuidor da força de trabalho dá, de fato, apenas o valor de uso que vendeu ao dar seu trabalho”. (MARX, 1983, p. 154)²⁸

²⁸ Se o produto pertence ao capitalista, quem é o capitalista do esporte? Este estudo necessita de aprofundamento.

Essa necessidade de controle e de supervisão, no usufruto da mercadoria força de trabalho, no processo de produção de mercadoria pelo capitalista, ecoa pujante para o dono do capital, a ponto de exigir, primeiro, a produção de uma mercadoria para venda e, em segundo momento,

produzir uma mercadoria cujo valor seja mais alto que a soma dos valores das mercadorias exigidas para produzi-la, os meios de produção e a força de trabalho, para os quais adiantou seu bom dinheiro no mercado. Quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria, não só um valor de uso, mas valor, e não só valor, mas também mais-valia. (MARX, 1983, p. 155).

Marx (1983, p. 149) afirma que “a produção de valores de uso ou bens não muda sua natureza geral por se realizar para o capitalista e sob seu controle. Por isso, o processo de trabalho deve ser considerado de início independentemente de qualquer forma social determinada”.

Apontamos, anteriormente, que o homem produz riquezas para satisfação de suas necessidades, com a intenção de garantir sua existência, que a produção dessas riquezas se dá pelo processo de trabalho, em que, necessariamente, sua objetivação depende da articulação do trabalho como fim em si com os meios de produção (meio de trabalho e objeto de trabalho) e que essa é a condição fundamental para a manutenção do ser social.

No entanto, a questão que nos interessa neste momento é a de elucidar que apenas no processo de trabalho é impossível a geração da mais-valia, apesar de que, sem essa resultante, a sua produção especificamente capitalista não seria possível, ou seja, o processo de trabalho não transforma o dinheiro em capital, mas é condição indispensável para essa transformação.

Assim, o capitalista precisa comprar todos os fatores necessários ao processo de trabalho, ou seja, precisa dos meios de produção e do trabalho como fim em si para o que se propõe: produzir mais valor. Ele então, munido de dinheiro, vai ao mercado comprar força de trabalho e meios de produção; com eles em mãos, consolida a conciliação.

O trabalhador consome os meios de produção mediante seu próprio trabalho e, com o trabalho ativo, reascende o trabalho morto, objetivado em processos de trabalhos anteriores, ressuscitando os valores contidos nos meios de produção, objetivando-os no produto desse processo de trabalho. (MARX, 1983)

A produção de mercadorias e, conseqüentemente, de capital só pode efetivar-se quando o capitalista compra a força de trabalho e esta encontra os meios de produção necessários para atingir os objetivos do capitalista. Ora, a produção do capital só se realiza na medida em que o capitalista consome o valor de uso da força de trabalho, o que só ocorre sob a condição de a força de trabalho consumir o valor de uso dos meios de produção, quer dizer, quando se estabelece a articulação orgânica entre a força de trabalho e os meios de produção, entre o capital variável e o capital constante. (TUMOLO, 2005, p. 247)

Em suma, o processo de trabalho, em que meios de produção e força de trabalho (trabalho orientado a um fim) entram em consonância, gera valor de uso, e essa é condição indispensável para a existência do ser social. Agora se trata do processo de produção de capital, em que também os meios de produção e a força de trabalho entram em conciliação, para agora não se ater à produção, apenas, de algo útil (valor de uso), mas para produzir a valorização do valor, gerar a mais-valia.

O capitalista, ao transformar dinheiro em mercadorias, que servem de matérias constituintes de um novo produto ou de fatores do processo de trabalho, ao incorporar força de trabalho viva à sua objetividade morta, transforma valor, trabalho passado, objetivado, morto em capital, em valor que se valoriza a si mesmo, um monstro animado que começa a “trabalhar” como se tivesse amor no corpo. (MARX, 1983 p. 161)

A passagem a seguir, de certa forma, sintetiza o até aqui exposto, no que concerne ao movimento de produção de mais-valia.

O possuidor do dinheiro, o capitalista, vai ao mercado e compra, de um lado, os meios de produção pelo seu valor e, de outro, a força de trabalho, pagando também seu exato valor. O consumo do valor de uso da força de trabalho, que se efetiva quando esta consome os meios de produção, resulta na criação de uma mercadoria, *propriedade* do capitalista, que vai vendê-la pelo seu valor. A produção da mais-valia pressupõe o

cumprimento do fundamento primordial do mercado, a troca das mercadorias pelo seu valor, quer dizer, a troca igualada entre proprietários de mercadorias, tendo em vista que, nesta relação de igualdade, a força de trabalho, e somente ela, tem a propriedade de produzir valor e, ademais, *valor excedente* com relação a seu próprio valor, qual seja, mais-valia. Por meio da troca da mercadoria força de trabalho e da produção da mais-valia, o mistério finalmente foi revelado. Dinheiro transformou-se em capital. (TUMOLO. 2005, p. 249 – 250, grifo nosso)

É esse movimento constante e incessante de valorização do valor que o capital produz e reproduz. É nessa relação contraditória de produção da mercadoria que o capital se engendra.

Trata-se, no fundo, da contradição imanente e inextinguível, no capitalismo, entre valorização do valor, o capital e o valor de uso, a riqueza; entre o trabalho produtivo de capital e o trabalho concreto; entre o capital e a satisfação das necessidades humanas; entre o capital hominizado e o ser social reificado; em suma, entre o capital e a humanidade. (TUMOLO, 2005, p. 254)

A sociedade capitalista, em que a propriedade privada dos meios de produção assegura a relação de dominação do homem pelo próprio homem, não permite que os trabalhadores se apropriem das riquezas efetivadas por meio do seu trabalho, como também não admite que os homens consolidem sua condição ontológica de se libertar cada vez mais da dependência natural.

É por isso que, sob o modo de produção capitalista, em que se encontra subsumido ao capital, o trabalho efetiva

maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformação para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas lança uma parte dos trabalhadores de volta a um trabalho bárbaro e faz da outra parte máquinas. Produz espírito, mas produz imbecilidade, cretinismo para o trabalhador. (MARX, 2010a, p.82)

O homem, na condição de ser genérico, produz uma coisa que o domina. Assim,

na forma social do capital, a construção do ser humano, por meio do trabalho, processa-se pela sua niilização, a afirmação de sua condição de sujeito realiza-se pela sua negação dessa mesma condição, sua hominização produz-se pela produção de sua reificação. No limite, trata-se da constituição do fetiche do capital – o capital que se subjetiviza ou se hominiza reificando as relações sociais e o ser social – ou da subsunção real da vida social ao capital. (TUMOLO, 2003, p. 255)

Na dinâmica do capital, a mercadoria obscurece as relações concretas da realidade, em que a divisão social do trabalho – trabalhadores e proprietários privados – se realiza num sistema complexo de produtos de trabalhos privados, autônomos e independentes entre si. O caráter misterioso que o produto do trabalho apresenta, ao assumir a forma de mercadoria, provém da própria forma da mercadoria. A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir/esconder as características sociais do próprio trabalho dos homens. Os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sociais, com propriedades perceptíveis e imperceptíveis aos sentidos. Uma relação social definida, estabelecida entre homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Há a coisificação do homem e a humanização da coisa. (MARX, 1983)

Frente à realidade da alienação humana, na qual todo o homem, alienado por outro, está alienado da própria natureza e o desenvolvimento positivo está alienado a uma esfera restrita, está a exigência da onilateralidade, de um desenvolvimento total, completo, multilateral, em todos os sentidos das faculdades e das forças produtivas, das necessidades e da capacidade de sua satisfação. (MANACORDA, 1996, p. 78)

De acordo com Leontiev (1978, p. 132), “sob o reino da propriedade privada dos meios de produção, tudo toma um aspecto duplo, quer se trate da própria atividade do homem ou do mundo dos objetos em que vive.”

O esporte também não escapa a essa regra. No reino da propriedade privada dos meios de produção, ele é potencialidade

objetiva da criação humana e ao mesmo tempo em que a própria degradação do humano a partir do momento em que é negado ao homem e afirmado à lógica de expansão do capital.

A supressão da propriedade privada é, por conseguinte, a emancipação completa de todas as qualidades e sentidos humanos; mas ela é esta emancipação justamente pelo fato desses sentidos e propriedades terem se tornado humanos, tanto subjetiva como objetivamente. O olho se tornou olho humano, da mesma forma como o seu objeto se tornou um objeto social, humano, proveniente do homem para o homem. Por isso, imediatamente em sua práxis, os sentidos se tornaram teóricos. Relacionam-se com a coisa por querer a coisa, mas a coisa mesmo é um comportamento humano objetivo consigo própria e com o homem, e vice-versa. Eu só posso, em termos práticos, relacionar-me humanamente com a coisa se a coisa se relaciona humanamente com o homem. A carência ou a fruição perderam, assim, a sua natureza egoísta e a natureza a sua mera utilidade, na medida em que a utilidade se tornou utilidade humana. (MARX, 2010a, p. 109).

É na destruição de todas as formas de opressão do homem pelo próprio homem, portanto, que o ser social pode de fato ser livre. E só é livre se genericamente dominar o trabalho e não se deixar dominar por ele.

A liberdade nesse campo só pode consistir no homem socializado, nos produtores associados, regulando racionalmente seu intercâmbio com a natureza, colocando-a sob seu controle comum, em lugar de serem dominados por ela como por forças cegas; e realizando isso com o mínimo dispêndio de energia possível e nas condições mais favoráveis à sua natureza humana, e dignas dela. Não obstante, ela continua pertencendo à esfera da necessidade. Além dela começa aquela evolução da energia humana que é um fim em si mesmo, o verdadeiro reino da liberdade; o que, porém, só pode florescer tendo essa esfera da necessidade como sua base. A redução da jornada de trabalho é o seu pré-requisito básico. (MARX, 2011, p. 195)

Meszáros (2007) destaca que socialistas da América do Norte e do Sul e da Europa estão se mobilizando para a luta pela redução da jornada de trabalho para 35 horas semanais, sem perda salarial. Esses encontram, obviamente, resistências comandadas por movimentos conservadores que se utilizam de medidas paliativas para assegurar o processo de acumulação do capital. O autor reforça a importância de os trabalhadores se organizarem e reivindicarem não só a diminuição imediata na redução do tempo de trabalho, mas também articular tal questão à luta progressiva pela transformação da ordem social posta. Com a transformação, o intercâmbio constante do homem com a natureza, a fim de satisfazer sua necessidade, o trabalho, não mais estaria subsumido ao capital, apresentando a possibilidade concreta do desenvolvimento pleno da humanidade.

O trabalho, nas condições anteriormente postas, apresenta, portanto, a possibilidade da formação humana onilateral, em que o homem possa se desenvolver plenamente, em sua totalidade. A onilateralidade é, por conseguinte, a capacidade histórica humana total de produção e de usufruto da riqueza produzida pelo trabalho. Numa sociedade cindida em classes, oriundas da divisão social do trabalho, uma grande maioria dos homens está sujeita à não participação no consumo e nos prazeres – dos bens materiais e intelectuais – à mercê de uma minoria embebida na poção mágica da valorização do dinheiro. (MANACORDA, 1996)

Na atualidade do capitalismo, Meszáros (2007) nos alerta para a possibilidade de nossa extinção caso não adotarmos consciente e radicalmente uma “postura revolucionária” e não apresentarmos uma alternativa concreta ao sistema sociometabólico do capital. O autor destaca que estamos não mais diante de crises cíclicas, muitas vezes abafadas pela intervenção estatal a serviço da expansão do capital, mas nos encontramos diante de uma crise estrutural do capital. Ele mesmo reforça que

o sistema do capital é antagonico até o mais fundo de seu âmago, por conta da subordinação estrutural hierárquica do trabalho ao capital, que usurpa totalmente – e deve sempre usurpar – o poder de decisão. Esse antagonismo estrutural predomina em todos os lugares, desde os menores “microcosmos” constitutivos até o “macrocosmo” que abarca as mais abrangentes estruturas e relações produtivas. E, precisamente porque o antagonismo é estrutural, o sistema do capital é –

e deve sempre permanecer – irreformável e incontrolável. (MESZÁROS, 2007, p. 58)

Compactuando com a lógica interna de estruturação do capital, os Estados Unidos se colocam como um dos grandes responsáveis históricos por essa crise estrutural.

Harvey (2012) demonstra como os Estados Unidos, principalmente depois do pós-Segunda Guerra Mundial, pela sua política interna pautada no individualismo competitivo, na democracia e por conta de sua política externa de expansão contraditória do poder imperialista e capitalista, contribuem significativamente para a intensificação da crise estrutural. Mesmo parecendo impossível – mas o capitalismo permite isto – os Estados Unidos vêm atuando por meio da coerção e do consentimento, concomitantemente. Em defesa da democracia e da liberdade invadem países à força. Assim se mantêm supremos na escala mundial. Obcecados por petróleo, são capazes de encontrar justificativas das mais ridículas para invadirem território alheio. Não são em vão tais interesses, mesmo porque o domínio do petróleo significa a manutenção do poder entre as nações capitalistas. Esse minério apresenta-se como a matéria-prima mais desejada pelos países avançados do sistema do capital. Países da Ásia (China e Japão) e da Europa tendem a lutar pelo controle do petróleo incansável e incessantemente. Para os Estados Unidos, trata-se de uma estratégia decisiva, pois

o controle das reservas de petróleo proporciona um meio conveniente de se contrapor a toda ameaça de mudança de poder – tanto econômica como militar – na economia global. A atual situação sugere uma repetição dos eventos de 1973, dado que a Europa e o Japão, bem como o Leste e o Sudeste asiáticos (agora como ator crucial a China), dependem ainda mais do petróleo do Golfo do que os Estados Unidos. Se estes tiverem sucesso na produção da derrubada de Chávez e de Saddam, se puderem estabilizar ou reformar o regime saudita armado até os dentes, hoje fundados nas areias instáveis do regime autoritário (e em risco iminente de cair nas mãos do islã radicalizado), se puderem passar (como parece possível) do Iraque ao Irã, e consolidar sua posição na Turquia e no Uzbequistão como presença estratégica com relação às reservas de petróleo da Bacia do Mar Cáspio (que os chineses

tentam desesperadamente controlar), então, mediante o firme controle da torneira do petróleo, poderão alimentar a esperança de manter um efetivo controle sobre a economia global e garantir seu próprio domínio pelos próximos cinquenta anos. Porém muito depende também [...] de os Estados Unidos persuadirem o mundo de que estão ocupando um papel de liderança, voltados para desenvolver o poder coletivo ao agir como garantidores dos suprimentos de petróleo para todos, em vez de agir com base em estreitos interesses próprios, voltados para garantir sua posição a expensas dos outros. Em resumo: estão eles recorrendo ao domínio por meio da coerção ou exercendo a liderança mediante a hegemonia? A tática mais provável é tentar mascarar a primeira opção sob o verniz da segunda. Não obstante, o fato de não terem conseguido obter pleno apoio internacional à invasão do Iraque demonstra que boa parte do mundo desconfia das motivações norte-americanas. (HARVEY, 2012, p. 69-70)

Não poderia ser diferente. Tais desconfianças têm raízes na política unilateral adotada pelos Estados Unidos nas últimas décadas. A política “imperialista capitalista”²⁹ dos Estados Unidos tem uma dívida gigantesca com outras nações e utiliza de sua supremacia mundial para mantê-la alimentando seus interesses próprios.

Meszáros (2011, p. 45) afirma que “a inadimplência norte-americana vai afetar a vida de todos neste planeta. [...] a posição hegemônica dos Estados Unidos continuará a ser afirmada de todas as formas possíveis, forçando o mundo todo a pagar sua dívida enquanto tiver condições de fazê-lo”.

A lógica imperialista-capitalista assumida pelos Estados Unidos, assim como sua postura inadimplente, os conflitos entre as potências

²⁹ De acordo com Harvey (2012, p. 31) o imperialismo capitalista é “uma fusão contraditória entre ‘a política do Estado e a política do império’ o imperialismo como projeto distintivamente político da parte de atores cujo poder se baseia no domínio de um território e numa capacidade de mobilizar os recursos naturais e humanos desse território para fins políticos, econômicos e militares e ‘os processos moleculares de acumulação do capital no espaço e no tempo’ (o imperialismo como um processo político-econômico difuso no espaço e no tempo no qual o domínio e o uso do capital assumem a primazia).”

nacionais capitalistas e as contradições internas do próprio capital – que por sua vez arquitetam-se pela subsunção do trabalho ao capital – tendem a piorar e atingir não apenas o mundo das finanças globais, mas todas as esferas da vida social, econômica e cultural. (MESZÁROS, 2011)

O esporte como expressão hegemônica da *cultura* corporal ordena-se e constitui-se, apesar de sua relativa autonomia, subsumido ao processo de expansão capitalista. Dessa forma, encontra-se sujeitado às leis do mercado, é mercadoria e, portanto, vive na atualidade a crise que atinge o sistema do capital. Destarte, no capítulo seguinte, enfatizaremos o processo de expansão capitalista e a espetacularização do esporte, localizando a gênese deste fenômeno social e os desdobramentos históricos que o engendraram como tal.

2. O ESPORTE: POSSIBILIDADE DE EXPANSÃO DO CAPITAL

Pretendemos, neste capítulo, identificar as principais características, críticas e contradições do esporte na sociedade capitalista produzidas ao longo do processo histórico, retraçando sua gênese até o momento em que se constitui em mercadoria (esporte espetáculo) e se submete à lógica do mercado. Pretendemos também compreender a contribuição do esporte espetáculo à manutenção da ordem posta e as resistências, neste campo, ao *status quo*.

A identificação das principais características, críticas e contradições torna-se essencial para a compreensão do esporte na atualidade do processo de expansão do capital.

2.1 A GÊNESE DO ESPORTE

O esporte moderno surgiu na Inglaterra, no século XVIII, sendo resultado de um processo de decadência dos chamados jogos populares, em que o movimento de urbanização e industrialização passou a ditar um novo padrão de vida. Os jogos populares não mais supriam as necessidades do povo inglês. (BRACHT, 2005)

Pilatti (2002, p. 67) aponta que as práticas corporais anteriores ao esporte apresentavam caráter religioso, de cultismo e de ordem cívica. Com a *modernização*, “a ligação entre o secular e o sagrado foi quebrada; entre o real e o transcendental também. O tempo do esporte não é mais o tempo ritual”.

As práticas corporais, que na sociedade tradicional estavam sob o domínio das instituições religiosas e militares, agora, no cenário inglês do século XVIII, passavam a atender à lógica de um processo de modernização embutido no decurso de desenvolvimento da sociedade capitalista.

Brohm evidencia que o esporte moderno se diferencia do esporte antigo principalmente pelos “cimentos sociais”, ou seja, na construção dialética das contradições colocadas entre o modo de produção, imediatamente anterior, o feudalista, com o novo modo de produção capitalista, e a concepção de corpo vinculada às tendências dominantes nos respectivos modos de produção (metafísica do finito versus teoria do progresso linear e contínuo). (PRONI, 2002)

O esporte, esta “nova forma” das práticas corporais, vai atender, então, aos interesses de uma classe emergente, a burguesia, que passa, aos poucos, a dominar o modo de produção capitalista, a se constituir a partir dele e a se consolidar.

A burguesia associou-se ao modo liberal de conduzir suas vidas e ambições, ambas centradas na crença ao capitalismo, na empresa privada competitiva, na ciência e na razão. Paralelamente, pode-se relacionar nesse período de desenvolvimento urbano e industrial. Nesse sentido, a sociedade burguesa, além de apresentar-se detentora de um potencial emergente de diferenciação socioeconômica e política, firmou-se também por uma proposta moral e ideológica reveladora de um novo conjunto de práticas culturais. (JUNIOR, 2004, p. 33-34)

Destacamos o esporte como prática cultural que se constituía na conjuntura inglesa dos séculos XVIII e XIX. Os burgueses, classe dominante, estavam centrados no gozo de seus tempos livres, em práticas corporais, que, por sua vez, passavam por um processo de transformação, ou seja, os jogos populares estavam se esportivizando. Nesse processo de transformação das práticas corporais, destacavam-se as corridas de cavalo e de homem, o tênis, a esgrima e os diversos esportes com bola. (BRACHT, 2005)

Acrescentando algumas considerações às abordagens feitas por Bracht aos jogos populares citados anteriormente, Hobsbawn (2001) aponta a caça, o tiro e a pesca como constituintes do leque de passatempos da classe burguesa.

A *escola* foi o local privilegiado da transformação dos jogos populares em esportes. Os jovens burgueses tinham, nas instituições escolares públicas, que eram privilégio dos filhos dos burgueses, a garantia do acesso às práticas esportivas. Primeiramente porque o governo inglês inferia que, nessas instituições, os jogos populares não ameaçavam a ordem social burguesa. Posteriormente (e concomitantemente), havia a tendência, nesse âmbito, à diferenciação de classes. Os burgueses precisavam reconhecer seus semelhantes e garantir seu poder. A escola era um dos espaços para a efetivação de seu domínio. Dessa forma, “vai ser nas escolas públicas que aqueles jogos (o caso mais clássico é o futebol) vão ser regulamentados e aos poucos assumir características (formas) do esporte moderno”. (BRACHT, 2005, p. 14)

O esporte se tornou um forte aliado da elite burguesa para a formação do novo homem. Logo, ele serviu como política “educacional” da classe burguesa, sendo ofertado em escolas públicas inglesas. (HOBSBAWM, 2001)

É preciso destacar, ainda, a incorporação dos esportes aos melhores sistemas educacionais vigentes na Europa, naquele período. A tradição e a qualidade da escola pública, extremamente elitizada e rigorosa, adotou o esporte como uma de suas atividades principais, especialmente aqueles que lembravam as atividades da nobreza. (SILVA, 1991, p. 49)

A prática esportiva nessas escolas passou a desenvolver também “mecanismos de controle de emoções, condizentes com um comportamento individual mais refinado”. (PRONI, 2000, p. 22-23)

Esse controle de emoções tinha como propósito evitar desentendimentos e discussões entre os pares burgueses. Destarte, constituem-se regras exatas e claras para os jogos populares, mas a rigidez da regra não corresponderia à sutileza do novo homem, que se socializava com os demais cavalheiros nos clubes sociais. O esporte significava o mesmo que cavalheirismo. (BRACHT, 2005)

Além das escolas destacamos, para a compreensão da gênese do esporte, *os clubes sociais*, citados anteriormente. Esses clubes eram locais de encontro dos burgueses para se reconhecerem como classe e perpetuarem suas lógicas de negócios privados. Esses espaços culturais, privilégio inicialmente da burguesia, expressavam a posição social de seus membros e suas novas condutas. (JUNIOR, 2004)

Hobsbawm (2001, p. 289, grifo nosso) aponta que

o esporte não só possibilitou aos jovens (homens e mulheres) encontrarem-se como parceiros fora dos limites da casa e da parentela; as mulheres, embora em pequeno número, eram sócias dos novos clubes de turismo e de alpinismo, e aquela grande máquina de liberdade, a bicicleta³⁰, emancipou mais a mulher que o homem, já que ela tinha mais necessidade de liberdade de movimentos. [...] Quanta liberdade adicional adquiriram as *mulheres da classe média*³¹, através da prática crescente, e eminentemente feminina, de passar as férias em estações de veraneios – os

³⁰ O ciclismo foi o primeiro esporte assistido pela massa, talvez o início do que vamos chamar de “espetacularização do esporte”. “Ciclismo (que se tornou o primeiro esporte para espectadores de massa, da classe operária, no continente)”. (HOBSBAWN, 2001, p. 257)

³¹ Classe média no texto refere-se aos burgueses.

esportes de inverno, a não ser pela patinação, praticada por ambos os sexos, estavam na infância – onde apenas ocasionalmente os maridos se reuniam a elas, permanecendo em seus escritórios da cidade.

Sobre a contribuição do esporte na emancipação da *mulher* burguesa, o ciclismo, o alpinismo, a patinação e o tênis foram determinantes. “O triunfo do tênis é inconcebível sem a suburbanização e a progressiva emancipação da mulher da classe média”³². (HOBSBAWN, 2001, p. 257)

A prática esportiva nos clubes sociais e na escola significou um avanço no desenvolvimento do esporte. Ao mesmo tempo em que se firmava como a prática corporal predominante, cristalizava-se a diferenciação de classe. Os clubes, assim como as escolas públicas, tornaram-se espaços solenes dos encontros dos burgueses para a prática do esporte.

Hobsbawn (2001) identifica alguns esportes como representativos de classes sociais. O golfe, por exemplo, revelava os homens de negócio da classe média jogando em extensas propriedades de terras que definiam claramente a exclusão dos indivíduos que não representassem sua “casta”. Enquadram-se nesse formato o tênis, o rúgbi e o futebol americano.

Hobsbawn (2001) destaca o aparecimento das *sociedades esportivas*, na Inglaterra, como forma de organização, primeiramente, da própria classe burguesa, que desfrutava do tempo de ócio para praticar os esportes acima descritos e utilizava esse ambiente para o seu fortalecimento. Em seguida, à medida que a esfera urbana crescia e se desenvolvia em torno das indústrias, os novos esportes adentraram à vida do *operariado*.

Desde sua criação, o esporte se institucionaliza, não só na sua prática padronizada por regras, como também na sua forma de organização associativa. As *sociedades esportivas* diferenciavam-se uma das outras, pelo esporte que elegiam, pela comunidade à qual pertenciam e, paralelamente, pela categoria social ou categoria profissional de seus participantes. O operariado,

³² A profissionalização da mulher no futebol no Brasil aconteceu em, aproximadamente, 1980. Antes disso, instituições que dirigiam o esporte proibiam a prática do futebol por mulheres.

que rapidamente aderiu e passou a praticar o esporte em grande número, também cria suas associações. (SILVA, 1991, p. 49, grifo nosso)

A digital burguesa impressa no esporte foi, aos poucos, ganhando conotação operária. O boxe e o futebol destacavam-se nessa classe.

O futebol, apesar de constituído nas escolas públicas inglesas, não teve boa aceitação pelo “gentleman”. Os jovens e professores achavam este esporte ríspido. (PRONI, 2000)

O futebol vai ganhando espaço nas sociedades esportivas proletárias e se torna um esporte presente nas classes operárias. Na primeira década do século XX, o futebol arrastava multidões e os membros das classes operárias, os maiores praticantes desse esporte, representavam suas firmas³³ nos jogos. (HOBSBAWN, 2001)

Essa dinâmica de apropriação do esporte tanto para atender às necessidades da burguesia quanto para acolher as súplicas da classe operária culmina em duas manifestações: *o amadorismo e o profissionalismo*.

O amadorismo era apregoado pela classe burguesa a fim de consolidar o seu privilégio frente a essa manifestação cultural, a ponto de inibir e evitar a prática e o envolvimento da classe operária. Mesmo porque era objetivo central dessa classe “demarcar tão nitidamente quando possível a distância que as separava das classes operárias – objetivo que geralmente as inclinava para a direita radical, na política”. (HOBSBAWN, 2001, p. 255)

A classe burguesa via o esporte como fenômeno autônomo vinculado às tradições, costumes e valores de sua classe, portanto até poderia estar à disposição da classe operária, mas sob o seu controle. Qualquer forma de profissionalismo era uma afronta aos princípios éticos e morais advindos dos valores burgueses. O amadorismo era, portanto, “um poderoso instrumento de elitização do esporte. E, com a inclusão da modalidade nos Jogos Olímpicos, reforçou-se esse caráter elitista”. (PRONI, 2000, p. 35)

Junior (2004, p. 35) aponta que “os preceitos da classe média que revestiam as práticas amadoras foram substituídos no transcórre do processo de proletarização dos esportes, consubstanciado, na sequência, pela manifestação do profissionalismo”.

³³ De acordo com Hobsbawn (2001, p. 257), “os futuros clubes profissionais de futebol eram, frequentemente, times de firmas inglesas expatriadas e de seus funcionários.”

O embate estava consolidado: a burguesia, obviamente, à frente das instituições esportivas, pendendo para o esporte como privilégio de sua classe; e o proletariado, perspectivando ganhar dinheiro e prestígio social.

A representativa passagem a seguir expressa bem essa colisão:

As classes privilegiadas consideravam que o pagamento era uma afronta às tradições do esporte amador; mas os jogadores das classes trabalhadoras precisavam do dinheiro. [...] Chegou-se a um acordo em 1885, quando a Football Association aceitou profissionais, mas proibiu-os de servirem em qualquer comitê ou comparecerem às reuniões da associação. Ou seja, a compensação para a presença de profissionais no campo era o controle administrativo do futebol por amadores. Os aristocratas da Football Association providenciaram para que esse controle paternalista se estendesse também aos clubes. Assim, os clubes ingleses foram organizados como companhias de responsabilidade limitada, vendendo ações ao público e dirigidos por um presidente e um conselho de administração. [...] Os amadores que dirigiam a associação eram das elites inglesas (uma situação que, em grande parte, se mantém até hoje). Os amadores que assumiram a responsabilidade pelos clubes eram da ascendente classe média [...]. Foi a comunidade dos industriais, empresários e comerciantes bem-sucedidos que se instituiu como a benfeitoria do esporte. [...]. (PRONI, 2000, p. 28)

Nesse cenário conflitante, composto pela classe trabalhadora tentando o acesso à prática esportiva e a burguesia contrapondo-se à consolidação desta, o esporte, aos poucos, vai apresentando e incorporando características próprias da sociedade moderna.

Para Brohm, o esporte moderno

i) Nasce com a sociedade industrial e é inseparável de suas estruturas e funcionamento; ii) evolui estruturando-se e organizando-se internamente de acordo com a evolução do capitalismo mundial; e iii) assume a forma e

conteúdo que refletem essencialmente a ideologia burguesa. (PRONI, 2002, p. 37)

O esporte é modelo da sociedade moderna. Possui códigos da própria estrutura que o engendra. As principais características são, de acordo com Bracht (2002), a secularização, a igualdade de oportunidades, a especialização de papéis, a organização burocrática, a quantificação e a busca de recorde. Acrescentamos às características acima, embasados em Pillati (2002), a racionalização.

Assim, o esporte moderno é *secular* por apresentar autonomia frente à organização religiosa. Ele não mais está intrinsecamente vinculado ao caráter religioso, festivo e ritual das práticas corporais, como estava em períodos históricos anteriores; é de *igualdade* porque possibilita uma disputa (falsamente) leal entre seus participantes, tendo o aparato da regra para isso. Esta, por sua vez, corresponde à necessidade do contexto social. As regras na sociedade burguesa inglesa surgiram em meio ao encontro dos burgueses em seus clubes e escolas, o que permitiu garantir a civilidade. Essa característica é marcante para o homem moderno; é *especializado* à medida que está intrinsecamente vinculado à divisão social do trabalho imposto pela lógica capitalista. Essa é a característica essencial para o surgimento marcante do profissionalismo e da transformação do esporte em mercadoria: o esporte espetáculo. O profissionalismo permitiu que o atleta tivesse seu tempo para se especializar e competir nos eventos esportivos; é *burocrático* ao ponto de exigir o controle, o comando e a organização das modalidades esportivas, contribuindo para a mercadorização do esporte; é *quantificado* e prioriza o recorde. Tanto o profissionalismo quanto o amadorismo encontram-se na necessidade de quantificação da sociedade moderna; é *racional* a partir do momento que surge a necessidade, na modernidade, do aperfeiçoamento técnico e do desempenho na atuação social do trabalho. A ciência vai se aperfeiçoar e se comprovar nos treinamentos esportivos. (PILATTI, 2002)

Destacamos o desenvolvimento da ciência como uma das categorias centrais para a configuração atual do esporte. As conquistas científicas proporcionaram o aperfeiçoamento da técnica e da tecnologia necessárias para o atendimento à lógica capitalista. Conforme as forças produtivas se constituíam e se tornavam mais complexas e o sistema capitalista se consolidava, o esporte também foi se desenvolvendo e, além disso, ampliando seu campo de atuação e de abrangência.

Essas características foram e são conduzidas, de certa forma, por dois princípios centrais do esporte moderno: *rendimento e competição*.

Ambos são elementos indissociáveis da lógica de produção capitalista. (BRACHT, 2005)

Proni (2002) destaca o sistema de hierarquização e a organização burocrática ligada à organização de publicidade na caracterização do esporte moderno. Ambos estão vinculados ao modelo burocrático da sociedade capitalista de Estado, o qual legitima a produção de hierarquias sociais e a consolidação das instituições burocráticas com o aparato publicitário.

Bracht (2005) apresenta duas características do esporte moderno: o *nacionalismo* e a *pedagogização*. A primeira característica tem no movimento olímpico sua gênese. O Olimpismo, expressão do amadorismo, foi o principal responsável pela adesão da categoria nação ao esporte, que, por sua vez, contribuiu para que esse movimento, o amadorismo, sobrevivesse no esporte de alto rendimento ou espetáculo após a II Guerra Mundial. A segunda característica, a pedagogização, está vinculada ao sentido educativo e moralista do esporte. Como uma instituição social precisa se legitimar – e para isso carregar na sua prática social uma série de valores – o Estado, defensor da lógica burguesa, concentrava-se na formação do cidadão civilizado, respeitador da ordem e das virtudes sociais burguesas. O Estado preparava seus discursos e ações sob esses valores.

O *Estado*, aliás, foi uma das condições imprescindíveis para a efetivação do fenômeno esportivo.

O esporte nasce não só com o modo de produção capitalista, mas sobretudo com o estado-nacional democrático. Fruto da dinâmica da sociedade moderna, o esporte reduz as distâncias entre as classes, multiplica os contatos, promete mobilidade social e vai progressivamente abolindo as discriminações sociais. Em suma, o esporte exige instituições “democráticas”, e por isso se firma primeiro nas duas grandes democracias: Inglaterra e EUA. (PRONI, 2002, p. 39)

Hobsbawn (2001, p. 255) destaca que, o esporte, após se firmar nesses países, “alastrou-se como um incêndio aos demais países”.

Brohm identifica quatro fatores responsáveis pelo desenvolvimento do esporte moderno: *o aumento do tempo livre e o ócio; a universalização dos intercâmbios mediante os transportes e os meios de comunicação; a busca da eficiência corporal e a revolução*

democrático-burguesa; e o enfrentamento das nações no plano internacional. (PRONI, 2002).

Acrescentamos o desenvolvimento da ciência como um dos fatores responsáveis pelo desenvolvimento do esporte moderno. Sua inserção foi proveniente de um processo de aprimoramento qualitativo da nova mercadoria que se consolidava: espetáculo esportivo. A lógica capitalista se completa com a tecnologia, orientando o processo de espetacularização do esporte.

A gradual expansão e o aprimoramento dos meios de comunicação, dos instrumentos, dos equipamentos esportivos e as exigências do rendimento para os atletas incorporam a ciência como aliada fundamental para o desenvolvimento do esporte.

Assim, “para que o atleta atinja um alto nível de desempenho e possa ser utilizado no esporte espetáculo, é evidente que o seu condicionamento físico e sua capacidade de desempenho no gesto técnico específico devam ser ótimos”. (SILVA, 1991, p. 68-69)

Ainda nos valendo do processo de desenvolvimento do esporte moderno, destacamos a importância de instituições de caráter não esportivo na formação e na propagação de certas modalidades. É o caso das Associações Cristãs de Moços (ACM)³⁴.

Melo (2011) enfatiza que, na década de 1890, no interior das ACM's, que por sua vez eram instrumentos privados de hegemonia estadunidenses, surgiram significativos esportes, como voleibol e basquetebol.

Com o processo de expansão e de consolidação do fenômeno esportivo em movimento dialético com a dinâmica de expansão e de consolidação do capitalismo, “o fenômeno esportivo passa a ser regido pelas relações próprias da lógica do mercado, nas quais os esportes são

³⁴ A young Men/s Christian Association (YMCA) – Associação Cristã de Moços (ACM) surgiu em 06 de junho de 1844, na Inglaterra, quando emergia a Revolução Industrial marcada pela precariedade das condições de vida, jornadas de trabalhos extenuantes e quase inexistência de espaços de lazer. A instituição nasceu com o objetivo de proporcionar bem-estar à população, por meio de leituras da Bíblia junto aos trabalhadores da época e atividades de interação. A instituição finca raízes na América, em 1851, local em que se implantou a prática esportiva vinculada ao desenvolvimento de valores do caráter e do espírito. Atualmente encontra-se em mais de 125 países, inclusive no Brasil, onde está presente em cinco estados. Disponível em: <http://www.acmsaopaulo.org/novo/entidadeCrista/historia.aspx>. Acesso em: 09 set. 2013.

conduzidos ao processo de espetacularização e mercantilização”. (JUNIOR, 2004, p. 39)

A mercadorização do esporte corresponde à lógica da mercadoria para a esfera da cultura corporal, tanto no sentido do consumo do lazer quanto na produção e no consumo do esporte espetáculo. (BRACHT, 2002)

Vale destacar que o esporte espetáculo, ou seja, a transformação do esporte em mercadoria apresentou seus vestígios na própria origem do esporte, na conjuntura inglesa do século XVIII e XIX, por intermédio da organização das ligas amadoras e profissionais, que eram patrocinadas principalmente por aristocratas, de espetáculos esportivos em que haviam a venda de ingressos e o pagamento de jogadores. (BRACHT, 2002)

Silva (1991) destaca que no final do século XIX os esportes apresentavam um número cada vez maior de espectadores. O ciclismo foi um dos responsáveis por essa crescente de adeptos. O surgimento do recorde também vem com este esporte e em meio ao espetáculo competitivo. O ciclista campeão levava o nome de *recordman* (termo que indica “aquele que conseguiu a melhor marca”). Esse vencedor era o principal sujeito dos espetáculos, sem ele não havia público, nem renda, nem publicidade, nem vendas, etc. O esporte passa da forma simples de praticá-lo a uma forma mercantil e ganha outro significado; aos poucos, torna-se mercadoria.

Sobre o esporte na condição de mercadoria, apresentaremos considerações adiante. Porém, o que evidenciamos, neste momento, são as resistências que o esporte sofreu no seu desenvolvimento.

Bracht (2002, p. 197) apresenta dois movimentos de resistência à fruição do esporte mercadoria.

a) O movimento olímpico agiu como elemento frenador na medida em que estava aferrado a um conceito de amador que lhe fornecia suporte ideológico e legitimidade social, além do discurso da educação e da saúde. [...] O movimento olímpico foi o principal responsável pela aderência da categorização da nação ao esporte, o que permitiu, com sua vinculação com a Guerra Fria, que o amadorismo tivesse uma sobrevida no esporte de alto rendimento ou espetáculo.

b) A prática do associacionismo foi outro elemento cultural de resistência à mercadorização.

O esporte como assunto privado, mas de associações civis livres, sem fins lucrativos, baseado no trabalho voluntário, que supria interesses específicos (esportivos) de grupos, que cultivavam valores como o amadorismo, o fair play e também permitia a atualização e a prática de valores masculinos ou o exercício simbólico da virilidade, colocava essa atividade como algo do plano do trabalho voluntário, sem fins lucrativos, próximo à filantropia.

Para além das resistências ao esporte na condição de mercadoria, houve grupos que resistiram ao esporte moderno entendendo-o como fortalecedor da lógica burguesa.

É mister destacar a resistência dos trabalhadores de países europeus (Bélgica, Tchecoslováquia, França, Alemanha), que criaram organizações de ginásticas e de esportes que perspectivavam enfrentar a lógica do esporte moderno. Organizaram-se articulados a movimentos internacionais de luta dos trabalhadores, como, por exemplo, a Segunda Internacional Socialista e a Terceira Internacional Comunista, assim como constituíram uma organização exclusivamente esportiva: a “Internacional Esportiva”, realizada na capital belga, Bruxelas. A organização dos trabalhadores realizou duas Olimpíadas: uma em Frankfurt (Alemanha), em 1915, e outra em Praga (Tchecoslováquia), em 1927. (BRACHT, 2005)

Bernett (1982, p. 43-82 apud BRACHT, 2005, p. 25) sintetizou as críticas oriundas desse movimento dos trabalhadores, destacando cinco pontos centrais de enfrentamento da lógica esportiva.

1. Emancipação do “esporte dos senhores”. Era destacada a necessidade de quebrar a exclusividade do esporte dos senhores (dos dominantes);
2. Os princípios da competição, do rendimento e do recorde. A negação do princípio da competição é entendida como decisivo para uma cultura corporal proletária. O esporte competitivo burguês é atacado genericamente como um espelho e instrumento da economia capitalista. Nessa visão, a racionalização das técnicas esportivas aparece como paralela ao sistema capitalista taylorizado;
3. Mentalidade esportiva capitalista. As organizações ginásticas e esportivas de trabalhadores buscavam se distanciar da

mentalidade esportiva burguesa, na medida em que colocavam como princípio orientador a solidariedade de todos os trabalhadores;

4. O esporte como arma dos dominantes. O esporte-espetáculo é utilizado como meio para desviar a atenção das massas da luta de classes e como fuga da realidade política. Com relação ao esporte nas fábricas, alertava-se contra a introdução de uma nova arma para a disciplinação dos trabalhadores;

5. Esporte burguês a serviço do militarismo e do fascismo. O esporte burguês é dominado pelo capitalismo que fomenta o militarismo e o fascismo.

O movimento dos trabalhadores foi enfraquecido à medida que também se deteriorava o movimento comunista/socialista europeu. Assim, esse movimento social sucumbe após a Segunda Guerra Mundial. (BRACHT, 2005)

Em suma, vimos que o esporte originou-se na Inglaterra do século XVIII a partir da adequação dos jogos populares à nova realidade social, incorporando características dessa sociedade (competição, rendimento, especialização, burocratização, racionalização, etc.), no momento em que a burguesia se constituía como classe dominante e passava a utilizá-lo para acentuar a diferenciação perante a classe operária. Foi nas instituições elitistas, dentre elas a escola e os clubes sociais, que o esporte se formou e se transformou. Com o progresso capitalista ele se difundiu para os demais países, se consolidou como mercadoria e enfrentou resistências de movimentos contrários à sua lógica burguesa. Na atualidade é a expressão hegemônica da cultura corporal mundial.

Apresentamos a seguir o esporte como uma das possibilidades de expansão do capital.

2.2 A POSSIBILIDADE DE EXPANSÃO CAPITALISTA

Iniciamos as reflexões sobre o esporte na esteira da lógica de expansão capitalista analisando a passagem de Harvey (2005, p. 221) em que enfatiza que na sociabilidade vigente a cultura se transformou em mercadoria.

É inegável que a cultura se transformou em algum gênero de mercadoria. No entanto, também há a

crença muito difundida de que algo muito especial envolve os produtos e os eventos culturais (estejam eles nas artes plásticas, no teatro, na música, no cinema, na arquitetura, ou, mais amplamente, em modos localizados de vida, no patrimônio, nas memórias coletivas e nas comunhões efetivas), sendo preciso pô-los à parte das mercadorias normais, como camisa e sapatos. Talvez façamos isso porque somente conseguimos pensar a seu respeito como produtores e eventos que estão num plano mais elevado da criatividade e do sentido humano, diferente do plano das fábricas de produção de massa. No entanto, mesmo quando nos despimos de todos os resíduos de pensamento tendencioso (muitas vezes, com base em ideologias poderosas), ainda assim continuamos considerando como muito especiais esses produtos designados como “culturais”. Como a condição de mercadorias de tantos desses fenômenos se harmoniza com seu caráter específico? A relação entre cultura e capital, é evidente, requer inquirição cuidadosa e escrutínio matizado.

Partindo do pressuposto, portanto, de que o esporte é um fenômeno cultural que na sociabilidade capitalista se tornou algum gênero de mercadoria, passamos, nesse momento, a examiná-lo. Nos ateremos às possibilidades do esporte no processo de expansão do capital apresentando, assim, algumas reflexões do esporte espetáculo e de sua cadeia produtiva³⁵.

Afirmamos que o esporte espetáculo tem como finalidade, do ponto de vista do capital, o lucro. Vimos anteriormente que é imprescindível para a acumulação do capital a mercadoria força de trabalho.

De acordo com Marx (2010b, p. 202, grifo nosso).

³⁵ Se forem observadas as modalidades das Olimpíadas, veem-se essas manifestações como elemento da unidade maior – A mercadoria Olimpíadas – todas presentes com o mesmo propósito. Se analisados separadamente outros eventos, percebem-se também semelhanças. No Ballet Bolshoi ou no Cirque de Soleil, observa-se que as manifestações especificamente corporais culminam na dinâmica do espetáculo, com a presença de um palco, com direitos audiovisuais e com o marketing.

A fim de modificar a natureza humana, de modo que alcance habilidade e destreza em determinada espécie de trabalho e se torne força de trabalho desenvolvida e específica, é mister *educação e treino* que custa uma soma maior ou menor de valores em mercadorias. Os custos de aprendizagem, ínfimos para a força de trabalho comum, entram, portanto, no total dos valores dispendidos para sua produção.

A educação corporal e o treino são elementos pertinentes ao mundo do *esporte espetáculo*, ao processo de profissionalização do esporte e, de forma mais geral, por meio da *diversão, da disciplina e do condicionamento físico*, para a reprodução da força de trabalho. Esses elementos são importantes para produção de mais-valia.

Com a espetacularização do esporte, ou seja, com a transformação dessa manifestação cultural em mercadoria, constituiu-se, ao longo do processo histórico, uma cadeia produtiva que envolve na atualidade os mais diversos e específicos segmentos produtivos. Empresas de marketing, de produtos de materiais esportivos, da construção civil, dos meios de comunicação, dentre outras, compõem, em relação dialética, um importante campo de produção de mais-valia.

Como a maioria dos trabalhadores, o esportista também se vê levado a vender sua força-de-trabalho, como única possibilidade de produzir sua subsistência atuando no trabalho que sabe fazer, envolvido com o esporte. Vende para o capitalista sua **força-de-trabalho** nessa área, que sob condições especiais, pode apresentar um desempenho necessário para o processo produtivo. A força-de-trabalho do esportista se apresenta de diversas formas, a partir da qualificação que possui. Diferentemente do que se tinha há algum tempo atrás, quando era limitada à figura do atleta e do treinador, hoje se encontram os mais variados profissionais, como o massagista, o preparador físico, o psicólogo, o médico e o administrador. Há também outros profissionais mais distantes do fenômeno, mas não menos numerosos e que fazem dele (o esporte) a fonte de seu trabalho, como: o sociólogo, o comentarista, o empresário, o pesquisador e o árbitro, entre outros. (SILVA, 1991, p. 52, grifo do autor)

Com essa complexificação, torna-se difícil – e ao mesmo desafiador – apontar os trabalhadores do esporte e classificá-los quanto à eficiência e à eficácia desses agentes na produção de mais-valia. Em meio às tantas funções, apontamos, brevemente, que o atleta (o esportista) é um dos principais elementos de produção da mais-valia.

O atleta movimenta boa parte dessa cadeia produtiva. Sem o atleta altamente qualificado, não há espetáculo. Sem espetáculo não se articula toda essa cadeia produtiva, de produção de materiais esportivos, de venda de ingressos, de atividades de marketing, de redes televisivas, de patrocinadores, de construtoras, dentre muitos outros.

[...] É nesse ponto que um grande clube de futebol já não se parece com o circo local, mas com uma empresa global de entretenimento, como por exemplo, a Walt Disney. De fato, a Disney utiliza seus personagens (Mickey Mouse, por exemplo) para produzir conteúdos audiovisuais, vender camisas ou parques temáticos. O Manchester United não tem o Mickey Mouse, mas tinha o David Beckham, com o qual vender muitos programas de televisão (partidas), camisas e bonés, transformou o Estádio de Old Trafford em um lucrativo parque temático. (SOREANO, 2010, p. 22)

O atleta e os demais trabalhadores constituintes da cadeia produtiva que o esporte movimenta precisam de uma série de conhecimentos treinados e educados ao longo de sua formação profissional.

Para todos, sem exceção, foi necessário um investimento num processo de *aprendizagem* que lhes deu uma série de conhecimentos e habilidades especiais no trato com o esporte. Cada um dentro de sua especialidade, mas todos necessitaram de um tempo razoável para obter seus conhecimentos, num *treinamento* específico, diferenciado da força-de-trabalho simples. Eles possuem, agora, conhecimentos gerais mais amplos e conhecimentos específicos de sua área bem mais aprofundados que a maioria dos homens; eles podem desempenhar depois desse processo de aprendizagem, um trabalho qualificado. Inicialmente esse processo era sobretudo empírico, obtido a partir do tempo de

experiência na função escolhida, seja ela de atleta, treinador ou pesquisador. Porém, com o aumento do nível de circulação do capital e, especialmente, com a introdução da ciência e da técnica ao processo de produção e circulação da **mercadoria esporte espetáculo**, a formação de seus profissionais tem sido cada vez mais rigorosa e ampla; tanto no sentido do tipo e quantidade de informações a serem aprendidas, como no tempo necessário para atingir uma tal qualificação, que permita ao profissional enfrentar o mercado de trabalho e produzir com eficiência. (SILVA, 1991, p. 53, em itálico, grifo nosso e em negrito, grifo do autor)

A *ciência*, portanto, por meio do esporte também cumpre um papel essencial para o processo de acumulação do capital. Ela se detém no aumento da produtividade do atleta e dos trabalhadores do esporte, a fim de aumentar seu rendimento e atratividade junto ao consumo, na objetividade do esporte espetáculo. Este, então, necessita da articulação com as ciências aplicadas, para garantir o rendimento da cadeia produtiva como um todo. O rendimento apresentado pelo atleta no dia do espetáculo é uma das principais preocupações desse movimento produtivo do capital. (SILVA, 1991)

Para a perpetuação dessa lógica, o capital cuida, portanto, da formação da força de trabalho. Preocupa-se com a formação de atletas, por meio de treinos e de aprendizagens em escolinhas e clubes de esportes. Crianças e jovens são submetidos ao desempenho atlético similar ao profissional desde muito cedo. Treinam diariamente para competições esportivas, são remunerados por isso e os que apresentarem desempenho efetuam contratos de trabalho e vínculo ao clube que o criou para “seu todo sempre” profissional. O que é isso senão a caracterização e efetivação do Trabalho Infantil? O esporte apresenta seu poder de mascarar até mesmo essa condição, trata-se do esporte como valor de troca, do seu fetichismo na condição de esporte espetáculo. A prática esportiva é comumente apresentada como atividade sadia e prazerosa para as crianças e os adolescentes, a ponto de constituir ilusões frente a essa realidade de exploração do trabalho infantil. Essa constituição forjada está presente; é o mundo do trabalho no modo de produção sociometabólica do capital alimentado pelo fetichismo da mercadoria.

Contratar um menino de 12 anos pode ser um investimento muito lucrativo pensando em uma futura transferência, especialmente em determinados países. Por exemplo, no Brasil. Em Porto Alegre, vi um defensor promissor com um agente que ficava com a metade dos direitos econômicos por toda sua carreira esportiva em troca de uns poucos reais, uma cesta básica semanal (farinha, arroz, feijão, açúcar e ovos) e a passagem do ônibus para ir treinar. (SOREANO, 2010, p. 136)

No campo de jogo e no chão das fábricas, o esporte se faz presente. Nas mãos do menino que tece a bola de futebol para sua família poder comer e nos pés do menino que sonha em tornar-se jogador de futebol, treinando diariamente para competir nos campos do futebol, o esporte se faz presente. Assim, “crescem as taxas de inserção das crianças no trabalho precoce nos diversos continentes como a América Latina, África e Ásia. Neste último, as crianças produzem bolas para a Nike, que terceiriza toda a produção”. (PIRES; SILVA, 2011, p. 10)

Apresentada a importância da educação, do treinamento e da ciência na formação da força de trabalho do atleta e demais trabalhadores do esporte para o processo de acumulação do capital, trazemos, nesse momento, alguns conceitos evidenciados por Harvey articulando-os com a esfera do esporte espetáculo.

O conceito de acumulação de capital defendido por Harvey (2005) adentra e aprofunda a dimensão espacial da relação de produção capitalista. Para Harvey (2005, p. 43), “a acumulação é o motor cuja potência aumenta no modo de produção capitalista”. Seu progresso e expansão dependem e pressupõem a oferta de força de trabalho, ou seja, um exército de reserva; a oferta de meios de produção cada vez mais sofisticados; e a existência de mercado capaz de absorver adequadamente as quantidades crescentes de mercadorias.

O esporte espetáculo e sua cadeia produtiva são considerados, nesta pesquisa, uma sofisticação e complexificação do mundo do trabalho e também uma ampliação das mercadorias desta fase de desenvolvimento capitalista.

Os três aspectos citados anteriormente são produzidos pelo próprio capitalismo e, caso aconteça certo descompasso entre eles, ou uma tensão em um deles – extremamente comum no sistema capitalista, mesmo porque este sistema produz mercadorias e se expande

desordenadamente, por sua própria natureza contraditória –, culminará em crises. Logo, se pode afirmar que “as crises são endêmicas ao processo capitalista de produção”. (HARVEY, 2005, p. 45)

Essas crises podem se expressar de diversas maneiras nas quatro fases da produção capitalista: produção, distribuição, consumo e reinvestimento. Tais fases constituem uma relação de totalidade dialética, sendo que qualquer desacordo orgânico entre elas tende à superacumulação de capital que gera consequências trágicas para a humanidade – desemprego, subemprego, falências, queda salarial, etc. –, que são superadas, de forma imediata e não definitiva, pela sagaz capacidade do capital de se reorganizar para continuar a acumular. (HARVEY, 2005)

(...) nas crises – após o momento de pânico – no período da estagnação da indústria, o dinheiro é fixado nas mãos dos banqueiros, corretores de títulos, etc., e assim como o cervo grita por água fresca, o dinheiro grita por campo de aplicação para que o capital possa ser valorizado. (MARX, 2011, p. 508)

São várias as possibilidades de superação para um novo nível de acumulação. Uma delas é se *expandir geograficamente* para novas regiões, a fim de constituir e consolidar um mercado mundial. Outra forma é a *ampliação dos tipos de mercadorias*, como a mercadorização da cultura, das ideias, da educação, dos direitos humanos e sociais, do *esporte*, entre outras.

Seguindo nesse raciocínio de compreensão da realidade posta, Harvey (2005) destaca a *indústria de comunicação* como forte acumuladora de valor. No processo de expansão do capital, a indústria de comunicação produz valor no ato de levar o produto para o mercado e este se inserir no processo de produção. Destarte, a mercadoria é consumida ao mesmo tempo em que é produzida. Assim, ela apresenta suas próprias leis. A comunicação é essencial para a dinâmica de acumulação de capital, mais ainda quando se barateia tal função por meio da diminuição do tempo de suas efetivações. Dessa forma, há uma quebra dos limites espaciais pelo tempo.

O modo capitalista de produção fomenta a produção de formas baratas e rápidas de comunicação e transporte, para que “o produto direto possa ser realizado em mercados distantes e em grandes quantidades”, ao mesmo tempo em

que novas “esferas de realização para o trabalho, impulsionados pelo capital” podem se abrir. Portanto, a redução nos custos de realização e circulação ajuda a criar espaço novo para a acumulação de capital. Reciprocamente, a acumulação de capital se destina a ser geograficamente expansível, e faz isso pela progressiva redução do custo de comunicação e transporte. (HARVEY, 2005, p. 50)

Assim, “qualquer redução no tempo de circulação aumenta a produção do excedente e intensifica o processo de acumulação. O aumento da velocidade de circulação do capital contribui para o processo de acumulação”. (HARVEY, 2005, p. 50)

O autor destaca que “até a distância espacial se contrai em relação ao tempo: o importante não é a distância do mercado no espaço, mas a velocidade [...] pela qual o mesmo pode ser alcançado”. (HARVEY, 2005, p. 50-51)

No desenvolvimento do esporte moderno, por exemplo, a universalização dos intercâmbios, mediante os transportes e os meios de comunicação, foi um dos mecanismos responsáveis pelo seu crescimento e sua consolidação. (PRONI, 2002)

Percebemos que essa velocidade, no esporte, é alcançada muito rapidamente pelos meios de comunicação e que, dessa forma, o espaço para acumulação de capital é quebrado pelo tempo, tendo a televisão como a grande protagonista com as transmissões dos jogos ao vivo em vários lugares do mundo ao mesmo tempo.

Com a transmissão de jogos por satélite e as maiores facilidades de transporte, "o mundo do futebol ficou mais integrado", o que levaria os torcedores a ampliarem" as fronteiras de suas conquistas" (e rivalidades). Mas, o mais importante era que os grandes investidores – aquelas empresas com estratégias globais de marketing e que investem em patrocínio esportivo – estariam interessados prioritariamente por competições que alcançassem um número maior de telespectadores e de espaço na mídia. (PRONI, 1998, p. 3)

Para dar concretude às reflexões, passamos a examinar, principalmente por meio de alguns sites³⁶, o mundo atual dos esportes. Neste trabalho viabilizamos uma imersão nesse universo com o propósito de articulá-lo com o potencial teórico de autores como Harvey.

As competições estadunidenses, como a Major League Beisebol (MLB), a National Basketball Association (NBA), a National Hockey League (NHL), estão entre os eventos mais valiosos do mundo, com investimentos exorbitantes na esfera da comunicação, principalmente da televisão. Mesmo sendo de um país só – Na NHL e na própria NBA existem times canadenses que inclusive garantem ótima média de público³⁷ –, esses eventos são transmitidos ao vivo para diversos países do mundo todo, atingindo milhões de pessoas ao mesmo tempo.

O futebol americano nos Estados Unidos é um dos mais populares esportes e possui o evento com maior audiência televisa deste país: o Super Bowl. O Super Bowl é a final do futebol americano, realizada numa única partida, em uma cidade-sede previamente definida pela organização do evento: a National Football League (NFL). O Super Bowl acontece aos domingos, e neste dia decreta-se feriado no país.

Esse evento ganhou proporção internacional e hoje é transmitido para mais de 130 países. Com a larga escala de transmissão, a audiência cresce de forma desenfreada com o passar dos anos. Mais de 160 milhões de pessoas assistiram ao jogo entre New England Patriots e New York Giants em todo o mundo. Só nos Estados Unidos, foram 111,3 milhões de espectadores, número recorde da televisão americana.³⁸

Com a imensa audiência, o custo de um espaço no intervalo comercial é o mais caro da TV americana. Para conseguir 30 segundos

³⁶ Deixamos claro que, cada vez menos, pode-se confiar nas informações trazidas pelos meios de comunicação. Compreendemos que, como em qualquer instituição, há tendências políticas que guiam para a curva da direita e ampliam ou diminuem de acordo com o que lhes convém – mesmo que o que lhes convenha seja única e exclusivamente a “venda” de sua matéria. No entanto é através desses meios de comunicação que também se manifesta a realidade, e de forma rapidamente atualizada.

³⁷ Disponível em: <http://super.abril.com.br/esporte/quais-sao-campeonatos-mais-valiosos-mundo-694587.shtml>. Acesso em: 16 jan. 2014.

³⁸ Disponível em: <http://esporte.uol.com.br/futebol-americano/ultimas-noticias/2013/02/02/fenomeno-de-audiencia-super-bowl-vira-sinonimo-de-lucro-e-tem-consumo-de-12-bilhao-de-asas-denfrango.htm>. Acesso em: 15 jan. 2014.

na programação, uma empresa deve gastar algo em torno de 4 milhões de dólares (cerca de R\$ 8 milhões). Na última edição, a National Broadcasting Company (NBC), dona dos direitos de transmissão, arrecadou mais de 250 milhões de dólares (correspondentes a 500 milhões de reais) só em publicidade.³⁹

Os meios de comunicação de massa desempenham um papel importante no processo de alterações por onde passam alguns esportes, na sua adequação à forma espetacularizada de mercadoria. Paralelamente à materialização do esporte, na forma de fotografias, artigos especializados, gravações de áudios e, posteriormente, de vídeos esportivos, criava-se outra possibilidade: a reprodução de um único espetáculo esportivo para bilhões de pessoas simultaneamente, ou seja, a ampliação quase ilimitada deste mercado específico. (SILVA, 1991, p. 77)

Rader, com um olhar histórico sobre a transmissão de eventos esportivos, afirma que

[...] em sua análise a respeito na sociedade norte-americana, comenta que a ascendência do espectador no esporte foi vastamente expandida pelo mercado. Para tanto, criou-se um "clima" mais favorável para a busca de divertimentos comerciais, através de um ataque concentrado aos valores vitorianos, além do crescimento da população, do salário real e do tempo livre (cf. RADER, 1983). Esse autor comenta, que após 1950, o cenário esportivo americano passou por mudanças significativas, relacionadas à televisão. Até 1950, milhões de americanos nunca haviam visto um jogo de uma grande liga de baseball, de futebol ou de basquetebol. Nessa época, menos de 10% das casas construídas nos EUA possuíam aparelhos de televisão que possibilitassem assistir aos grandes grupos esportivos. Nos anos sessenta,

³⁹ Disponível em: <http://esporte.uol.com.br/futebol-americano/ultimas-noticias/2013/02/02/fenomeno-de-audiencia-super-bowl-vira-sinonimo-de-lucro-e-tem-consumo-de-12-bilhao-de-asas-denfrango.htm>. Acesso em: 15 jan. 2014.

esse número cresce vertiginosamente e 94% das famílias americanas possuem um ou mais aparelhos de televisão. Em 1970, segundo esse autor, um típico final de semana para 20 milhões de americanos, consiste em assistir campeonatos de futebol. "Com o advento da televisão, os fãs em casa, diferentemente daqueles que vinham ao estádio, são os últimos árbitros do esporte americano. Antes de 1950, jornais, revistas e o rádio, tinham estimulado o interesse pelo esporte, mas a televisão permitiu a milhões de pessoas que nunca tinham visto um grande jogo da liga de baseball, ou um jogo de futebol ou os jogos olímpicos, para ver e ouvir, confortavelmente em suas casas. (RADER, 1983 IN: SILVA, 1991, p. 77-78)

Além desses eventos idealizados pelos Estados Unidos, destacamos a Union of European Football Associations (UEFA) Champions League, uma competição europeia de futebol que compreende as melhores equipes do respectivo continente. A final de 2013, realizada em jogo único entre Borussia Dortmund e Bayer de Munique, realizado no monumental e histórico estádio de Wembley (Londres – Inglaterra), contou com 360 milhões de espectadores distribuídos em mais de 200 países.⁴⁰

O campeonato inglês de futebol – *Premier Inglesa* – é o mais visto, em se tratando desse esporte, no mundo todo, e arrecada o dobro das demais ligas nacionais europeias. (SOREANO, 2010)

O modelo adotado por essas duas ligas – UEFA Champions League e a Premier League –, quanto aos direitos audiovisuais, compreende a chamada *coletivização dos direitos de todos os times*, sobre a qual incorre a divisão proporcional de renda, considerados alguns pré-requisitos como, por exemplo, a classificação da equipe em fases posteriores, a regionalidade, etc. Esse modelo favorece as equipes menos expressivas. (SOREANO, 2010)

Outro modelo muito utilizado no velho continente e que difere do exposto acima é o da negociação individual dos clubes com as emissoras de televisão. Esse modelo favorece as equipes maiores. Na Espanha, por exemplo, “80 por cento da demanda de pay-per-view podem ficar entre

⁴⁰

Disponível

em:

<http://pt.uefa.com/uefachampionsleague/news/newsid=1957555.html>.

Acesso

em 16 jan. 2014.

o Barcelona e o Real Madrid e isso justifica que sejam os clubes que mais renda obtêm”. (SOREANO, 2010, p. 33)

Ao que nos parece, os investimentos nesses eventos geram acumulação de capital à medida que a dinâmica de distribuição (circulação) do produto – nesses casos, os produtos futebol, futebol americano, basquetebol e seus respectivos espetáculos em forma de eventos – quebra a barreira do espaço pelo tempo de transmissão e, conseqüentemente, produz e consome a mercadoria de forma concomitante. Fica mais fácil de entender, a partir daí, os interesses dos capitalistas das mais diversas áreas – indústria cervejeira, alimentícia, de carros, bancos etc. – em adentrar no jogo dos espetáculos esportivos, perspectivando aumentar seus lucros, mesmo porque, no sistema atual, “lucro e juros são formas de mais-valor”. (MARX, 2011, p. 536)

Outra questão a acrescentar é que nesses espetáculos esportivos acontecem *shows* artísticos. Um dos momentos mais nobres e aguardados do Super Bowl é o *Halftime Show*. No início dos anos 90, os organizadores perceberam que a participação de cantores mundialmente consagrados durante o intervalo poderia impulsionar a marca da NFL. O que era para ser uma apresentação se tornou um verdadeiro *espetáculo* em 1993, quando Michael Jackson se apresentou. Desde então, famosos nomes da música, como Madonna e Beyoncé, são responsáveis pelo show do intervalo. Essas cantoras não cobram cachê para se apresentar, pois a exposição midiática do jogo fomenta as vendas de seus produtos. Um dos maiores lucros do Super Bowl está no ramo alimentício. Cerca de 1,23 bilhão de porções de asas de frango são consumidas durante a semana do evento. As redes mundialmente conhecidas, como Pizza Hut e Dominos, recebem, praticamente, o dobro de ligações que costumam receber em qualquer outro dia do ano. Cerca de 14 milhões de hambúrgueres são vendidos apenas no dia da final.⁴¹

Ainda um ponto que merece destaque é a lucratividade que esses megaeventos esportivos geram em suas finais. As competições citadas da NFL e da UEFA Champions League fazem suas finais em jogo único. Numa análise mais imediata do fenômeno esportivo articulado à acumulação do capital, podemos concluir que quanto mais jogos, mais renda. Não necessariamente isso vale ao capital. Conforme vimos anteriormente, o Super Bowl é capaz de movimentar toda uma cadeia

⁴¹ Disponível em <http://esporte.uol.com.br/futebol-americano/ultimas-noticias/2013/02/02/fenomeno-de-audiencia-super-bowl-vira-sinonimo-de-lucro-e-tem-consumo-de-12-bilhao-de-asas-de-frango.htm>. Acesso em: 05 abr. 2014.

produtiva que compreende empresas das mais diversas dimensões e de faturar muito mais do que vários jogos ao mesmo tempo.

Esse fato não é diferente para a UEFA Champions League. O local das finais é decidido previamente a cada ano pelo Comitê Executivo da UEFA. Neste ano ela aconteceu em Lisboa, capital portuguesa.⁴² Desde o início da temporada a cidade-sede da finalíssima é apresentada constantemente nos jogos da competição pelos meios de comunicação. São apresentadas as potencialidades econômicas da cidade, seus pontos turísticos, seu entretenimento, a fim de transformá-la em mercadoria.

De acordo com Harvey (2005), o capital possui meios de se apropriar e de extrair excedentes das diferenças locais, das variações culturais locais e dos significados estéticos.

Esse procedimento assemelha-se a uma estratégia fortemente articulada dos senhores do capital com o intuito de vender a mercadoria *esporte* e a mercadoria *cidade*, sendo que esses engendramentos induzem a toda uma ampla cadeia produtiva. Infere-se, portanto, que a escolha da cidade-sede e a final em apenas um jogo se trata de intervenções do movimento constante do capital para acumular mais valor, utilizando-se das singularidades das culturas locais e da cultura esportiva.

Pires e Silva (2011, p. 17, grifo dos autores) apontam a tendência do capital na constituição das cidades mercadoria (city-marketing).

Assim, a cidade se converte no palco e no estádio das mercadorias esportivo-culturais, abrindo-se o leque de possibilidades mercantis sob as determinações das agendas e negócios do esporte e da mídia. Na ideologia da city marketing, os planos estratégicos de cidade aparecem como importantes instrumentos do chamado *novo planejamento estratégico*, que visa recuperar sua legitimidade quanto à intervenção pública na perspectiva de *colocar as cidades no novo mapa do mundo* pela via da indústria do turismo. Na perspectiva da cidade do marketing, a produção de imagens cumpre um papel cada vez mais relevante no que diz respeito à formulação de novas estratégias econômicas e urbanas, orientadas, principalmente, para a

⁴² Disponível em: <http://pt.uefa.com/uefachampionsleague/season=2014/final/>. Acesso em: 05 abr. 2014.

internacionalização da cidade, mas também para a obtenção de notáveis efeitos internos, particularmente no que se refere à construção de uma ampla adesão social a um determinado modelo de gestão e administração da cidade. Em síntese, isto significa dizer que as políticas de reestruturação espacial, na inter-relação com os projetos de reestruturação econômica mundial, apresentam uma ordem complexa e mutante que permeia todas as escalas do espaço, em especial as cidades.

Migrando das cidades para os países, direcionamos o foco, neste momento, para as possibilidades capitalistas das organizações esportivas dos Estados Unidos. Como se sabe, os Estados Unidos são o país mais poderoso da atualidade. Seu poder, não por acaso, se estende ao campo do esporte. Os campeonatos e ligas estadunidenses estão estruturados na *teoria do equilíbrio competitivo*, na qual se aposta na incerteza dos resultados para atrair olhares (e dinheiro) dos espectadores, aumentando, assim, suas rendas. (SOREANO, 2010)

Diante disso, constituem-se estratégias que tendem a igualar os times, tais como:

- *O draft*. A política de contratação dos clubes está submetida a critérios muito estritos que favorecem, a cada temporada, os times com piores resultados na temporada anterior. Primeiro, estabelece-se uma lista dos novos jogadores suscetíveis de serem alçados ao esporte profissional, classificados por ordem de qualidade e preferências. E o primeiro a escolher é o último classificado, até chegar ao campeão da última temporada, que é o último a poder contratar.

- *O limite salarial*. Todos os clubes, por mais fortes economicamente que sejam, têm limitado o total de salários que podem pagar aos seus jogadores (Na MLS⁴³, 1,3 milhões de dólares anuais para todos os jogadores, com exceção de um jogador que tem salário livre⁴⁴). Dessa maneira, coloca-se um freio às contratações de

⁴³ Major League Soccer. Liga Americana de Futebol.

⁴⁴ Este jogador é o inglês Deivid Beckham. Obviamente, a MLS o contratou com o intuito de explorar o marketing da competição e fomentar a venda de produtos da liga e da equipe do jogador: Los Angeles Galaxy.

jogadores entre clubes ou à inflação de salários baseados nas diferenças de capacidade econômica entre uns e outros. Ainda que não se consiga evitar isso completamente, é uma prática que dá resultado.

- *Igualdade na participação da renda.* Muitos dos direitos que geram a competição estão coletivizados e são administrados pela MLS. É o caso dos direitos de televisão, o merchandising ou a marca (Adidas, por exemplo) das camisas dos times. (SOREANO, 2010, p. 38-39)

As empresas que detêm o monopólio da organização das competições esportivas – basquetebol, futebol, futebol americano, críquete, etc. – possuem também o poder de controlar as negociações televisivas, os clubes, os jogadores, as regras do jogo e da política, etc.

No Brasil, o monopólio mais expressivo em termos de esporte na atualidade é o futebol, por intermédio da FIFA, organizadora da Copa do Mundo de Futebol, que neste ano foi realizada no Brasil.

A FIFA, fundada em 1904 por representantes de países europeus que tinham o interesse de organizar uma instituição que tivesse o poder de influenciar legitimamente as federações mundiais e de criar competições em nível nacional, consolidou seu monopólio a partir do momento em que as afiliações aumentavam. Começou, assim, a se estruturar hierarquicamente de forma a organizar federações em cada país.

A FIFA, atualmente, é a mais internacional das organizações mundiais. Apresenta 203 afiliações. Mais do que a própria ONU, que possui 193 filiados. Sua estruturação é tão consolidada em torno do comando do futebol, em nível internacional, que não conseguimos vislumbrar uma empresa rival capaz de ao menos arranhar sua arquitetura.

Juntamente com o COI, a FIFA apresenta-se como significativa instituição burocrática do esporte, portanto é uma empresa que acumula capital por meio da mercadoria esporte.

Quando se trata dos espaços para as manifestações dos negócios para a realização dos megaeventos no Brasil, há um efetivo jogo sujo permeado pelos negócios abomináveis dos senhores dos anéis da FIFA e do COI, cujo ethos está pautado na acumulação de capital, entre escândalos de corrupção, compra de votos escândalos de

ingressos. E tudo isso a partir de uma política olímpica não como meio de servir ao povo, mas sim para benefício próprio – e multiplique isso por mil. Na verdade, trata-se de um comitê administrativo dos negócios da classe burguesa. (PIRES; SILVA, 2011, p. 18)

De acordo com o Jornal (online) do Brasil, “A FIFA obtém lucro recorde com a Copa no Brasil”⁴⁵. A matéria elucida que a “toda poderosa” do futebol mercadoria arrecadou no ano passado US\$ 72 milhões, aumentando suas reservas financeiras para US\$ 1,432 bilhão. Muito desses lucros foram provenientes dos seus negócios da Copa do Mundo de Futebol no Brasil.

O monopólio da organização do esporte, do COI, na mercadoria Olimpíadas, e da FIFA, na mercadoria futebol, enquadra-se na estratégia capitalista da *renda monopolista*.

Acreditamos ser conveniente a apropriação do conceito de renda monopolista, colocado em evidência por Harvey (2005), para que se entenda como os processos contemporâneos da economia se relacionam com as localidades e com as formas culturais, incluindo nesse contexto o esporte.

Renda monopolista é a renda oriunda do poder de monopólio do capitalista ou conjunto de capitalistas que detêm o controle exclusivo sobre alguma atividade, localidade ou item “comercializável, que é, em alguns aspectos, crucial, único e irreplicável”. (HARVEY, 2005, p. 222)

O capitalismo não pode sobreviver sem poderes monopolistas e busca incessantemente maneiras de reunir tais poderes. Para enfrentar as resistências de ordens geográficas e políticas diplomáticas, criadas por sua própria natureza contraditória, no processo de expansão, o capitalismo tende a centralizar o capital em megaempresas ou estabelecer fortes alianças para dominar o mercado. (HARVEY, 2005)

A renda monopolista parece não esquecer o esporte e nem poderia. Grandes empresas (instituições) foram constituídas ao longo do processo de expansão do capital, com o intuito de controlar determinada prática esportiva e ditar as regras, tanto as regras do jogo propriamente dito quanto as regras do mercado, embora, na grande maioria das vezes, as do jogo encontrem-se subsumidas às do mercado.⁴⁶

⁴⁵ Disponível em: <http://www.jb.com.br/esportes/noticias/2014/03/22/fifa-obtem-lucro-recorde-com-copa-no-brasil/> Acesso em: 10 abr. 2014.

⁴⁶ Um exemplo é a mudança da regra do vôlei para atender a interesses midiáticos. A modalidade passou de 15 pontos com a lei da vantagem a 25

A FIFA e o COI apresentam-se como fortíssimas empresas capazes de controlar a organização de “suas” mercadorias – Futebol e Esportes Olímpicos – através de competições, a fim de determinarem suas expectativas econômicas, ditarem as regras do comércio e dos gastos nos países-sede.

Outro conceito que merece atenção para que se entenda o processo de acumulação de capital na esfera esportiva atual é o de *capital simbólico coletivo*. Esse poder gerador de renda monopolista é:

o poder dos marcos especiais de distinção vinculados a algum lugar, dotados de um poder de atração importante em relação ao fluxo de capital de modo mais geral. [...] O capital simbólico coletivo vinculado a nomes e lugares como Paris, Atenas, Nova York, *Rio de Janeiro*, Berlim e Roma é de grande importância, conferindo a tais lugares grandes vantagens econômicas em relação a, por exemplo, Baltimore, Liverpool, Essen, Lille e Glasgow. (HARVEY, 2005, p. 233, grifo nosso)

A cidade do Rio de Janeiro foi escolhida para sediar dois megaeventos esportivos: a Copa do Mundo de Futebol da FIFA, em 2014, em que foi palco, através do histórico Estádio do Maracanã, da grande final; e os Jogos Olímpicos de 2016. Sua escolha, certamente, incide sobre seu potencial turístico. A cidade apresenta lugares exuberantes internacionalmente conhecidos, tais quais: praia de Copacabana, Pão de Açúcar, Corcovado, o próprio Maracanã, e eventos importantes, como o Carnaval. Além de ser reconhecida mundialmente como cidade do país do futebol e do samba.

Essas características, tradições históricas e culturais do Rio de Janeiro propiciaram a acumulação de capital simbólico e marcos de distinção que permitiram colocá-la como cidade mercadoria e potencial organizadora dos megaeventos esportivos antes mencionados.

Foi então que finalmente, depois de várias tentativas, o Rio de Janeiro foi escolhido como cidade-sede olímpica, para alívio da política “lulista” e do acúmulo capitalista.

pontos diretos. Na atualidade a Confederação Brasileira de Vôlei instituiu a diminuição da pontuação para 21, perspectivando as necessidades midiáticas de acumular valor. O estudo de SILVA (1992) aponta transformações no mundo do basquete também por interesses midiáticos. Há uma ligação forte das empresas de comunicação e transmissão das partidas esportivas com as empresas que controlam as modalidades.

Na mídia de massa nacional, a escolha do Brasil como sede dos Jogos Olímpicos de 2016 foi recebida num misto de clima de celebração, festa, espetáculo, otimismo, emoção. Mas o fato que chamou a atenção foi o uso político deste megaevento e o caráter populista do presidente Lula; foi a emoção da comitiva Rio 2016, recheada de políticos, atletas, artistas e cartolas e do próprio presidente, durante a votação do COI (Comitê Olímpico Internacional) para a escolha do país sede em Copenhagen. Suas palavras foram emblemáticas: “E eu que achava que não tinha mais motivo para emoção, porque já fiz tanta coisa na minha vida, conheci tanta gente, pensei que não ia mais me emocionar [...]. Mas, ao ouvir o anúncio, eu era o mais chorão”. Tanta emoção e lágrimas traz consigo a alegria de poder contribuir para que as elites brasileiras e o movimento olímpico brasileiro possam dar continuidade do processo de acumulação de capital e comemorar as enormes possibilidades de negócios e lucros. Sendo assim, “viva a agência de turismo! Bravo para a corretora de seguros! Estupendo para a empresa que comercializa os ingressos! E a empresa de marketing, que vibre muito!”. (PIRES; SILVA, 2009, p. 12)

Harvey traz o exemplo da ascensão econômica capitalista da cidade de Barcelona e avalia que um dos marcos para a elevação da cidade como um polo de atração financeira para a renda monopolista, forem as Olimpíadas. Barcelona “recebeu os Jogos Olímpicos de 1992, que propiciou grandes oportunidades para acumulação de rendas monopolistas”. (HARVEY, 2005, p. 234)

Em termos de dados concretos, Capela (2006, p. 107) evidencia que “uma Olimpíada mundial é capaz de mobilizar um mercado de aproximadamente 2,1 bilhões de pessoas e uma Copa do Mundo de Futebol 4,2 bilhões”.

Assim, os olhos famintos do capital concentram-se sobre a cidade do Rio de Janeiro como possibilidade de acumular renda. Na perspectiva do que estamos tratando no arco de alianças de mercadorias – esporte, cidade, etc. – que o capital articula para garantir sua perpetuação, na atualidade poderíamos inferir que as lentes capitalistas vislumbram oportunidades de acumulação de mais valor nas terras brasileiras, na especialidade do solo carioca.

Na atualidade a

governança urbana se orienta principalmente para padrões locais de investimentos, não apenas em infra-estruturas físicas, como transportes e comunicações, instalações portuárias, saneamento básico, fornecimento de água, mas também em infra-estruturas sociais de educação, ciência e tecnologia, controle social, cultura e qualidade de vida. O propósito é gerar sinergia suficiente no processo de urbanização, para que se criem e se obtenham rendas monopolistas tanto pelos interesses privados como pelos poderes estatais. (HARVEY, 2005, p. 232)

Capela (2006, p. 107-108), na passagem a seguir, evidencia a importância dos megaeventos esportivos, tanto para o empresariado quanto para o poder público, indicando o verdadeiro legado destes.

São eventos muito oportunos e lucrativos à iniciativa privada, pois já na sua forma de serem organizados está implícita uma grande estratégia de negócios e “obtenção de lucros”: Os Estados nacionais, em troca de prestígio político e exposição de suas teses ideológicas garantem a infra-estrutura para estes eventos, quase sempre com superfaturamentos. Logo após a realização relâmpago dos eventos, as estruturas “ociosas” são repassadas para serem exploradas por empresas privadas do esporte, por valores de concessão ínfimos, fechando-se, assim, o ciclo de apropriação dos Estados nacionais pelas elites capitalistas. Trata-se, neste caso, de um estado mínimo para as demandas populares, mas máximo e generoso para as elites do capitalismo empresarial, inclusive para com as elites esportivas.

Capela (2006, p. 110) também denuncia que foram gastos mais de três bilhões de reais de verbas públicas para os Jogos Pan-Americanos (2007) do Rio de Janeiro. E que as promessas políticas de uma cidade melhor para todos ficaram apenas no discurso.

Do contrário, os motivos referentes à destinação do dinheiro público em projetos que não condizem com as necessidades da população e promessas políticas que discursam sobre as necessidades

sociais, mas que na prática corroboram a política de diferenciação de classes favorecendo a elite, eclodiram, no ano passado, em movimentos conhecidos como *Jornadas de Junho*.

As Jornadas de Junho foram marcadas por manifestações gerais da população brasileira contra, inicialmente, os preços abusivos dos transportes públicos, mas que em seguida resultaram em reivindicações por melhor qualidade (Padrão “FIFA”) na saúde, educação e moradia pública, em detrimento de investimentos exacerbados de dinheiro público nas obras da Copa do Mundo de Futebol e Olimpíadas do Rio, além de exigirem o fim da corrupção política brasileira.

Em meio à Copa das Confederações de Futebol, em que o Brasil testava tanto sua seleção nacional quanto sua estruturação para o recebimento da Copa do Mundo,

[...] viam-se os gritos e cartazes indignados dos manifestantes com os seguintes protestos: “Menos Copa e mais serviços públicos de qualidade”, “Chega de dinheiro público gasto na Copa”, “Pelo fim das remoções de famílias pobres para as obras da Copa”, “Fim das privatizações e terceirizações”, “Defesa incondicional do SUS público, gratuito, estatal, universal e de qualidade”, “Educação pública, gratuita e de qualidade em todos os níveis”, “10% do PIB para a educação pública, já!”, “Desmilitarização da polícia e dos bombeiros” e “não à criminalização e repressão aos movimentos sociais e sindical”. (PIRES; SILVA, 2013, p. 10)

O protagonismo do Movimento Passe Livre e da Frente de Luta pelo Transporte Público de Qualidade ajudaram a desencadear essas revoltas, assim como as redes sociais.

O “alerta das ruas” apresenta impasses e desafios a serem reconhecidos e enfrentados, quais sejam: em primeiro lugar os interesses eleitorais das forças de direita em canalizar os protestos para desestabilizar o governo federal; em segundo lugar o alerta que fica para os partidos de esquerda, que, agora, mais do que nunca, devem reconhecer que a juventude e os trabalhadores em geral, estão fartos da política burguesa e mercantil instaurada pelo neoliberalismo. Todo esse *imbróglio* político-ideológico exige a unidade das forças populares e efetivamente de esquerda

(movimentos sociais, partidos e organizações sociais informais) para avançar no projeto popular. (PIRES; SILVA, 2013, p. 8, grifo dos autores)

O que interessa, considerando o propósito deste trabalho, é identificarmos nesses movimentos a possibilidade da resistência e enfrentamento à lógica do esporte como mercadoria, tendo sua manifestação expressada nos megaeventos esportivos.

Tratando de resistências e enfrentamento à perspectiva do esporte mercadoria, há os interesses populares organizados em Comitês. Dentre eles, destacamos o Comitê Popular Copa e Olimpíadas Rio⁴⁷, O Comitê Popular da Copa de São Paulo⁴⁸, O Comitê dos atingidos pela Copa 2014⁴⁹ e O Comitê Popular da Copa⁵⁰.

Os parágrafos seguintes pretendem apresentar o panorama geral da agenda de lutas cotidianas desses Comitês Populares. Não é propósito deste estudo aprofundar cada tema levantado, mas identificar as principais reivindicações e apontar possíveis desdobramentos teóricos destas. Aos mais interessados, evidenciamos em nota de rodapé os sites correspondentes.

As resistências contra as remoções apresentam-se como pauta principal desses comitês. As chamadas das notícias apontam para isso: “Moradores da Vila Dique, em Porto Alegre, resistem às remoções”⁵¹; “Comunidade do Horto lança campanha ‘Remoção Nunca Mais! Pela Regularização Fundiária do Horto Florestal’”⁵², no Rio de Janeiro. Também no Rio de Janeiro, famílias removidas da Vila Recreio II, Vila Harmonia e Restinga, afirmam não ter recebido indenizações do governo por conta das remoções:⁵³ *“Após anos de resistência e luta, a*

⁴⁷ Disponível em: <http://comitepopulario.wordpress.com/>. Acesso em: 08 abr. 2014.

⁴⁸ Disponível em: <http://comitepopularsp.wordpress.com/>. Acesso em: 09 abr. 2014.

⁴⁹ Disponível em: <http://atingidoscopa2014.wordpress.com/>. Acesso em: 08 abr. 2014.

⁵⁰ Disponível em: <http://comitepopularcopapoa2014.blogspot.com.br/>. Acesso em: 08 abr. 2014.

⁵¹ Disponível em: <http://comitepopularcopapoa2014.blogspot.com.br/>. Acesso em: 08 abr. 2014.

⁵² Disponível em: <http://rio.portalpopulardacopa.org.br/?cat=5>. Acesso em: 09 abr. 2014.

⁵³ Disponível em: <http://comitepopulario.wordpress.com/2013/09/04/organizacoes-de-direitos-humanos-visitam-comunidades-removidas-pela-prefeitura-do-rio-sem-justificativa-nesta-quarta-dia-4/>. Acesso em 09 abr. 2014.

*Vila Autódromo conquistou o compromisso do prefeito: a Vila Autódromo e seus moradores não serão removidos.*⁵⁴

Quanto às mortes dos trabalhadores na construção das obras da Copa do mundo, os sites apontam que ocorreram até este momento oito mortes. A matéria denominada “*A morte de Fábio Hamilton da Cruz: o Brasil perde a Copa pela oitava vez*”⁵⁵, levanta esta questão.

A ação policial, repressiva, agressiva e autoritária, também se evidencia como algo a ser resistido bravamente durante a Copa do Mundo e Olimpíadas. Em uma das matérias, presentes nos sites dos Comitês Populares, constitui-se uma analogia da ação da polícia atual com a ação da polícia durante a ditadura, apontando traços comuns entre estas.⁵⁶

O aumento da passagem, precursor das Jornadas de Junho, ainda continua como pauta central da agenda dos trabalhadores dos Comitês Populares. Em Porto Alegre, sede de alguns jogos da Copa do Mundo de Futebol, o que se brada atualmente é que “Chegou a hora, ocupa prefeitura! Mobilização permanente contra o aumento da passagem”.⁵⁷

Dentre as reivindicações levantadas pelos Comitês Populares destacamos a seguir, a fim de buscar na teoria a explicação da realidade, as desapropriações e desalojamentos de famílias em seus bairros pobres dispostos aos arredores, principalmente, dos Estádios. Essas pretendem atender, principalmente, às empresas especulativas.

No Rio de Janeiro – e demais cidades da Copa – assistimos constantemente a barbárie da ação repressora do Estado através das forças policiais na invasão e remoção de moradores. O que vemos é a falta de diálogo e construção coletiva com esses moradores. O Estado burguês, com toda sua força repressora, coloca-se à disposição do capital para remover o cenário pobre e construir neste local o cenário rico.

⁵⁴ Disponível em: <http://comitepopulario.wordpress.com/2013/08/09/nota-publica-vila-autodromo-conquista-sua-permanencia/> Acesso em: 09 abr. 2014.

⁵⁵ Disponível em: <http://atingidoscopa2014.wordpress.com/> Acesso em: 09 abr. 2014.

⁵⁶ Disponível em: <http://atingidoscopa2014.wordpress.com/2014/04/02/video-penalidade-maxima-copas-da-fifa-leis-de-excecao-e-ditaduras/> Acesso em: 09 abr. 2014.

⁵⁷ Disponível em: <http://comitepopularcopapoa2014.blogspot.com.br/> Acesso em: 09 abr. 2014.

A paisagem capitalista de acumulação do capital tende a se reconfigurar para alimentar sua lógica. As favelas não correspondem ao cenário deslumbrante que exigem os empreendimentos imobiliários.

O desenvolvimento capitalista precisa superar o delicado equilíbrio entre preservar o valor dos investimentos passados de capital na construção do ambiente e destruir esses investimentos para abrir espaço novo para a acumulação [...]. Em consequência, podemos esperar testemunhar uma luta contínua, em que o capitalismo, em um determinado momento, constrói uma paisagem física apropriada à sua própria condição, apenas para ter de destruí-la, geralmente durante uma crise, em um momento subsequente. As crises temporais de investimentos de capital fixo, muitas vezes expressas como “ondas longas” do desenvolvimento econômico [...], são, portanto, normalmente expressas como reformas periódicas do ambiente geográfico, para adaptá-lo às necessidades da acumulação adicional. (HARVEY, 2005, p. 54)

Foi justamente pela necessidade de acumulação de capital que os denominados “elefantes brancos” na África do sul (Copa do Mundo de Futebol 2010) e nos Jogos Pan americanos do Rio de Janeiro (2007) foram construídos e é por essa mesma necessidade que estes tendem a ser destruídos.

Na bela cidade de Cape Town (Copa do Mundo de 2010), por exemplo, moradores das áreas degradadas foram removidos para o que se convencionou chamar de *depósito de gente*, ou seja, barracos de zinco de 18 m², em locais bem longe dos turistas torcedores. Também em Johannesburgo, moradores de rua foram tirados de áreas turísticas, e imigrantes foram ameaçados em seus *abrigos*. E tudo isso pela imagem de um *país limpo*. Este fato contrasta com o legado deixado por este megaevento. Foram construídos novos estádios e agora o governo não sabe o que fazer com eles. O caso mais dramático é o estádio Green Point, construído na Cidade do Cabo. A um custo de meio bilhão de dólares, em zona nobre da cidade (Green Point é uma bela área verde, junto

ao centro e ao porto que foi renovado, tornado área de lazer), o estádio atende a um padrão de sofisticação que não era interesse do governo local. (PIRES; SILVA, 2011, p. 21, grifos dos autores)

Muitas obras construídas para o Pan americano 2007 não atendem às exigências do COI, não são usufruídas pela população e portanto, tendem a ser destruídas. Assim, o governo estuda e tende a realizar sua destruição: “Rio 2016: Governo estuda remontar velódromo do Pan em outro lugar: Autoridades ainda não sabem o destino da pista que custou R\$ 10 milhões aos cofres públicos”⁵⁸. Com a paisagem destruída necessita-se de uma nova paisagem para o acúmulo de capital; dessa forma, recentemente, “Rio começa obra de velódromo 10 vezes mais caro que o do Pan”⁵⁹.

Vale lembrar que o legado do Pan do Rio de Janeiro

desviou dinheiro público (corrupção), construiu elefantes brancos, estimulou a especulação imobiliária, não optando, assim, para com a política de moradia e, por fim, utilizou força humana barata de trabalho nas construções dos ginásios, piscinas e demais equipamentos – alguns deles hoje abandonados. (PIRES; SILVA, 2011, p. 21)

O capital se vale da força de trabalho barata, dos meios de produção local, da organização política e da desorganização sindical para resolver seus problemas de acumulação. Os megaeventos esportivos são uma ótima oportunidade de “resolvê-los”. As multinacionais e as megaempresas locais, principalmente as da construção civil, valem-se dessa condição para extrair mais-valia e usufruírem do paraíso almejado. Na atualidade o Brasil, principalmente o Rio de Janeiro, assume o posto de paraíso do capital.

O capital tende a construir novos paraísos, mesmo que tenha de destruir o que fora feito. Nessa dinâmica, estádios, pistas, piscinas, etc.,

⁵⁸ Disponível em:

<http://www.portal2014.org.br/noticias/10401/RIO+2016+GOVERNO+ESTUD+A+REMONTAR+VELODROMO+DO+PAN+EM+OUTRO+LUGAR.html>

Acesso em: 09 abr. 2014.

⁵⁹ Disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/olimpilulas/rio-comeca-obras-de-velodromo-10-vezes-mais-carro-que-o-do-pan/> Acesso em: 09 abr. 2014.

são deteriorados para construir outros, reiniciando o ciclo do capital, com o aval do Estado. (PENNA, 2011)

Quanto à mão de obra barata, os trabalhadores da construção civil dos megaeventos esportivos no Brasil merecem nossa atenção. São eles que produzem as riquezas materiais destes megaeventos esportivos, mas que, no entanto, não se apropriarão destas. “Eles estão construindo estádios, prédios, ginásios de esportes, piscinas e outros espaços e equipamentos para a celebração da cultura esportiva e a unidade entre os povos, mas, provavelmente, não terão acesso a esses bens materiais construídos por eles próprios”. (PIRES; SILVA, 2011, p. 17)

De acordo com Cottle et al (2013), as construtoras contratadas para a Copa do Mundo – Odebrecht, Andrade Gutierrez (estas as duas maiores), Galvão Engenharia, OAS Empreendimentos, Mendes Júnior, Via Engineering, Andrade Mendonça, Construcap, Egesa, Hap e Engevi – detêm os meios de produção que os 2,5 milhões de trabalhadores formais e os aproximadamente 1,5 milhões de trabalhadores informais disporão para produzir o espetáculo esportivo.

Esse processo iníquo se dá com base no trabalho alienado, cuja essência é a não apropriação pelo *cidadão* (trabalhador) dos objetos que ele mesmo produz. Quanto mais ele produz, menos se apropria desse objeto (megaeventos), quer seja do processo (construção dos edifícios esportivos), quer seja do produto (piscinas, ginásios, estádios etc.), que recai nas mãos dos capitalistas para acumulação de mais-valia e manutenção da lógica do capital. (PIRES; SILVA, 2011, p. 18, grifo dos autores)

Nessa dinâmica do capital os trabalhadores da construção civil resistem e reivindicam, principalmente, salários “dignos”.

Esses movimentos pretendem com suas lutas engendrar para além da mercantilização do espaço urbano, o direito à cidade; anunciam a presença das esferas públicas democráticas de gestão das políticas públicas que ultrapassem os limites da democracia representativa liberal. Eles possibilitam a visibilização, interação, conflito e negociação entre os diferentes agentes sociais e entre esses e o poder público, em prol dos interesses públicos da classe trabalhadora. (PIRES; SILVA, 2011, p. 22)

Os megaeventos esportivos tornam-se, portanto, campo propício para os negócios capitalistas.

Nesse jogo sujo quem paga a conta são os trabalhadores da construção civil e prestadores de outros serviços, que mesmo pondo a *mão na massa* não se reconhecem como produtores destas obras, estando, portanto, contraditoriamente, descartáveis, supérfluos e incluídos até a medula no mundo da exploração do trabalho precário, temporário e até escravo, conforme afirmou Forrester. Some-se a tudo isso a assepsia segregadora que, conforme o projeto *tolerância zero*, expulsa os trabalhadores empobrecidos (“*classes perigosas*”) de modo violento para as periferias longínquas e precárias das grandes *ciudades* promotoras dos megaeventos esportivos. (PIRES; SILVA, 2011, p. 20, grifos dos autores)

Em termos gerais, o esporte é extremamente importante para economia capitalista. Ele é constituído por uma cadeia de relações, que compreende as esferas da produção, circulação e consumo. O esporte, então, seja na venda de ingressos para um espetáculo esportivo ou até mesmo a venda, via televisão e internet, do próprio espetáculo, seja na construção de espaços físicos e na produção de instrumentos e materiais vinculados à prática esportiva, fomenta a valorização do capital. (MELO, 2011)

Sobre o solo fervoroso da urgente transformação social, cabe ao projeto revolucionário a apreensão crítica dos significados desta manifestação cultural para a expansão do capital. Neste momento histórico em que a mercadoria esporte alcançou sua excelência organizacional, funcional e estrutural, faz-se necessário darmos outros sentidos ao significado esporte. Sentidos esses não mais tão patrióticos a ponto de um gol obscurecer as relações mercantis capitalistas e nos distanciar das lutas sociais; sentidos não mais direcionados fortemente ao esporte como salvacionista das mazelas sociais, mas munidos de conhecimentos capazes de nos fazer tomar consciência do esporte como fenômeno histórico, logo, como fruto das contradições capitalistas e que, portanto, carrega em si todas as contradições e características desta ordem (competição, rendimento, etc.) mas que, também, arraiga o germe da transformação social.

Daremos sequência às questões levantadas no capítulo seguinte perspectivando, compreender as implicações do esporte para a Educação Física.

3. AS IMPLICAÇÕES DO ESPORTE NA EDUCAÇÃO FÍSICA

Este capítulo procurou situar o esporte na Educação Física, ou seja, identificar limites e possibilidades do esporte na prática pedagógica escolar. A partir dessa identificação, pretendemos traçar possibilidades de contribuição do esporte para um projeto socialista.

Para isso fez-se necessário neste primeiro momento situarmos, de maneira breve, as relações entre o esporte e a Educação Física no processo histórico e identificarmos para que e para quem essa articulação servia e serve na esfera do capitalismo.

Apresentamos, em seguida, limites e possibilidades das implicações do esporte na Educação Física na atualidade do capital. Perspectivamos contribuir, por meio dessas reflexões sobre esporte e Educação Física, para a construção de uma Educação Física que se realize sob a direção do projeto revolucionário.

3. 1 A GÊNESE DA EDUCAÇÃO FÍSICA E O PERCURSO DO ESPORTE NO BRASIL

O esporte nasceu na Inglaterra, no século XVIII, e é fruto do capitalismo. Este, por sua vez, apresenta uma lógica interna, pautada na circulação de mercadoria, na propriedade privada dos meios de produção, no dinheiro e na divisão social do trabalho, que o obriga a buscar sempre outras localidades para poder se (re)produzir, trocar mercadorias e, assim, se expandir. Foi em razão de sua dinâmica expansiva que o capitalismo cruzou fronteiras, destruiu culturas, derramou sangue e impôs sua lógica mercantil. Com a expansão do capitalismo veio a expansão e universalização de diversas práticas culturais e sociais. Dentre elas destacamos o esporte.

Com o processo de consolidação do novo modo de produção, novas necessidades surgem. A formação de um novo homem se faz necessária. A organização social cindida em classes (proletariado e burguesia), estabelecida pelo modo de organizar as relações do trabalho na indústria, transformou todo o modo de ser do novo homem. Transformou o próprio homem. Esse homem livre (para vender sua força de trabalho), fraterno (a ponto de respeitar a ordem estabelecida) e igual (perante a lei de interesses burgueses) devia ser controlado pelos senhores do capital.

Competem, nesse período, ao Estado burguês e à instituição escolar os cuidados com o controle disciplinar da “saúde, higiene e instruções” ao trabalhador. Trata-se, grosso modo, de uma educação

para a produção. Uma educação que perspectivava a manutenção da nova ordem social, sendo que esta estava calcada na luta de classes, correspondentes a interesses antagônicos entre os trabalhadores e os proprietários dos meios de produção. (PONCE, 1996)

A educação no processo de transformação social de uma ordem feudalista para uma ordem capitalista, principalmente na Inglaterra e na França, tinha o propósito de “formar indivíduos aptos para o mercado, esse foi o ideal da burguesia triunfadora”. (PONCE, 1996, p. 135) O objetivo da educação era, portanto, para Basedow, discípulo de Rousseau, “formar cidadãos do mundo e prepará-los para uma existência útil e feliz” (PONCE, 1996, p. 136) Mas, existiam classes diferentes, “educações” diferentes e consequentemente escolas diferentes. Era essencial para a burguesia instruir minimamente, com doses homeopáticas, a classe trabalhadora, na modernidade, para o trabalho manual. Era necessária, destarte, uma escola para os ricos (burgueses) e uma escola para os pobres (proletários). Os filhos dos trabalhadores iriam à escola com o propósito de “dedicar pelo menos metade do seu tempo aos trabalhos manuais, para que não se tornem inábeis em uma atividade que não é tão necessária, a não ser por motivos de saúde, às classes que trabalham mais com o cérebro do que com as mãos”. (PONCE, 1996, p. 137)

Essa burguesia, que se consolidava como classe a partir do momento em que cristalizava a ordem societária capitalista, que “dispunha do cérebro”, no século XIX, afirmava que a força física (do trabalhador) de uma nação era essencial para o seu desenvolvimento. Havia, portanto, naquele momento histórico, um “entendimento por parte dos proprietários dos meios de produção de que o vigor físico dos trabalhadores era essencial para o avanço do capital” (SOARES, 1992, p. 33) Porém, para o controle político-ideológico da classe dominante (burguesa) sobre a classe trabalhadora, como vimos, era preciso educar o trabalhador, “adestrá-lo, lhe desenvolver o vigor físico desde cedo (...) discipliná-lo, para sua função na produção e reprodução do capital”. (SOARES, 1992, p. 33)

Um dos locais imprescindíveis para essa educação “corporal” é justamente a escola. Nela uma disciplina surge com o propósito de ordenar e sistematizar os exercícios físicos calcados nas ciências biológicas (homem biológico em detrimento do homem social) e nos valores burgueses. A Educação Física torna-se imprescindível para o projeto social burguês.

Na gênese da Educação Física, o esporte tinha pouca (ou praticamente nenhuma) relação com esta disciplina. A Educação Física

era sinônimo de ginástica, em que tinha como principal objetivo a preparação da *aptidão física* para a produção capitalista.

Soares (1992, p. 49-50) afirma que a implantação da Educação Física enquanto prática pedagógica escolar,

se por um lado, representa avanço para Educação, constituindo mais um elemento laico na sua estruturação, por outro, representa atraso, significando disciplinarização de movimentos, domesticação, pois se configura como mais um canal, absolutamente dominado pela burguesia, para veicular seu modelo de corpo, de atividade física, de saúde (...) a sua visão de mundo. A Educação Física, filha do liberalismo e positivismo, deles absorveu o gosto pelas leis, pelas normas, pela hierarquia, pela disciplina, pela organização da forma. Do liberalismo, forjou suas “regras” para os esportes modernos (que não por acaso, surgiram na Inglaterra), dando-lhes a aparência de serem “universais” e, deste modo, permitindo a todos ganhar no jogo e vencer na vida pelo seu próprio esforço. Do positivismo, absorveu, com muita propriedade, sua concepção de homem como ser puramente biológico e orgânico, ser que é determinado por caracteres genéticos e hereditários, que precisa ser “adestrado”, “disciplinado”. Um ser que se avalia pelo que resiste.

No Brasil, a Educação Física como prática pedagógica instala-se na escola, nos séculos XVIII e XIX, influenciada pela instituição militar e médica. Os exercícios sistematizados e ordenados realizados pelos militares eram afirmados pelo conhecimento científico (ciência positivista) desenvolvido por uma corrente biologicista. (SOARES, 1992; BRACHT, 1999)

Esses conhecimentos permitiam a efetivação do papel da Educação Física, que era educar para produzir – e assim efetivar a lógica capitalista de produção de mercadorias – e para a pátria – a fim de se fortalecer (vigorar) para servir os interesses da nação. (BRACHT, 1999)

A ginástica era a expressão hegemônica da Educação Física brasileira, tanto que se confundia com a própria Educação Física. Eram praticamente sinônimos. (SOARES, 1996) Essa manifestação advinda da Europa burguesa (mais precisamente da Alemanha, Suécia, Inglaterra e França), perde espaço na Educação Física para outra manifestação

européia da prática corporal: o esporte. Este surge no cenário brasileiro nos séculos XIX e XX e tem seus princípios ancorados muito fortemente no rendimento e na competição. É facilmente incorporado à prática escolar, por apresentar as características que reforçam a perspectiva de educação apreçoada pela classe dominante. (BRACHT, 1999)

Ambos, ginástica e esporte, contribuíram para a política de promoção da aptidão física e conseqüentemente da saúde, da capacidade de rendimento no trabalho e para a sociedade. (BRACHT, 1999; SOARES, 1996)

Os significados do esporte, construídos pela perspectiva de acumulação de capital, eram, portanto, ancorados numa perspectiva de manutenção do *status quo*. Assim, o ensino do esporte nas aulas de Educação Física, naquele período, objetivava formar corpos saudáveis, moralizados (para os valores burgueses) e dóceis (para não resistir e superar a ordem posta), úteis para a produção e para a pátria.

Castellani Filho (2008) evidencia que o esporte apenas chamou a atenção do Estado brasileiro a partir do momento que repercutiu negativamente a participação do Brasil, na década de 30, na Copa do Mundo de Futebol. Tal enfraquecimento, causado pela desorganização e desarticulação entre as confederações⁶⁰, representou um marco histórico para a constituição de ordenações legais que concedessem a intervenção direta do Estado no controle do esporte. O primeiro conjunto de marcos regulatórios foi de 1941 a 1975 e representou a intervenção conservadora do Estado em políticas públicas de esporte. Esse esporte, com suas características centrais no rendimento e na competição, contribuiu para a reprodução da sociedade moderna capitalista.

O esporte tinha como função educar para a produção. Não havia uma compreensão do esporte como patrimônio cultural da humanidade, como um elemento da cultura, que, portanto, deveria ser acessado por todos e que caberia ao Estado possibilitar tal acesso.

Nesse período aconteceu o golpe militar, mais precisamente em 1964, que instituiu a ditadura militar. Momentos de tensões políticas e sociais se faziam presentes. Estudantes e opositores políticos que clamavam pelo fim do regime opressor e pela implantação de um regime democrático foram perseguidos, torturados e mortos, durante um período que se estendeu até 1985. Nesse cenário o esporte contribuiu para o alívio das lutas sociais. Um momento notável foi a vitória

⁶⁰ A Confederação Carioca foi convidada a representar o país na Copa do Mundo de Futebol. Diante disso, a Confederação Paulista não aceitou unir-se com os rivais. (CASTELLANI FILHO, 2008)

do tricampeonato da Copa do Mundo de Futebol pelo Brasil, em 1970, no México, em que se espalharam sentimentos de alegria, de patriotismo, de orgulho nacional ao mesmo tempo em que a barbárie do sistema opressor militar se fazia presente. Lágrimas de alegria – pela conquista nacional – e lágrimas de tristeza – por perseguições e mortes daqueles que lutavam por um país mais justo – se misturavam no solo “gentil” da Pátria amada Brasil!

O Estado conservador utilizava o esporte como instrumento de sua política. A constituição de Federações, Confederações, Ligas e Clubes das diversas modalidades esportivas consolidaram tal lógica.

Segundo Bracht (1999, p. 76),

fica claro que a EF (no sentido lato) possuía um papel importante no projeto de Brasil dos militares, e que tal importância estava ligada ao desenvolvimento da aptidão física e ao desenvolvimento do desporto: a primeira, porque era considerada importante para a capacidade produtiva da nação (da classe trabalhadora) [...] e o segundo, pela contribuição que traria para afirmar o país no concerto das nações desenvolvidas (Brasil potência) e pela sua contribuição para a primeira, ou seja, aptidão física da população.

A ação desse Estado conservador, com reflexos nas intervenções nas escolas, perdurou até meados de 1990, período em que transformações no interior do próprio capitalismo (neoliberalismo) geraram mudanças significativas no processo de expansão capitalista – autonomia do mercado frente ao Estado, privatização das empresas estatais, desemprego, etc. – inclusive na forma de o Estado intervir. Cabia ao Estado, agora, apenas garantir a liberdade do mercado de se expandir. O esporte é submetido fortemente à lógica do mercado. Ele se estabelece efetivamente como mercadoria. E por isso quem pode pagar o tem. Pelo modelo neoliberal o Estado passa a financiar as entidades com personalidade jurídica de direito privado – destacamos o Comitê Olímpico Brasileiro, o Comitê Paralímpico Brasileiro, as Confederações, as Federações e os clubes – consolidadas legalmente pela Lei Zico e pela Lei Pelé. Nessa configuração que se estende até o início do século XXI, o que destacamos é que “O Estado não tem capacidade de intervenção, mas continua financiando o esporte brasileiro. Na verdade mais do que continuar, o Estado amplia sua presença no âmbito do financiamento do esporte brasileiro”.

(CASTELLANI FILHO, 2008, p. 137)

A Lei Pelé (lei 9615/1998) refletiu no esporte brasileiro as determinações do projeto capitalista neoliberal, de modo a ratificar que as políticas públicas seriam consubstanciadas pelo orçamento da União, estados e municípios; doações, patrocínios e incentivos fiscais. Isso foi efetivado no mandato de Fernando Henrique Cardoso (1996-2002), em que o esporte se colocou como instrumento importante, porém secundário, e teve como principal objetivo o fomento da prática do esporte, incentivado pelo denominado “terceiro setor” (ONGs, fundações de esportistas e empresariais, etc.), em comunidades carentes, através de projetos sociais, assim como formar atletas de alto rendimento através da escola, cabendo ao professor de Educação Física esta formação. (MELO, 2011)

Percebemos que, nessa perspectiva, educação e esporte articulam-se para efetivar o projeto capitalista neoliberal. O esporte se colocava como salvacionista das mazelas sociais e via na escola, principalmente na disciplina de Educação Física, a possibilidade dessa efetivação. A escola funcionava, portanto, como base para o esporte de rendimento.

O início do século XXI foi marcado pela vitória da classe trabalhadora na eleição de 2002, representada na figura de Luis Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT). Com a vitória veio a esperança por mudanças, inclusive no campo da Educação Física. A criação do Ministério do Esporte orientava para a possibilidade de avanços na área.

Sua implantação e estruturação encontrou base sólida na Lei Pelé (Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998). Tinha como missão uma política de afirmação do direito social ao esporte e ao lazer, perspectivando o desenvolvimento nacional e humano. Essa lei entende o esporte em três manifestações: *Desporto educacional*, praticado no âmbito educacional dos sistemas de ensino; *Desporto de participação*, como ação voluntária dos praticantes das mais diversas modalidades esportivas e o *Desporto de rendimento*, compreendendo a manifestação esportiva em nível nacional e internacional. Uma rede complexa de departamentos e secretarias foi instituída a fim de atender a essas três manifestações no que cabe à garantia do esporte e do lazer como direito social. (TAFFAREL; FIGUEIREDO, 2013)

O Ministério do Esporte implantou as Conferências Nacionais de Esporte (CNE), com o objetivo de configurar ambientes de diálogos e deliberação das políticas de esporte e lazer. A criação dessas indicava aparentemente que a democratização do esporte pressupunha uma ação também democrática. Porém, o capitalismo contemporâneo reservava

outra perspectiva para o então aparente processo de construção coletiva. (TAFFAREL; FIGUEIREDO, 2013)

Taffarel e Figueiredo (2013, p. 126, grifo nosso) alertam para uma análise criteriosa e atenta em detrimento de uma análise rápida e imediata da realidade da política brasileira de esporte, sob o risco de uma possível armadilha do capital,

tendo em vista que para manutenção do capitalismo hoje, mais do que em outros momentos históricos, é necessário a colaboração da classe trabalhadora, educá-la para o consenso, no processo de formulação e implementação da própria política, *aparentemente* democrática e popular, mas essencialmente de interesse do capital. Nossa hipótese é que no modo de produção capitalista, em sua fase imperialista, onde as forças produtivas pararam de crescer, novos mecanismos de organização do Estado e da política são engendrados, intensificando a contradição entre capital e trabalho, verificáveis nas conferências nacionais do esporte. Em particular, na política do esporte, expressa pela contradição entre o esporte para poucos, na forma de domínio/detenção dos meios de produção e reprodução e o esporte para todos, na forma de socialização dos meios de produção e reprodução desse patrimônio cultural da humanidade e direito social.

O governo Lula, mesmo representando uma perspectiva de transformação social, de defesa dos interesses dos trabalhadores e mesmo diante da formação de um Ministério do Esporte que, por ora, aparentou uma reestruturação do esporte no âmbito das políticas públicas, continuou a submeter o esporte sob o matiz capitalista. Não se rompeu com a lógica do esporte como mercadoria. Apesar da criação do *Programa Segundo Tempo* e do *Esporte e Lazer da Cidade* no âmbito da democratização do acesso ao esporte e das Conferências Nacionais do Esporte como forma de efetivar a participação da sociedade civil em meio ao aglomerado de interesses colocados, o que se vê de forma geral é a manutenção da subsunção do esporte ao capital sob a roupagem do populismo.

Referindo-se à política de esporte durante o governo Lula, Castellani Filho (2008, p. 141) reforça que esta

não se dá pelo reconhecimento do esporte como patrimônio da cultura corporal esportiva de um povo; mas se dá no sentido de reforçar a ideia do esporte como um produto da economia brasileira, responsável por aproximadamente 4% do PIB nacional; responsável por uma cadeia esportiva de peso; dá-se estruturada, organizada e determinada por entidades esportivas com personalidade jurídica de direito privado, financiadas – de uma maneira que nunca antes se assistiu – por muito dinheiro público. Nunca houve antes, nesse país, tanto dinheiro público bancando o esporte de alto rendimento: “Lei Piva”, “Lei de Incentivo fiscal”, “Timemania” (que é, também, uma forma de renúncia fiscal); recursos estatais de patrocínio a clubes e atletas; o próprio orçamento do Ministério que, apesar de pequeno, é quase todo destinado ao esporte de rendimento.

Uma das ações mais marcantes do governo Lula em relação ao esporte foi o legado dos megaeventos esportivos, com a sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Penna (2011) aponta a estratégia do imperialismo capitalista de aceleração do processo de acúmulo de capital por meio da política dos megaeventos esportivos, conduzindo um pensamento coletivo descolado do real ao reforçar o jogo ideológico dominante.

A política esportiva de Lula, apesar de tender a democratização do esporte às camadas populares, esteve direcionada para a lógica dos megaeventos esportivos e, portanto, ao esporte espetáculo.

A Secretaria de Assuntos Estratégicos do governo Federal lançou, em 2010, último ano do mandato de Lula, um plano de desenvolvimento nacional até 2022. O Ministério do Esporte, diante disso, indicou sua perspectiva para a composição do plano de 2022. Foram três os eixos centrais. O primeiro foi garantir a democratização do acesso ao esporte em relação constante com a Educação Física escolar. O segundo diz respeito à garantia de espaços públicos de lazer em cada município do Brasil e que este organize políticas públicas de esporte e lazer. O terceiro compreende a inclusão do Brasil como uma potência internacional esportiva, inclusive objetivando estar entre as 10 primeiras nos Jogos Olímpicos Rio 2016. (MALINA; AZEVEDO, 2013)

O legado esportivo de Lula está presente na política de Dilma Rousseff. Atualmente a política de Dilma reforça a lógica da política dos megaeventos esportivos.

Numa análise mais específica dos governos, com reflexos para política de esporte, nos governos Lula o central da política social foi o incentivo ao consumo – tendo como corolário a necessária ampliação da participação das camadas mais pobres na produção da riqueza (vide aumento real do salário mínimo e unificação dos programas de voucher no Bolsa Família), mantendo traços progressistas, já que possuía uma margem maior de negociação com grande capital. Já no governo Dilma, sob forte impacto da crise do subprime (2011), sem a histórica relação com a classe operária e, portanto, sem a margem de manobra que Lula teve, o central passou a ser o incentivo a produção e não ao consumo o que implica uma reorientação, do ponto de vista da economia política, para setores do grande capital. (TAFFAREL; FIGUEIREDO, 2013, p. 128)

Diante disso, os sentidos dados ao significado esporte no âmbito das políticas públicas brasileiras, geridas e gestadas pelo Ministério do Esporte, asseguram-se no desenvolvimento da solidariedade, da autoestima do indivíduo, do respeito ao próximo, da tolerância, do coletivo, da cooperação, da disciplina, da capacidade de liderança, de respeito às regras postas, das noções de trabalho em equipe, vida saudável etc. O esporte também cumpre o papel de salvacionista das mazelas sociais. Ele combate doenças, evasão escolar, drogas, criminalidade, entre outras. (MELO, 2011)

Essas estratégias neoliberais de usufruto do esporte para consolidar a lógica capitalista refletidas em valores burgueses estão direcionadas pelo esporte espetáculo. Este continua sendo, portanto, a base das políticas públicas brasileiras.

Acreditamos que os debates de políticas públicas até então tratados nos ajudam a analisar quais os significados do esporte atribuídos pelo capital e como isso incide na “educação da população”, dentro e fora da escola, numa relação dialética.

Hoje a Educação Física cumpre, predominantemente, o papel de educar para a produção capitalista, para a pátria e para o consumo. Esses, na atualidade, subsumidos à lógica mercantil e, portanto, submetidos ao fetichismo da mercadoria, dado por sua dupla forma.

Destarte, ao esporte são atribuídos vários significados, conforme a conveniência e a circunstância: o esporte é, ao mesmo tempo, “salvacionista das mazelas sociais”, sinônimo de saúde, superação de

limites, possibilidade de ascensão social; criadouro de campeões, educador, reforço do sentido patriótico.

No pano de fundo dos “és” do esporte o sentido capitalista dado a esses significados contribui para a manutenção deste modo de produção.

Os megaeventos como o “grande feirão do esporte”, em que se vendem campeões, uniformes, marcas e cidades, nos parecem representar a universalização do esporte enquanto mercadoria. Um dos megaeventos esportivos de maior expressão internacional surgiu com o interesse de salvaguardar o esporte no âmbito do amadorismo, movimento em que a classe burguesa se permitia dona do esporte e só ela poderia usufruir deste. Os denominados Jogos Olímpicos da Era Moderna, surgiram, então, em 1896, com o intuito de enaltecer efetivamente a relação de diferenciação da classe burguesa, esta como a detentora por excelência desta nova prática esportiva. Tinha uma ação estritamente política a favor dos interesses da burguesia de manutenção do seu poder e, portanto, do *status quo*.

No processo de expansão capitalista o esporte olímpico atendeu aos interesses das classes dominantes. Manteve-se a importância da competição entre burguesias (nações) tendo como pano de fundo a manutenção dos seus interesses gerais. Esses interesses na atualidade se concentram na mesma diferenciação de classe, no entanto o usufruto do esporte como mercadoria, tanto por burgueses quanto para trabalhadores, torna-se essencial para o processo de acumulação do capital. Nessa condição, o esporte (mercadoria) tem que ser desfrutado por todos, usado e abusado. Torna-se um elemento cultural fortíssimo como aliado das forças produtivas do capital.

Penna (2011) afirma que o esporte, integrado à lógica de feiticização capitalista, busca manter-se como um elemento neutro política e ideologicamente, além de apresentar-se como um espaço da diversidade cultural, étnica e racial.

Não é à toa que ouvimos dos que gritam, com vozes sedentas de justiça, o esporte e a religião como “ópios do povo”. Fortemente enraizado na sociedade atual, o fenômeno esportivo e toda sua rede complexa de relações sociais têm a capacidade de amnesiar.

Diante do exposto entendemos que o maior interesse ideológico associado ao esporte hoje é a de formar uma legião de consumidores, que não medem esforços para comprar a camisa do seu clube, um tênis da Nike, comprar ingressos para uma partida de futebol, etc. A decisão de realizar os megaeventos esportivos na América Latina, em

especial no Brasil, está associada aos interesses econômicos e de controle do imperialismo, expansão de mercado, frente à crise financeira instalada na Europa e nos Estados Unidos. (TAFFAREL; FIGUEIREDO, 2013, p. 149)

Diante do cenário apresentado no decorrer deste trabalho, salvaguardados os limites deste, da contribuição do esporte para o processo de expansão do capital, nos perguntamos: o que fazer? Como agir após compreender que o esporte traz em si as contradições do sistema sóciometabólico do capital?

Tais indagações nos conduzem a relembrar resistências apontadas no decorrer deste trabalho. Vimos que o esporte, no seu processo de expansão, apresentou resistências. Evidenciamos, ancorados em Bracht (2005), que os trabalhadores, principalmente os alemães, resistiram à nova prática corporal advinda da Inglaterra burguesa, pois identificavam nela (o esporte) o conservadorismo burguês. Pretendiam criar suas próprias práticas corporais com centralidade no lúdico em desfavor dos princípios do rendimento e da concorrência tão apregoados pela prática esportiva. Perspectivavam, assim, não preparar o corpo para o outro dia de trabalho, mas fomentar vivências próprias e criativas de acordo com as suas necessidades.

Os trabalhadores alemães, juntamente com demais trabalhadores europeus, articulados com uma instância maior de luta contra o capitalismo, as Internacionais socialistas e comunistas, organizaram até mesmo Olimpíadas dos trabalhadores assegurando os princípios de ludicidade, coletividade e solidariedade.

As festas esportivas e as olimpíadas dos trabalhadores aconteciam sem o uso do cronômetro, fitas métricas e tabelas de resultados, e ao contrário, exploravam os exercícios lúdicos, as atividades de grupo e acentuavam gestos simbólicos de solidariedade. Este movimento chegou ao ponto de criar uma internacional socialista da cultura corporal e a realizar três grandes olimpíadas dos trabalhadores. (BRACHT, 2005, p. 91)

Na atualidade em que o capital dismantela a organização trabalhista de diversas formas, inclusive se apropriando do esporte para tal feito, é preciso resgatarmos o sentido do esporte inclinados para a apreensão de seu significado no seio dos interesses e necessidades dos trabalhadores. Os sindicatos devem repensar seus momentos de lazer

considerando as necessidades dos trabalhadores orientadas para uma formação crítica e prazerosa.

Taffarel e Junior (2007) apontam a necessidade dos segmentos organizados da sociedade orientados pela perspectiva da classe trabalhadora, incluindo neste contexto os sindicatos, reavaliar suas relações com a cultura. Nesse âmbito o esporte e o lazer devem ser usufruídos, de forma prazerosa e criativa, perspectivando atender as necessidades dos trabalhadores em detrimento de um divertimento vinculado com os interesses da indústria cultural.

No âmbito judicial e na tentativa da luta pela superação do capital, destacamos o Movimento Contra a Regulamentação do Profissional de Educação Física (MNCR)⁶¹, que combate uma estratégia capitalista de nichos de mercado, representando uma resistência concreta frente à lógica de acumulação do capital. Diante das intervenções irregulares, constrangedoras e arbitrárias do Sistema CONFED/CREFs, pretendendo única e exclusivamente fins políticos e econômicos, o MNCR se organiza e resiste com base nos interesses coletivos dos professores e nos aparatos jurídicos.

Destacamos ainda os esforços de coletivos de professores e acadêmicos na condição de pesquisadores no interior dos Cursos de Educação Física e de Programas de Pós-Graduação em Educação e em Educação Física de Universidades. Esses enfrentam à lógica do esporte espetáculo no âmbito dos estudos e intervenções das transformações didático-metodológicas sob uma perspectiva crítica. Por estarem em ações isoladas e, portanto, frágeis diante da força impiedosa da organização esportiva subsumida à lógica do capital, acreditamos na necessidade de uma organização única e orgânica capaz de articular tais grupos para que o conhecimento científico, sob orientação marxista, permita que o esporte atenda aos interesses da classe trabalhadora, contribuindo para a superação do modo de produção capitalista.

O modo de produção capitalista torna-se um sistema incontrolável que abarca desde a produção industrial até bens culturais como o esporte. Assim, é válido pensar o esporte como um fenômeno que faz parte da sociedade capitalista e, portanto, é crivado de contradições. Nesse sentido, contraditoriamente, é possível apontar alguns caminhos na contribuição do esporte para a

⁶¹ Disponível em: <http://mncref.blogspot.com.br/2012/07/dossie-conselhos-profissionais-e.html>. Acesso em: 24 mar. 2014.

formação humana, para além dos grandes eventos. Ou seja, nas escolas e “campos de pelada” faz-se necessário uma pedagogia contra-hegemônica que critique o status quo do sistema capitalista na produção humana, como é o caso da realização de grandes eventos esportivos. (MALINA; AZEVEDO, 2013, p. 24-25)

A escola pública também clama por transformações. Esta, como instrumento em disputa, também deve atender às necessidades da classe trabalhadora. Nela a organização no trato com o esporte nas aulas de Educação Física deve contemplar uma pedagogia contra-hegemônica, capaz de contribuir para superação do modo de produção do capital.

Apresentaremos a seguir algumas discussões acerca da Educação Física escolar no âmbito dos limites e das possibilidades do projeto revolucionário.

3. 2 O ESPORTE NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Apresentamos, no transcorrer do trabalho, a que serve a Educação Física no processo de expansão do capital. Vimos, ao retrazar sua gênese, que essa disciplina surgiu com o intuito de desenvolver a aptidão física do trabalhador para o processo de trabalho capitalista. Apontamos que, em certo momento, o desenvolvimento da aptidão física do aluno (trabalhador) representou também a força de uma nação.

A Educação Física era inicialmente sinônimo de ginástica. O esporte tinha pouca (ou praticamente nenhuma) relação com essa disciplina. Aos poucos o esporte se tornou a prática corporal hegemônica da Educação Física a ponto de se confundir com ela. Essa troca pouco representou para a lógica capitalista, pois tanto o esporte quanto a ginástica tinha como principal função a preparação da *aptidão física* do aluno para o trabalho.

Vimos que a Educação Física apresenta na atualidade a mesma função social do ponto de vista do capital, qual seja, de preparar a aptidão física para a produção e para a pátria. Acrescentamos a essa função a formação ideológica do capital ao consumo movido pelo esporte espetáculo.

Portanto, a Educação Física, para a lógica do capital, *educa*: para a produção, para a pátria e para o consumo.

Diante desse quadro e engajados no projeto revolucionário, nos perguntamos: Que fazer? Se na lógica do capital se educa para a tríade mencionada acima, como agir na perspectiva da transformação social?

Iniciamos as reflexões sobre essas indagações longe de encontrarmos as necessárias respostas, porém objetivando contribuir para o processo coletivo da transformação social, com a seguinte questão: Qual o objeto de estudo da disciplina de Educação Física?

Diante do exposto é primordial afirmamos, juntamente com Frizzo (2013) e Nascimento (2014), que estamos no momento histórico atual de reelaboração das teorias pedagógicas e suas reais possibilidades enquanto conhecimento da Educação Física.

Escobar (1997) e Frizzo (2013) defendem a cultura corporal como o objeto de estudo da Educação Física.

Escobar (1997, p. 66) explicita que a denominação “cultura corporal” designa

o amplo e riquíssimo campo da cultura que abrange a produção de práticas expressivo-comunicativas essencialmente subjetivas, que, como tal, externalizam-se pela expressão corporal e que se constituem em objeto de estudo da disciplina escolar Educação Física.

Frizzo (2013) se posiciona a favor da cultura corporal como o objeto de estudo da Educação Física, tecendo críticas às teses que defendem que o movimento humano ou a cultura corporal de movimento, que se fazem presente na atualidade, principalmente nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), sejam o objeto de estudo da Educação Física. Essas teses representam uma corrente idealista, pelo fato de obscurecer a realidade concreta da dinâmica histórica e coletiva das relações humanas.

A dinâmica da atividade vital humana compreende a dinâmica de apropriação e objetivação da realidade. Essencialmente, a dinâmica da *apropriação* e da *objetivação* das riquezas – materiais e espirituais –, ao longo do processo histórico e coletivo, garante a existência humana. (DUARTE, 1993)

O homem é, portanto, o resultado do processo coletivo e histórico da humanidade. Ele necessita se apropriar das riquezas a fim de satisfazer suas necessidades e, concomitantemente, realizar novas objetivações, cotidianamente.

Duarte (1993, p. 49) aponta que “a apropriação de uma objetivação é sempre um processo *educativo*, mesmo quando não se configura direta e explicitamente a situação de uma pessoa ensinando *conscientemente* algo a outra (ou outras)”.

A objetivação, portanto, refere-se ao processo

de produção e reprodução da cultura humana. O processo de *objetivação*, entretanto, não pode existir sem a presença do processo de *apropriação* da cultura pelos sujeitos, que é um processo simultaneamente oposto e complementar ao processo de objetivação, no qual cada ser singular torna seu aquilo que já foi produzido pela humanidade. Por essa razão, as atividades humanas relacionadas às práticas corporais e que foram *objetivadas* nos objetos de ensino da Educação Física não são diretamente acessíveis aos sujeitos: precisam ser *apropriadas* por eles em suas dimensões genéricas e essenciais, o que exige que tais atividades sejam explicitadas para os sujeitos tanto pela atividade de pesquisa quanto pela atividade de ensino. (NASCIMENTO, 2014, p. 24, grifos da autora)

O ensino da Educação Física, assim, objetiva à *apropriação*, pelo aluno, dos conhecimentos *objetivados* na cultura corporal, manifestados no jogo, na dança, na ginástica, na Capoeira, na mímica, no *esporte*. Esses são, portanto, os conteúdos da Educação Física.

A proposta teórica pedagógica que aprege a cultura corporal como o objetivo de estudo da Educação Física é a Crítico Superadora. Seus princípios e bases filosóficos-pedagógicos encontram-se no Livro Metodologia do Ensino de Educação Física, do Coletivo de Autores (1992).

Essa proposta teórico-pedagógica da Educação Física perspectiva uma reflexão sobre a realidade constituída historicamente pelo conjunto dos homens através da apropriação dos conhecimentos da cultura corporal – expressos por meio das lutas, das danças, da ginástica, dos esportes e outras manifestações corporais – posicionando-se a favor dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora em detrimento dos interesses, também imediatos e históricos, da classe proprietária, objetivando identificar os limites e possibilidades de superação da condição posta.

Com isso, defende para a escola uma proposta de conteúdo do ponto de vista da classe trabalhadora. Conteúdos estes que efetivem a leitura da realidade estabelecendo laços concretos com os projetos políticos de mudanças sociais. Para o Coletivo de Autores (1992, p. 64) “Os conteúdos são conhecimentos necessários à apreensão do desenvolvimento sócio-histórico das próprias atividades corporais e à explicitação das suas significações objetivas”.

Os conhecimentos da cultura corporal, manifestados pelo esporte, brincadeiras, lutas, ginástica, capoeira, entre outras práticas corporais, devem ser tratados nas aulas de Educação Física escolar sob a orientação de alguns princípios pedagógicos. Estes compreendem o selecionamento, a organização e sistematização no trato com o conhecimento.

Para a seleção dos conteúdos o Coletivo de Autores (1992) aponta três princípios curriculares: *relevância social do conteúdo*, *contemporaneidade do conteúdo* e *adequação às possibilidades sócio-cognoscitivas do aluno*.

A *relevância social do conteúdo* remete à importância de compreender os sentidos e os significados dos conteúdos da cultura corporal objetivando ensiná-los aos alunos de forma que estes possam interligá-los com a sua realidade social concreta, com seus determinantes sócio-históricos e sua condição de classe.

A *contemporaneidade do conteúdo* compreende os conhecimentos do que de mais moderno existe no mundo contemporâneo. Destaca o conhecimento clássico como fundamental, sendo que o *clássico* não se confunde com o tradicional e também não se opõe, necessariamente, ao atual, é aquilo que se firmou como essencial na prática social.

A *adequação às possibilidades sócio-cognoscitivas do aluno* implica a capacidade de adequar o conteúdo da cultura corporal às possibilidades cognitivas do aluno e ao que este sabe sobre o conteúdo, assim como suas possibilidades enquanto sujeito histórico manifestado em sua prática social.

Identificados o conteúdo da cultura corporal relevante e contemporâneo, adequado às possibilidades cognitivas e sociais dos alunos, há que se organizar e sistematizar este conhecimento. Para tal o Coletivo de Autores (1992) destaca quatro princípios curriculares: *confronto e contraposição de saberes*, *simultaneidade dos conteúdos enquanto dados da realidade*, *espiralidade da incorporação das referências do pensamento* e *provisoriedade do conhecimento*.

O *confronto e contraposição de saberes* remete à importância do conhecimento científico universal para a reflexão pedagógica. Esse conhecimento científico universal selecionado pela escola, o saber escolar, não pretende desconsiderar o senso comum presente na prática social do aluno, pelo contrário, objetiva superar a explicação da realidade movida pelo senso comum pelo pensamento científico e teórico.

A *simultaneidade dos conteúdos enquanto dados da realidade*

prioriza o ensino dos conteúdos de maneira simultânea. Confronta o etapismo. Este princípio considera os conteúdos como dados da realidade que não podem ser pensados nem explicados isoladamente. O conhecimento é construído no pensamento de forma espiralada e vai se ampliando à medida que os alunos se apropriam de referências “novas” da realidade.

O princípio apresentado remete imediatamente a outro, o da *espiralidade da incorporação das referências do pensamento*. Este implica o entendimento da organização do pensamento sobre o conhecimento. A compreensão da realidade se amplia à medida que se incorporam dados desta realidade, que precisa ser retraçada, desde sua gênese, permitindo ao aluno enxergar-se como sujeito histórico e perceber que o conhecimento é provisório. Essa orientação é decorrente do princípio da *provisoriedade do conteúdo*. Este considera o processo histórico como essencial para a compreensão do conteúdo. Rompe, portanto, com a ideia de terminalidade no trato com o conteúdo. Apresenta o conteúdo ao aluno desenvolvendo a noção de historicidade. Identifica a importância de se retrair o processo histórico do conteúdo tratado para que o aluno se perceba como sujeito histórico. Dessa forma, “reafirma-se o entendimento de que o conhecimento é uma representação do real no pensamento”. (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 35)

Podemos inferir, portanto, que a metodologia na perspectiva crítico-superadora se efetiva num processo em que o aluno se apropria da realidade concreta. Compreende “a aula como um espaço intencional organizado para possibilitar a direção da apreensão, pelo aluno, do conhecimento específico da Educação Física e dos diversos aspectos das suas práticas na realidade social.” (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 87)

Martins (2004) ressalta que a apropriação imediata da realidade não garante a apreensão da sua essência, ou seja, daquilo que ela realmente é. A autora acrescenta que “para que esta essência possa ser revelada, a única via de acesso possível é a análise, pela qual se buscará o conhecimento do objeto no conjunto de suas propriedades e síntese de múltiplas determinações, isto é, em toda sua complexidade”. (MARTINS, 2004, p. 55)

Na especificidade deste trabalho apresentamos, no capítulo anterior, algumas determinações do esporte espetáculo na dimensão da expansão capitalista, perspectivando contribuir para a apreensão de sua totalidade.

Identificamos que os megaeventos esportivos são a estratégia

síntese de expansão do capital na dimensão do esporte espetáculo. Nele constam as possibilidades do esporte como mercadoria na dinâmica expansiva do capitalismo. Apresentamos conceitos, principalmente em Harvey (2005) – da Expansão Geográfica, da Renda Monopolista, do capital simbólico coletivo, dentre outros –, e os articulamos com o campo do esporte espetáculo a fim de apresentar o seu significado na contemporaneidade. Trouxemos conceitos da economia e identificamos que o esporte é uma das possibilidades de expansão capitalista apresentando análises concretas desse fenômeno cultural.

Acreditamos serem estas as principais contribuições do nosso trabalho. No entanto, reconhecemos que estamos diante do desafio maior de conceituarmos os objetos de ensino da Educação Física e que devemos nos apropriar, num outro momento, de suas múltiplas determinações, num mergulho cauteloso, cuidadoso e, ao mesmo tempo, profundo na conceituação das atividades da cultura corporal. Dentre essas atividades, destacamos o esporte.

Concordamos com Escobar (1997) quando apresenta alguns princípios e valores pedagógicos que devem ser ressaltados, principalmente nas aulas de Educação Física, numa perspectiva de ensino de construção de práticas corporais que condigam com o projeto revolucionário de sociedade.

Engajada na construção de uma cultura corporal, os valores privilegiados pela escola seriam os que sobrepõem o coletivo ao individual, que defendem o compromisso com a solidariedade e respeito humanos e promovem a compreensão de que jogo se faz "a dois", de que é diferente "jogar com" o companheiro do que jogar "contra" ele. Essa ação seria o germe do movimento de oposição às práticas orientadas pelos valores do esporte de "altos rendimentos" - alimentados pela exacerbação da competição, pelo sobrepujar e pela violência tolerada do treinamento. Acreditamos que essa tarefa demanda, entre outras exigências, que o conhecimento do esporte, no currículo escolar, seja afirmado como conhecimento inalienável de todo cidadão, independente de condições físicas, de raça, de cor, sexo, idade ou condição social; que na seleção do conhecimento sejam consideradas as modalidades que encerrem um maior potencial de universalidade e compreensão dos elementos

gerais circundantes, empregando os critérios de *atual* e de *útil* na perspectiva de classes sociais, exigência esta ligada à necessidade de se buscarmos os instrumentos de avaliação no próprio mecanismo de construção das práticas corporais. (ESCOBAR, 1997, p. 56)

O esporte deve ser acessado por todos. Encontramos sintonia nessa afirmação na defesa pela escola pública. Defendemos ser na escola pública, salvo suas limitações e contradições, o local privilegiado para a efetivação desta acessibilidade, de modo a possibilitar a apreensão do esporte, atribuindo um sentido da classe trabalhadora para este significado.

Nascimento (2014) reforça nossa defesa pela escola pública como um dos locais de contribuição para transformação da condição posta.

Pensamos que a escola pública apresenta-se, ainda hoje, com todos os seus limites objetivos, em espaço e momento privilegiados para o trabalho educativo sistemático aos filhos da classe trabalhadora e, em especial, para a busca de construção de uma *teoria pedagógica* que oriente-nos a respeito das ações formativas necessárias para o tipo de sociabilidade que defendemos para os sujeitos. (NASCIMENTO, 2014, p. 274, grifo do autor)

Taffarel, em relação ao ensino do esporte nas aulas de Educação Física nos alerta para a necessidade de reconhecermos que

o que se busca é um esporte que sai da condição de conteúdo prioritário ou exclusivo das organizações das aulas, para ser tratado no âmbito de um programa que contempla o amplo acervo de conteúdos ou temas da cultura corporal, sem hierarquia. Um esporte que foge da ditadura dos gestos, modelos e regras, que tem suas normas questionadas e é adaptado à realidade social e cultural dos alunos. Um esporte desmistificado porque conhecido, praticado de forma prazerosa, com vivências de sucesso para todos. Um esporte adquirido como bem cultural, cuja prática passa a ser compreendida como direito. Para que essas possibilidades se efetivem, é preciso que o professor de educação física empreenda ações conscientes, orientadas por um projeto político-

pedagógico articulador do conjunto de saberes no interior da escola, que tem a *atividade humana* como mediadora na relação de apropriação do conhecimento e que atua dessa forma, movido pela perspectiva de um projeto histórico que propõe a superação da sociedade capitalista. (TAFFAREL, 2009, p. 91-92, grifo nosso)

Nascimento (2014) considera fundamental nos debruçarmos sobre as atividades da cultura corporal e, assim, sobre os objetos de ensino da Educação Física considerando a apropriação da realidade por meio dos conceitos.

O conceito é “um meio de reproduzir e construir mentalmente a *essência* de um objeto. Ter um conceito de um objeto significa dominar o método geral de reconstruí-lo, o conhecimento de sua *origem*” (DAVYDOV, 1982, p.359, grifos no original apud NASCIMENTO, 2014, p. 34). Entende-se por *essência*, na perspectiva histórico cultural, o conjunto de *relações* que determina a existência humana num momento histórico a partir de determinadas práticas sociais. (NASCIMENTO, 2014)

Para o homem, num primeiro momento, o real concreto aparece como dados sensoriais, porém a sensibilidade não pode estabelecer a integridade do objeto e o caráter das suas conexões que conduzem à generalidade. Isto só é possível com determinadas formas de contemplação e de representação, o que, em outros termos, significa que é o pensamento teórico que deve elaborar esses dados em forma de conceitos. (ESCOBAR, 1997, p. 12)

Assim, no ensino do esporte nas aulas de Educação Física, é necessário compreender a *essência* do fenômeno esportivo, sua lógica e história, em um processo de devir construído pelo conjunto dos homens. Portanto, a apreensão do conceito esporte é mister para a compreensão do humano e suas dimensões, enquanto conhecimento necessário ao processo de humanização.

Taffarel e Figueiredo (2013, p. 122-123, grifo nosso) apontam a importância da análise ontológica do esporte tendo em vista a sua apropriação e objetivação na condição de valor de uso, objetivando sua emancipação.

O esporte é uma atividade própria dos seres humanos, do ponto de vista ontológico, decorrente de sua atividade vital, o trabalho, ação intencional que se desenvolve em determinadas relações de produção. Historicamente determinado e desenvolvido socialmente em relações de produção, é fruto das necessidades e relações humanas cujo grau de complexidade se amplia à medida que se desenvolvem as forças produtivas e a fartura se impõe a vida em conjunto, dos processos de colaboração aos de disputas e exploração, *manifestação da cultura corporal que dá sentido a vida e contribui para a humanização dos homens e mulheres*. Trata-se de um patrimônio cultural, um direito social que deve ser acessível a todos nas suas múltiplas possibilidades de expressão, não apenas na forma de subproduto da indústria cultural para ser consumido, mas para serem produzidos como valor-de-uso com vistas à emancipação.

Escobar (1997) aponta a categoria *atividade* como primordial para compreender a cultura corporal como objeto de estudos da Educação Física. Através desse pressuposto teórico enfrenta-se a ideia de movimento na condição de objeto de estudo da Educação Física, implícita nas perspectivas idealistas.

De acordo com Davidov (1999, p. 1),

O conceito filosófico-pedagógico de atividade significa transformação criativa pelas pessoas da realidade atual. A forma original desta transformação é o trabalho. Todos os tipos de atividade material e espiritual do homem são derivados do trabalho e carregam em si um traço principal – a transformação criativa da realidade e, ao final, também do próprio homem.

O ensino do esporte tendo a *atividade* como categoria central e a apreensão do seu conceito é o grande desafio que se coloca na atualidade da Educação Física, assim como a apropriação do conceito da própria cultura corporal que, por sua vez, no esporte se expressa.

CONCLUSÕES

Com o desafio de compreender melhor este fenômeno social tão presente na vida dos indivíduos, buscamos responder durante este trabalho o seguinte problema: quais as tendências de desenvolvimento do esporte, suas principais características, críticas e contradições referentes ao fenômeno esportivo como uma das possibilidades de expansão do capital e suas influências para a Educação Física?

Para respondermos esse problema, tornou-se necessário compreendermos a dinâmica de formação humana, a dinâmica dessa formação na esteira do capitalismo e as possibilidades de expansão do capital, para, assim, identificarmos o esporte como uma dessas possibilidades.

Então nos questionamos: O que é o capital?

Reportamo-nos a Marx, Engels, Lukács, Leontiev, Meszáros, Harvey e Tumolo para encontrar as suficientes respostas que envolvem essa pergunta. Pela complexidade de detalhamento que ela exige, pela própria complexidade do capital, apontamos, num esforço de síntese, elementos importantes da característica expansiva do capital.

Sabemos dos inesgotáveis conceitos que devem ser apropriados para análises precisas sobre o capital, mas acreditamos que o que apresentamos deva ser momentaneamente suficiente para as análises sobre a identificação do esporte nas possibilidades de expansão do capital.

Vimos que o sistema sociometabólico do capital se constrói por uma lógica interna contraditória que assevera sua natureza destruidora, incontrolável e incorrigível. Na raiz dessas contradições, encontra-se o antagonismo inconciliável entre *capital* e *trabalho*, sendo que, na condição capitalista de produção, o trabalho encontra-se subsumido ao capital. (MESZÁROS, 2003)

Pelo trabalho produz-se valor de uso. Essa é condição indispensável para a existência do ser social. Na singularidade do sistema sóciometabólico do capital, o valor de uso é, ao mesmo tempo, valor de troca. Nesse caráter contraditório, a mercadoria traz consigo dupla forma: é objeto de satisfação humana e porta valor.

O poder da mercadoria se realiza à medida que a circulação da mercadoria se desenvolve. É por isso que se pode ratificar que circulação de mercadorias é o ponto de partida do capital.

O capitalista, com o dinheiro em mãos, vai ao mercado e compra os meios de produção e a força de trabalho, ambos pelo seu exato valor. Ele os põe em conciliação, sendo que a força de trabalho é consumida à

proporção que consome os meios de produção, para ao final obter uma mercadoria, para vendê-la pelo seu valor. A produção da mais-valia pressupõe a troca de mercadorias, pelos seus proprietários, pelo seu valor. Nessa relação a força de trabalho, única e exclusivamente, tem a capacidade de produzir valor excedente, ou seja, mais valor. Assim, dinheiro se transforma em capital. (TUMOLO, 2005)

É esse movimento constante e incessante de valorização do valor que o capital produz e reproduz. É nessa relação que ele se engendra.

Harvey (2005) destaca que o capital necessita, portanto, por sua própria organização interna, se expandir. Essa expansão é orientada pela acumulação. A expansão do capital depende e pressupõe:

- 1.A oferta de força de trabalho, ou seja, um exército de reserva;
- 2.A oferta de meios de produção cada vez mais sofisticados;
- 3.A existência de mercado capaz de absorver adequadamente as quantidades crescentes de mercadorias.

Os três aspectos acima são produzidos pelo próprio capitalismo e, caso aconteça certo descompasso entre eles, ou uma tensão em um deles, culminará em crises. (HARVEY, 2005)

São várias as possibilidades de superação das crises para um novo nível de acumulação. Apontamos, no decorrer do trabalho, algumas delas: Expansão geográfica; Renda Monopolista; capital simbólico coletivo; Desenvolvimento da Ciência; Meios de Comunicação, entre outras.

A *expansão geográfica* consiste na necessidade, pela organização interna do próprio capital, de expansão das mercadorias a fim de constituir e consolidar mercados em novas regiões e nelas acumular capital. Utiliza-se dessas regiões, principalmente, da mão de obra barata que nelas se encontram, para a extração da mais-valia. (HARVEY, 2005)

A *Renda Monopolista* consiste no monopólio do capitalista ou grupo de capitalistas sob o controle exclusivo de uma determinada atividade e/ou localidade. O capitalismo necessita de tais poderes monopolistas. (HARVEY, 2005)

O *capital simbólico coletivo* diz respeito ao poder de atração de investimentos capitalistas a determinadas localidades, por suas potencialidades turísticas, econômicas e políticas. (HARVEY, 2005)

Os *meios de comunicação* são mecanismos eficientes no processo de expansão do capital. Eles produzem valor no ato de levar o produto ao mercado e este se inserir no processo de produção. Assim, a mercadoria é consumida ao mesmo tempo em que é produzida. Os

meios de comunicação são essenciais para o processo de acumulação de capital, na medida em que aumentam a velocidade de circulação da mercadoria. Essa condição permite que haja uma contração da distância espacial em relação ao tempo de circulação da mercadoria. (HARVEY, 2005)

Destacamos também o *desenvolvimento da ciência* como uma das categorias para o desenvolvimento das forças produtivas do capital. Intensifica-se o processo de produção capitalista e, portanto, a valorização do valor, com a criação de novas e cada vez mais sofisticadas tecnologias.

Após a conceituação das referidas possibilidades de expansão do capital, situamos no debate o esporte. Identificamos, com esses estudos, que há, praticamente, a absorção do esporte por essas possibilidades de expansão do capital.

Referente à *expansão geográfica*, apontamos a realização da Copa do Mundo nos Estados Unidos (1994), África do Sul (2010) e Brasil (2014) como uma das possibilidades de superação de crises capitalistas.

Quanto aos Estados Unidos, encontra-se um movimento de consolidação da mercadoria futebol desde sua implantação como sede da Copa do Mundo no início da década de 1990. O país tradicionalmente não tem familiaridade com esse esporte; no entanto, pela universalização que esse atingiu e pela própria proporção que alcançou na condição mercadoria em escala mundial, há uma tendência da potência capitalista imperialista de usufruir dessa mercadoria. O jogador David Beckham foi uma aposta ao ser contratado pela MLS, e no momento jogadores brasileiros como Júlio César e Kaká jogarão a competição nacional estadunidense. O país teve este ano uma das maiores audiências esportivas da história televisa nacional com a transmissão da Copa do Mundo de Futebol. O jogo Portugal e Estados Unidos foi a partida de futebol mais assistida pela famosa ESPN e um dos jogos mais assistidos do país, ficando atrás apenas das partidas do futebol americano, o esporte estadunidense mais popular.⁶² Trata-se da expansão desse espetáculo esportivo para mercados ainda pouco explorados pela lógica capitalista.

Foi seguindo essa linha de raciocínio dirigida pela acumulação e movida pela expansão de capital que se possibilitou a realização da

⁶² Disponível em:

<http://www.meioemensagem.com.br/home/midia/noticias/2014/06/24/Empate-com-Portugal-bate-recorde-nos-EUA.html> Acesso em: 27 jul. 2014.

Copa de Mundo de Futebol no continente africano, mais precisamente na África do Sul, e posteriormente na América Latina, em solos brasileiros. Esse megaevento esportivo está vinculado aos interesses econômicos de países europeus e dos próprios Estados Unidos, para amenizar suas crises financeiras.

Outra dinâmica constante do capital, além de se expandir geograficamente, é de juntar poderes monopolistas. Apresentamos, no decorrer do trabalho, as influências e o domínio de instituições burocráticas como a FIFA e o COI. Ambas detêm a exclusividade da organização de competições esportivas, respectivamente, da mercadoria futebol e dos Jogos Olímpicos. Essa condição lhes permite a *renda monopolista*.

Essas entidades empresariais necessitam, para a efetivação de seus megaeventos esportivos, de cidades que possuem um potencial econômico, turístico e político capaz de sediá-los. É no conceito de *capital simbólico coletivo* que a cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, se mantém como a cidade essencial para o recebimento desses espetáculos esportivos. A cidade foi palco da final da Copa do Mundo de Futebol entre Alemanha e Argentina, no histórico estádio do Maracanã, inclusive um dos principais pontos turísticos, que será o cenário dos Jogos Olímpicos em 2016.

Esses espetáculos esportivos são apresentados ao mundo pelos *meios de comunicação*. Reproduz-se um único espetáculo esportivo para bilhões de pessoas simultaneamente. Destacamos recentemente a transmissão da Copa do Mundo de Futebol, que atingiu recordes de audiência em todo o mundo.

No esporte percebe-se que o espaço para acumulação de capital é quebrado pelo tempo quando a televisão, como a grande protagonista, transmite os espetáculos esportivos ao vivo a vários lugares do mundo e ao mesmo tempo.

Os espetáculos esportivos necessitam do *desenvolvimento da ciência* para sua efetivação para a lógica do capital. As conquistas científicas proporcionam o aperfeiçoamento da técnica e da tecnologia necessários para o atendimento a essa lógica. Assim, aumenta-se o rendimento e a produtividade do atleta e dos trabalhadores do esporte na efetivação do esporte espetáculo, aumentando também o seu potencial atrativo para o investimento e o consumo.

Destacamos a atuação da ciência, também, na fruição estética, ou seja, na beleza do espetáculo; na busca, através dos treinamentos, das melhores e mais belas formas de execução de determinados movimentos. Na busca, interminável e inesgotável, do recorde,

utilizando de tecnologias para tal. Na própria recuperação de atletas, após uma lesão pela mesma busca do tão almejado recorde.

Identificamos que todas essas possibilidades apresentadas são materializadas nos megaeventos esportivos, ao mesmo tempo em que esses as mobilizam.

Assim, apresentamos a *estratégia síntese* da lógica de expansão do capital no campo esportivo: a política dos megaeventos.

Podemos, desse modo, identificar que o que predomina na forma contemporânea na expansão do capital no esporte são os megaeventos esportivos.

Compreendemos os megaeventos esportivos de forma mais ampla em relação ao exposto pela mídia e, via de regra, na academia. *Não são apenas Os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo de Futebol*, são também os Jogos Olímpicos de Inverno, as Paraolimpíadas, as Universíades, os Jogos Mundiais da Juventude, as Artes Marciais Misturadas (MMA), a Fórmula 1, o Paris Dakar, os Grand Slams de Tênis, o Tour de France, os Masters de Golf, o Volvo Ocean Race, Os X-games, o Red Bull Air Race, entre outros.

Nesses megaeventos esportivos está presente a explicitação do mais alto nível do ponto de vista da tecnologia, da técnica, da tática, do desempenho, etc.

A partir do que foi exposto, apresentaremos, então, as implicações do esporte na Educação Física.

Na atualidade, a Educação Física encontra-se praticamente na mesma condição de sua formação: a de cumprir o papel de educar para a produção capitalista, para a pátria e para o consumo. Esses, na atualidade, subsumidos à lógica de expansão do capital.

A escola é um dos locais de afirmação dessa condição. As aulas de Educação Física vêm reforçando a lógica de expansão do capital, quando nela não se concretiza um questionamento sobre a realidade. Esse questionamento necessita de uma base sólida. Acreditamos que a encontramos, na atualidade da Educação Física, na proposta teórico-metodológica Crítico Superadora.

O conhecimento tratado pela Educação Física nessa tendência é o da cultura corporal expresso no direito de acessar, de forma histórica e crítica, o acervo de práticas corporais culturalmente construídas pela humanidade, portanto o direito a adquirir conhecimentos como jogo, esporte, dança, ginástica, capoeira e outros. (COLETIVO DE AUTORES. 1992)

Acreditamos que as múltiplas determinações que compõem o universo do esporte, inclusive as determinações que o garantem nas

possibilidades de expansão do capital, vistas aqui, devem ser exteriorizadas nas aulas de Educação Física, salvaguardando os princípios curriculares no trato com o conhecimento, apregoados pela tendência que nos embasa.

Acreditamos que a explicitação e a problematização das questões referentes à mídia contribuem para a compreensão do esporte nesse processo de expansão capitalista. A utilização de mecanismos eletrônicos, como a câmera fotográfica, para filmar em câmera lenta a fim de demonstrar a ampliação da espetacularização, para assim perceber a marca Red Bull no pano de fundo e para editar informações a ponto de ter o poder de manipulá-las, são dois exemplos que apresentamos.

Defendemos também a importância das problematizações, nas aulas de Educação Física, sobre os níveis de exclusão colocados pelos marcos do esporte de rendimento, do ponto de vista das condições físico-cognitivas aos aspectos culturais financeiros. Quem pilota avião? Quem consegue ser sócio do clube de tênis e de golfe? Quem pilota um fórmula um? Será a prática para todos ou será apenas o consumo para todos?

Essas reflexões nos parecem importantes para o desvelamento da realidade do capital. Cabe, nas aulas de Educação Física, a afirmação da cultura corporal, na sua totalidade, para a contribuição ao projeto revolucionário.

Alguns limites estão apontados, principalmente, os que se referem a propostas pedagógicas concretas, que se efetivem na prática pedagógica atendendo as necessidades da classe trabalhadora. Apontamos a necessidade de estudos desse porte.

Tais estudos, por sua vez, necessitam da identificação do objeto de estudo da Educação Física. Defendemos a cultura corporal como o objeto de estudos da Educação Física; no entanto, no exercício de conceituá-lo, ainda nos deparamos com indagações. Esse exercício também é válido para o esporte, como elemento hegemônico da cultura corporal.

O que identificamos com a análise para o ensino do esporte nas aulas de Educação Física é a necessidade de nos apropriarmos da essência do fenômeno esportivo. Atualmente percebemos uma interligação entre esporte e estratégias de expansão capitalista; entre esporte, principalmente transmitido pela mídia, e a influência no ensino de esportes na escola; entre valores capitalistas e ensino de esportes na escola. Esse movimento ocorre por duas perspectivas: pela esportivização das práticas corporais e pela ausência de conteúdos nas

aulas de Educação Física, ou seja, pela negação da cultura corporal. Isso é resultante da compreensão do essencial-geral da Educação Física: a atividade física.

O ensino do esporte tendo a atividade como categoria central e compreendido pela apreensão do seu conceito é o grande desafio que se coloca na atualidade da Educação Física.

As questões levantadas encontram completude na defesa pela escola pública. Defendemos ser na escola pública, salvo suas limitações e contradições, o local privilegiado para a efetivação dessa acessibilidade do esporte na condição de patrimônio cultural, tendo em vista a apreensão do seu significado objetivo a fim de contribuir para o processo revolucionário.

REFERÊNCIAS

BRACHT, V. **Sociologia crítica do esporte**. Ijuí, Unijuí, 2005.

_____. Esporte, história e cultura. PRONI, M. W; LUCEMA, R. F. (Orgs). **Esporte: história e sociedade**. Campinas: Autores Associados, 2002.

_____. **A constituição das teorias pedagógicas da educação física**. Cadernos Cedes, Espírito Santo, v. 19, n. 48, p. 69-88, ago. 1999. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/%0D/ccedes/v19n48/v1948a05.pdf>. Acesso em: 23 maio. 2014.

CASTELLANI FILHO, L. O Estado brasileiro e os direitos sociais: o esporte. Garcia, C.C; HÚNGARO, E. M; DAMASCENO, L. G. (Orgs). **Estado, política e emancipação humana: lazer, educação, esporte e saúde como direitos sociais**. Santo André, SP: Alpharrabio, 2008.

CAPELA, P. R. C. **Os mega-eventos esportivos e as políticas públicas de esporte e lazer de resistência**. Motrivivência, Florianópolis. Ano XXIII, n. 27, dezembro, 2006.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.

COTTLE, E; CAPELA, P. R. C. MEIRINHO, A. F. **Uma lição da África do Sul: os cartéis da construção estão aumentando significativamente os custos de infraestrutura da Copa do Mundo FIFA de 2014 no Brasil**. Motrivivência, Florianópolis, ano XXV, n. 41, dezembro, 2013.

DAVIDOV, V. O que é atividade de estudo?. **Revista “Escola Inicial”**. N. 7, pp. 1-7, 1999.

DUARTE, N. **A individualidade para-si: contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo**. Campinas, SP, Autores Associados, 1993.

ENGELS, F. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. São Paulo, Global editora, 1986.

_____. **A Dialética da natureza**. São Paulo, Paz e Terra editora, 2000.

ENGELS, F; MARX, K. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

ESCOBAR, M. O. **Transformação da didática**: construção da teoria pedagógica como categorias da prática pedagógica. Experiência na disciplina escolar educação física. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas, 1997.

FRIZZO, G. F. E. **Objeto de estudo da Educação Física**: as concepções materialistas e idealistas na produção do conhecimento. Motrivivência, Florianópolis, ano XXV, n. 40, junho, 2013.

SILVA, A. M. **Esporte espetáculo**: a mercadorização do movimento corporal humano. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis. 1991.

GALEANO, E. **De pernas pro ar**: a escola do mundo ao avesso. São Paulo, L e PM editores, 1999.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

_____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HOBSBAWM, E. J. **A era dos impérios**: 1875 à 1914. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

JUNIOR, W. M. **Sacando o Voleibol**. Ijuí: Unijuí, 2004.

KUNZ, E. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. Ijuí, Unijuí, 1994.

LEONTIEV, A. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa, Livros Horizonte, 1978.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo, Boitempo, 2013.

MALINA, A; AZEVEDO, A. C. B. O. O esporte é um fator de integração social? Apontamentos sobre a relação entre os limites do esporte no modo de produção capitalista para a formação humana. In: MALINA, A.; CESÁRIO, S. (Orgs.). **Esporte**: fator de integração e inclusão social? Campo Grande, Ed. UFMS, 2013.

MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Cortez, 1996.

MARTINS, L. M. Da formação humana em Marx à crítica da pedagogia das competências. In: DUARTE, N. (Org). **Crítica ao fetichismo da individualidade**. Campinas: Autores Associados, 2004.

MARX, K. **O capital**: crítica à economia política. Vol. I, tomo 1, São Paulo: abril Cultural, 1983.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010a.

_____. **O capital**: a crítica à economia política. livro 1, vol. 1, Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010b.

_____. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica à economia política. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MELO, M. P. **Esporte e dominação burguesa no século XXI**: a agenda dos Organismos Internacionais e sua incidência nas políticas de esportes no Brasil de hoje. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2011.

MÉSZÁROS, I. **O século XXI**: socialismo ou barbárie? São Paulo, Boitempo Editorial, 2003.

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

_____. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

NASCIMENTO, C. P. **A atividade pedagógica da Educação Física**: a proposição dos objetos de ensino e o desenvolvimento das atividades da cultura corporal. 2014. 293 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

OLIVEIRA, V. M. O Esporte pode tudo. In: MALINA, A.; CESÁRIO, S. (Orgs.). **Esporte**: fator de integração e inclusão social? Campo Grande, Ed. UFMS, 2013.

PENNA, A. M. **Esporte Contemporâneo: O Novo Templo do capital monopolista**. Tese (Doutorado em Serviço Social) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

PILATTI, L. A. Guttmann e o tipo ideal do esporte moderno. In: PRONI, M; LUCEMA, R. (Orgs). **Esporte: História e Sociedade**, Campinas, SP, Autores Associados, 2002. p. 63-76.

PIRES, G. L; SILVA, M. R. **Os “negócios olímpicos” de 2016 no Brasil: “O esporte pode tudo?”**. Motrivivência, Florianópolis, ano XXI, n. 32/33, junho-dezembro, 2009.

_____. **O corpo produtivo no mundo do trabalho da Educação Física, esportes e lazer**. Motrivivência, Florianópolis, ano XXII, n. 35, dezembro, 2010.

_____. **O Mundo do trabalho, os megaeventos esportivos e a crise estrutural do capital**. Motrivivência, Florianópolis, ano XXIII, n. 36, junho, 2011.

_____. **As lutas sociais, os megaeventos esportivos no Brasil, as políticas públicas e o “padrão fifa”**. Motrivivência, Florianópolis, ano XXV, n. 40, junho, 2013.

PRONI, M. W. Brohm e a organização capitalista do esporte. PRONI, M. W; LUCEMA, R. F. (Orgs). **Esporte: história e sociedade**. Campinas: Autores Associados, 2002.

_____. **Esporte-espetáculo e futebol-empresa**. Tese (Doutorado para faculdade de Educação Física). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1998.

_____. **A metamorfose do Futebol**. Campinas: Instituto de Economia UNICAMP, 2000.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA, A. M. **Esporte espetáculo: a mercadorização do movimento corporal humano**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis. 1991.

SOREANO, F. **A Bola não entra por acaso: estratégias de gestão inspiradas no mundo do futebol**. São Paulo: Laurosse, 2010.

TAFFAREL, C. N. Z. **Desporto educacional: realidade e possibilidades das políticas governamentais e das práticas pedagógicas nas escolas**

públicas. In: STIGGER, M. P; LOVISOLO, H. **Esporte de rendimento e esporte na escola**. Campinas: Autores Associados, 2009.

TAFFAREL, C. N. Z; FIGUEIREDO, E. S. A. **Esporte no Brasil**: a disputa dos rumos da política nas conferências nacionais em um período de transição. Motrivivência, Florianópolis, ano XXV, n. 40, junho, 2013.

TAFFAREL, C. N. Z; JUNIOR, L. S. Como iludir o povo com o esporte para o público. In: SILVA, R. M. **Esporte, educação, estado e sociedade**. Chapecó: Argos, 2007.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Editora Atlas S.A. 1995.

TUMOLO, P. S. **Trabalho, vida social e capital na virada do milênio**: apontamentos de interpretação. Educação e Sociedade, Campinas, v. 24, n. 82, 2003.

_____. **O trabalho na forma social do capital e o trabalho como princípio educativo**: uma articulação possível? Educação e Sociedade, Campinas, v. 26, n. 90, 2005.